



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "C" AO Nº 079 TERÇA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissão Temporária

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
<b>PRESIDENTE</b> Renan Calheiros - (PMDB-AL)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Jorge Viana - (PT-AC)	<b>4º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Romero Jucá - (PMDB-RR)	<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	<b>1º</b> - Magno Malta - (PR-ES)
<b>2ª SECRETÁRIA</b> Angela Portela - (PT-RR)	<b>2º</b> - Jayme Campos - (DEM-MT)
	<b>3º</b> - João Durval - (PDT-BA)
	<b>4º</b> - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSD/PV) - 27</b>  <b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)  .....  <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,68)  Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)  <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)  Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)  <b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)  <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22</b>  <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - Bloco</b> (117,121)  Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,128) Marcelo Crivella (36,120,127)  .....  <b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (117,121)  Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)  <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,99)  Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)  <b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,116)  Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,128)  <b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (36,120,127)	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM/SD) - 16</b>  <b>Líder</b> <b>Wilder Moraes - Bloco</b> (95,112,119)  Vice-Líderes Mário Couto (34,61,124) Jayme Campos (28,106,110,122) Alvaro Dias (73,123)  .....  <b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)  Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,123) Paulo Bauer (5,35,72,78)  <b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)  Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119)  <b>Líder do SD - 1</b> <b>Vicentinho Alves</b> (42,54,71,111)
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC) - 11</b>  <b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)  Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)  .....  <b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)  Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125)  <b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)  Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)  <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)  Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	<b>PSB - 4</b> <b>Líder</b> <b>Rodrigo Rollemberg - PSB</b> (65,98)  Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129)  <b>PROS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<b>Nwlk'Hgtpepfq'Dcpf gk c'fg'O gmq'Hlj q</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### 1.1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

**1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2014 .....	004
Ata da 3ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2014 .....	026
Ata da 4ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2014 .....	056

---

“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

### ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião realizada em 14 de maio de 2014, às 15 horas e 42 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Humberto Costa, Antônio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Vanessa Graziotin, Aníbal Diniz, Cyro Miranda e Ciro Nogueira**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Valdir Raupp, João Alberto Souza, Wilder Moraes e Gim**. Na oportunidade, foi aprovado o Plano de Trabalho e apreciados os seguintes Requerimentos:

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
1 / 2014	14/05/2014	Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal a cessão de dois delegados para assessorar esta CPI. Requeiro,	Sen. José Pimentel	Aprovado
2 / 2014	14/05/2014	Requer ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) a cessão de dois servidores para assessorar esta CPI .	Sen. José Pimentel	Aprovado
3 / 2014	14/05/2014	Requer ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU) a cessão de dois servidores para assessorar nos trabalhos da Relatoria desta CPI.	Sen. José Pimentel	Aprovado
4 / 2014	14/05/2014	Requer ao Advogado Geral da União a cessão de dois advogados ou procuradores federais para assessorar esta CPI.	Sen. José Pimentel	Aprovado
5 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Nestor Cerveró, Ex Diretor da Petrobras.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
6 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
7 / 2014	14/05/2014	Requer seja convidado o Ministro Jorge Hage da Controladoria Geral da União.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
8 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos Planos de Negócios e Planejamentos Estratégicos da Petrobras de 1999 a 2014.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
9 / 2014	14/05/2014	Requer cópia do memorando de entendimento que a Petrobras América Inc. (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
10 / 2014	14/05/2014	Requer à Petrobras cópia das atas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras que trataram da compra da refinaria de Pasadena.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
11 / 2014	14/05/2014	Requer cópia do Sumário Executivo apresentado pela diretoria internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
12 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Jorge Zelada, ex-Diretor internacional da Petrobras.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
13 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva,	Sen. Anibal Diniz	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>DATA DE APRESENTAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
		gerente Executivo Internacional da Petrobras.		
14 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
15 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
16 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Thompson & Knight LLP.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
17 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a segurança nas plataformas.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
18 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a plataforma P-62.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
19 / 2014	14/05/2014	Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
20 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais	Sen. Anibal Diniz	Aprovado



Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
		documentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA sobre a segurança nas plataformas, especialmente sobre os acidentes ambientais.		
21 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor João Antonio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).	Sen. Antonio Carlos Rodrigues	Aprovado
22 / 2014	14/05/2014	Requer seja convidada a senhora Magda Chambriard, Diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
23 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Paulo Augusto Santos da Silva, Presidente do Consórcio Camargo Corrêa/Iesa (CCI), responsável pela construção da plataforma P-62.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
24 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Angelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlantico Sul (EAS), onde foi construída a plataforma P-62.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
25 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos inquéritos da Polícia Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Anibal Diniz	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>DATA DE APRESENTAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
26 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de processos e procedimentos de investigação da Controladoria Geral da União (CGU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
27 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de auditorias, tomadas de contas e outros processos do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
28 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos processos em tramitação no Ministério Público Federal e na Justiça Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
29 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Julio Faerman, sócio das empresas Oildrive e Faercom.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
30 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras, responsável pelos contratos da empresa com a "SBM Offshore".	Sen. Anibal Diniz	Aprovado
31 / 2014	14/05/2014	Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da	Sen. Anibal Diniz	Aprovado



Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
		Petrobras.		
32 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Phillippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil.	Sen. Aníbal Diniz	Aprovado
33 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocada a Presidenta da Petrobras, Graça Foster.	Sen. João Alberto Souza	Aprovado
34 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o Ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
35 / 2014	14/05/2014	Requer à Petrobras cópia do Acordo de Acionistas para compra de Pasadena.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
36 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
37 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP	Sen. Humberto Costa	Aprovado
38 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos das Sociedades Classificadoras sobre a segurança nas plataformas.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
39 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Marinha	Sen. Humberto Costa	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
		do Brasil sobre a segurança nas plataformas.		
40 / 2014	14/05/2014	Requer cópia das apólices de seguro e demais documentação relativa ao acidente na plataforma P-36.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
41 / 2014	14/05/2014	Requer seja realizada diligência para verificação in loco da segurança nas plataformas.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
42 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor José Maria Rangel, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF).	Sen. Humberto Costa	Aprovado
43 / 2014	14/05/2014	Requer seja realizada diligência na Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que consistirá em visita de inspeção in loco para acompanhar a evolução das obras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
44 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Glauco Colepicolo Legati, Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras para a Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Humberto Costa	Aprovado
45 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Alexandre Rabello, Gerente de Engenharia de Custos da Petrobras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
46 / 2014	14/05/2014	Requer cópia processos e outros documentos do Ministério Público Federal sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
47 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de inquéritos e outros documentos da Polícia Federal sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
48 / 2014	14/05/2014	Requer à PETROBRÁS cópia dos Pareceres e Estudos Técnicos que Subsidiaram o Conselho de Administração na compra de Pasadena.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
49 / 2014	14/05/2014	Requer à PETROBRÁS cópia do contrato de compra da refinaria de Pasadena e demais documentos.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
50 / 2014	14/05/2014	Requer à PETROBRÁS cópia da ação judicial e documentos relativos à arbitragem internacional relativos à aquisição de Pasadena.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
51 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Rogério Gonçalves de Mattos, ex-Gerente Executivo de Novos Negócios da Petrobrás.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>DATA DE APRESENTAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
52 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Samir Passos Awad, Gerente Executivo Internacional da Petrobrás.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
53 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocada a Sra. Márcia Castanheira Schneider, Gerente de Tributos Internacionais da Petrobrás.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
54 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos processos do Ministério Público Federal sobre segurança nas plataformas.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
55 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos inquéritos da Polícia Federal sobre segurança nas plataformas.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
56 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relativos à plataforma P-62.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
57 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Marco Túlio Pereira Machado, Gerente Executivo de Exploração e Produção da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
58 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor David Zylbersztajn, Ex-Diretor-Geral da Agência	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
Nacional do Petróleo (ANP).				
59 / 2014	14/05/2014	Requer cópia dos contratos, aditivos e respectivos pagamentos realizados pela Petrobras e fornecedores relativos à Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
60 / 2014	14/05/2014	Requer seja convidado o Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
61 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Pedro Aramis de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
62 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Gustavo Adolfo Villela de Castro, Gerente de Engenharia Naval da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
63 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Sietze Hepkema, Diretor de Controle e Governança da SBM Offshore.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
64 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de relatórios e outros documentos da Petrobras sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado



Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
65 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de relatórios e outros documentos da CGU sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
66 / 2014	14/05/2014	Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
67 / 2014	14/05/2014	Requer à PETROBRÁS cópia do Relatório da Comissão de Apuração relativa à Aquisição de Pasadena.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
68 / 2014	14/05/2014	Requer que seja convocado o Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade, Gerente Jurídico Internacional da Petrobrás.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
69 / 2014	14/05/2014	Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à Petrobras relação detalhada dos equipamentos de segurança nas plataformas em atividade.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
70 / 2014	14/05/2014	Requer cópia do contrato celebrado entre a Petrobras e o Consórcio Camargo Corrêa/Iesa (CCI) para a construção da plataforma P-62.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado



Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
71 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o representante da Marinha do Brasil, a quem cabe a aprovação e supervisão das embarcações.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
72 / 2014	14/05/2014	Requer seja convocado o senhor Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, Ex-Diretor Presidente da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
73 / 2014	14/05/2014	Requer cópia de relatórios e outros documentos do TCU sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
74 / 2014	14/05/2014	Requer a convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.	Sen. Cyro Miranda	Rejeitado
75 / 2014	14/05/2014	Requer a convocação do Sr. Valter Shimura, Gerente de Implantação do COMPERJ.	Sen. Humberto Costa	Aprovado

Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada, pelo Requerimento nº 302, de 2004, a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos, ao lançamento ao mar territorial de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore e ao superfaturamento na construção de refinarias no termo que especifica.

Convido o meu companheiro Antonio Carlos Rodrigues para acompanhar os nossos trabalhos na condição de Vice-Presidente desta reunião.

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à apresentação do plano de trabalho.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Com a palavra para a apresentação do relatório, o Sr. Relator, Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, nossos Senadores e Senadoras, nós apresentamos, logo após a eleição da Mesa Diretora dos trabalhos, uma minuta do plano de trabalho com todos os membros integrantes. E somos poucos. Somos apenas treze titulares e sete suplentes, portanto, é um trabalho mais simplificado, aqui, na condução. De lá para cá, tivemos algumas sugestões de adequação de texto e as fizemos.

Em síntese, Sr. Presidente, o nosso plano de trabalho é composto de 21 laudas. Na primeira parte, nós fazemos toda uma exposição sobre os pontos, os fatos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e, também, fazemos registro de que ela está sendo instalada por determinação judicial do Supremo Tribunal Federal. Em seguida, fazemos uma abordagem sobre a história do petróleo no Brasil, para facilitar nossa compreensão, resgatando que, na metade do século XVIII, em 1850, D. Pedro II já fazia a primeira concessão para exploração do gás de xisto, que agora em pleno século XXI voltou para a agenda. Essa exploração se dava no Estado da Bahia. E fazemos um resgate de vários passos, como forma de contribuir com a história da indústria do petróleo, do gás e de outros derivados no Brasil. Em seguida, chegamos à parte que trata da estratégia de investigação que é o principal objetivo desta Comissão. Isso está na página 8.

Vou detalhar um pouco mais a partir daqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu questiono a V. Ex<sup>as</sup> se todas as Sras e os Srs. Parlamentares têm em mãos o plano de trabalho?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, vou até a página 7. Tratamos mais dessa parte histórica e dos fundamentos do nosso plano de trabalho.

Portanto, a partir da página 8.

#### 5. Estratégia de investigação

Para garantir racionalidade e eficiência à investigação, o plano de trabalho deve definir com clareza a estratégia de investigação em cada eixo.

##### 5.1. Eixo 1: Refinaria de Pasadena.

A estratégia de internacionalização da Petrobras começou a ser elaborada a partir da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, e sua regulação pela Lei nº 9.478, de 97. Desde o Plano de Negócios, 1999-2003, a Petrobras perseguiu a estratégia de expandir a capacidade de refino de petróleo pesado no exterior, razão pela qual a presente investigação deve alcançar tal período. O Plano de Negócios 2004/2008 confirmou essa estratégia.

Na prática, a empresa adquiriu refinarias na Argentina (Bahía Blanca); no Japão (Okinawa) e nos Estados Unidos (Pasadena, no Texas).

A refinaria de Bahía Blanca, Refinaria Ricardo D. Eliçabe, foi adquirida em 2001 da companhia ibero-argentina Repsol e foi investigada por diversos órgãos para apurar denúncias de que o negócio teria dado prejuízos de US\$2,5 bilhões à Petrobras. Como contrapartida do negócio, a Petrobras teria transferido 30% de participação da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas, no Rio Grande do Sul, os direitos contratuais de 234 postos de combustíveis e 10% dos direitos de exploração do campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos.

O caso está em julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. A troca de ativos está sendo discutida em ação popular na qual está pendente de julgamento Recurso Especial nº 1.234.162.

Em paralelo, a Petrobras passou a investigar na ampliação da capacidade de refino no Brasil, investindo na melhoria da qualidade dos produtos e na capacidade de processar petróleo mais pesado. Como desdobra-

mento dessa estratégia, foram feitos substantivos investimentos em construção e ampliação de refinarias no território brasileiro.

Atualmente, a Petrobras conta com 17 refinarias no Brasil, sendo 13 em operação e 4 em construção. A compra de Pasadena tem início em 2004, quando a Astra Oil junta-se à Crown, em Pasadena, mediante a compra de seus estoques de petróleo e de seus derivados. A Astra despendeu ao menos US\$360 milhões, sendo 240 milhões pagos à proprietária anterior, 112 milhões correspondentes a investimentos realizados antes da venda à Petrobras.

Em novembro de 2005, a Petrobras assinou o memorando de entendimento com a Astra com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA. Em setembro de 2006, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a aquisição por meio de sua subsidiária Petróleo América (PAI), pelo valor de US\$359 milhões. O resumo executivo originado pelo diretor da área internacional e apresentado ao Conselho de Administração sobre a compra da refinaria de Pasadena não citava as cláusulas de Marlim e Put Option nem suas condições e preço de exercício.

A partir de 2007, houve desentendimentos entre a Petrobras e a Astra em relação à ampliação e modernização do parque de refino. A Petrobras pretendia ampliar o refino em 100 mil para 200 mil barris por dia. Em dezembro daquele ano, a Astra enviou à Diretoria Internacional da Petrobras uma carta de intenções para a venda dos outros 50%.

Em março de 2008, a Diretoria da Petrobras apreciou e submeteu a proposta de compra ao Conselho de Administração, que não a autorizou. A Astra exerceu sua opção de venda (Put Option) e a Petrobras assumiu o controle da integralidade da refinaria ainda em 2008, após disputa judicial. Em 2012, tomando por base laudo arbitral confirmado judicialmente, houve uma negociação final entre as partes considerada completa e definitiva.

A polêmica em torno da compra da refinaria de Pasadena diz respeito ao preço pago pela Petrobras. Ao todo, a empresa pagou à Astra Oil Company US\$1,249 bilhão, sendo US\$554 milhões relativos à refinaria e US\$341 milhões relativos à *Trading* e demais gastos que somaram US\$354 milhões, além de ter investido outros US\$685 milhões em melhorias operacionais, manutenção, paradas programadas e segurança, saúde e meio ambiente.

Esse montante é bastante superior aos US\$360 milhões despendidos pela Astra. Por essa razão, a compra da refinaria está sendo investigada pela própria Petrobras, pela CGU, pelo TCU e Ministério Público.

Para atender ao Requerimento 302, de 2014, o Eixo 1 Refinaria Pasadena – abre aspas: “processo de aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas, EUA” – da investigação deve dar respostas ao menos às seguintes perguntas. Ou seja, as pessoas que vierem depor sobre esse tema, nós esperamos que elas respondam pelo menos esses quesitos e outros que nossos pares vierem a propor.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Relator, só para acompanhamento de V. Ex<sup>as</sup>, o Relator está inovando o que normalmente acontece nos planos de trabalho para deixar cada vez mais explícita a preocupação desta Comissão, no sentido de perguntas-chave. Efetivamente, não serão apenas essas perguntas. Mas, a partir dessas perguntas, uma linha de investigação específica.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E esperando que cada depoente que vier responda a estas perguntas como forma de subsídio aos nossos pares:

- a) Em que condições se deu a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras Americana Inc., PAI?
- b) Houve falhas no processo decisório que decidiu pela compra de Pasadena?
- c) A Petrobras conseguirá recuperar os desembolsos realizados à refinaria de Pasadena?
- d) A compra da refinaria de Pasadena obedeceu ao disposto na legislação nacional? Respeitou a legislação dos EUA, dos Estados Unidos, onde se deu a operação?

Para atender ao Eixo 1, esta Comissão deve requisitar ao menos os seguintes documentos:

- a) planos de negócios e de planejamento estratégico da Petrobras que indicou a compra da refinaria;
- b) memorando de entendimento que a Petrobras Americana Inc. assinou com a Astra com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena;
- c) sumário executivo apresentado pela Diretoria Internacional da Petrobras ao Conselho de Administração da Petrobras na reunião que autorizou a compra da refinaria de Pasadena;
- d) atas das reuniões de Conselho de Administração da Petrobras que trataram da compra da refinaria de Pasadena;
- e) acordo de acionistas assinado entre a Petrobras Americana Inc. e a Astra relativo à compra de Pasadena;

- f)** pareceres estudos técnicos contratados pela Petrobras e que subsidiaram o Conselho de Administração para a compra da refinaria de Pasadena;
- g)** contrato de compra de Pasadena e todos os demais documentos e garantias bancárias relativos à compra;
- h)** ação judicial e todos os documentos referentes à arbitragem internacional relativos à compra de Pasadena, entre a Petrobras americana e a Astra, inclusive a decisão proferida pela Corte Federal de Houston, Texas, EUA, que confirmou Sentença Arbitral proferida em abril de 2009;
- i)** relatório da Comissão de Apuração da Petrobras que apura as responsabilidades relativas à compra da Refinaria de Pasadena.

A investigação relativa ao Eixo 1 deve colher, entre outros, os depoimentos das seguintes pessoas:

- a)** Graça Foster, Presidenta da Petrobras;
- b)** José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras de 2005 a 2011;
- c)** Nestor Cerveró, Diretor da Área Internacional da Petrobras, que assinou o Resumo Executivo em 2006 para o Conselho de Administração aprovar a compra dos primeiros 50% de Pasadena;
- d)** Jorge Zelada, Diretor Internacional que assinou o Resumo Executivo em 2008 para o Conselho de Administração aprovar a compra dos 50% remanescentes de Pasadena;
- e)** José Jorge, Ministro do TCU, Relator da auditoria sobre a compra de Pasadena;
- f)** Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobras, que assinou em 2006 o Documento Interno do Sistema Petrobras para a Diretoria Executiva aprovar a compra dos primeiros 50% de Pasadena;
- g)** Samir Passos Awad, Gerente Executivo Internacional Américas, África e Eurásia, que assinou em 2008 o DIP para a Diretoria Executiva aprovar a compra dos 50% remanescentes de Pasadena;
- h)** Rogério Gonçalves de Mattos, Gerente Executivo de Novos Negócios que assinou em 2012 o DIP para a Diretoria Executiva aprovar o Acordo Final relativo à compra dos 50% remanescentes de Pasadena;
- i)** Márcia Castanheira Schneider, Gerente de Tributos Internacionais da Petrobras, que assinou o parecer tributário relativo à compra de Pasadena;
- j)** Carlos César Borromeu de Andrade, Gerente Jurídico Internacional, que assinou o parecer jurídico relativo à compra de Pasadena;
- k)** Gustavo Tardim Barbosa, Gerente Executivo de Finanças da Petrobras, que assinou o acordo de acionistas relativo à compra de Pasadena;
- l)** representantes das Deloitte LLP, Muse & Co, Thompson e Citigroup, que prestaram consultoria para a Petrobras acerca da compra da refinaria de Pasadena.

Portanto, o objetivo aqui é: requerer os documentos para, em seguida, ordenar as audiências públicas de maneira que permita a nossos pares a ter o resumo de cada um desse conjunto de documentos para subsidiar o trabalho de cada Senadora e de cada Senador.

## 5.2. Eixo 2: SBM Offshore

O Requerimento nº 302, de 2014, aduz como fato determinado denúncia de que a empresa SBM, que aluga plataformas flutuantes a companhias petrolíferas, entre as quais a Petrobras, está sob investigação de autoridades da Holanda, da Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por supostos pagamentos de suborno a empresas, inclusive estatais, e autoridades na Guiné Equatorial, Angola, Malásia, Cazaquistão, Itália, Iraque e Brasil. Sediada na Holanda, a SBM tem operações em Mônaco e Estados Unidos e é proprietária de uma das maiores frotas de plataformas flutuantes de produção, armazenamento e transferência do mundo. A denúncia foi publicada pelo jornal *Valor Econômico*, de 13/02/2014.

Ainda segundo o jornal, a SBM Offshore teria confirmado, na Holanda – entre aspas –, “que pagou US\$139,1 milhões em comissões no Brasil entre 2007 e 2011 para os agentes de seus negócios no País” – fecha aspas –, mas alegou não ter – abre aspas – “evidências críveis” – fecha aspas – de que se tratem de propina a funcionários da Petrobras. O representante da empresa no Brasil era o empresário Júlio Faerman, do Grupo Faerman.

De acordo com a denúncia, a empresa pagaria 3% do contrato fechado com a Petrobras a título de comissão para seu representante no Brasil, Júlio Faerman, e este repassaria 2% para funcionários da Petrobras. A denúncia não cita os funcionários envolvidos, nem a forma como os pagamentos teriam sido feitos.

Em virtude do apurado, no Eixo 2 (SBM Offshore: “Indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa “SBM Offshore” para obtenção de contratos junto à Petrobras”), a investigação deve dar respostas, ao menos, às seguintes perguntas:

- a)** A SBM Offshore possui relação comercial direta ou indireta com a Petrobras? Desde quando?
- b)** Quais foram os serviços prestados pela SBM Offshore para a Petrobras? Foram pagas comissões relativas a esses serviços? Para quem? Em que momento?
- c)** Funcionários da Petrobras receberam propina da SBM Offshore? Quem efetuou o pagamento e quem o recebeu? Qual o montante envolvido?
- d)** O pagamento influenciou na celebração de contratos? Quais?
- e)** Quais os prejuízos para Petrobras?

Para atender ao Eixo 2, esta Comissão deve requisitar ao menos os seguintes documentos:

- a)** Documentos dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM a funcionários da Petrobras.
- b)** Documentos do Departamento de Estado dos EUA sobre o tema.
- c)** Relatório de investigação interna da Petrobras sobre o tema.
- d)** Relatório de investigação da CGU.
- e)** Relatório de investigação do TCU.
- f)** Relatório de investigação da Polícia Federal.
- g)** Relatório de investigação do Ministério Público Federal.

A investigação relativa ao Eixo 2 deve colher, entre outros, os DEPOIMENTOS das seguintes pessoas:

- a)** Graça Foster, Presidenta da Petrobras.
- b)** José Sérgio Gabrielli, Ex-Presidente da Petrobras.
- c)** Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU).
- d)** Júlio Faerman, sócio-majoritário das empresas Oildrive e Faercom, que, segundo a denúncia, representava a SBM e que pagaria propina a funcionários da Petrobras.
- e)** Philippe Levy, Presidente da SBM Offshore no Brasil.
- f)** Edmar Diniz de Figueiredo, Gerente de Contratos da Petrobras, responsável pelos contratos da empresa com a "SBM".
- g)** Sietze Hepkema, Diretor de Controle e Governança da "SBM".
- h)** Gustavo Adolfo Villela de Castro, Gerente de Engenharia Naval da Petrobras.
- i)** Pedro Aramis de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras.

### 5.3. Eixo 3: Segurança nas Plataformas

Ao relacionar os fatos determinados relativos ao Eixo 3, o Requerimento nº 302, de 2014 pontua que plataformas da Petrobras "estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores". A título de exemplo, cita a P-62, entregue pelo Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, em dezembro de 2012.

O Brasil conta com 120 plataformas de produção em operação. Apesar da melhoria verificada nos últimos anos, há relatos de acidentes causados pela ausência de equipamentos de segurança, seja dos trabalhadores, seja das plataformas, bem como acidentes ambientais. Em 2001, o Brasil assistiu atônito ao naufrágio da plataforma P-36, no campo de Roncador, Bacia de Campos, a 130 quilômetros da costa do Rio de Janeiro. Com custo estimado de US\$ 350 milhões, a P-36 tirou a vida de 11 trabalhadores. Esta CPI não pode descurar desse falo.

Mais recentemente, outros acidentes ocorreram nas plataformas PUB-3, no Rio Grande do Norte (27/12/2011); PCM-9, em Sergipe (15/09/2013); e SS-53, no Estado do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 2014.

A plataforma P-62 foi construída no Estaleiro Atlântico Sul pelo Consórcio Camargo Corrêa/lesa, no município de Ipojuca (PE). Em março de 2013, um acidente ocorrido durante o içamento da torre do flare do navio plataforma P-62 atrasou as obras, ainda que não tenha feito vítimas.

De tipo FPSO (navio que produz, armazena e transfere petróleo), a plataforma P-62 chegou ao campo de Roncador, na Bacia de Campos (RJ), no dia 20 de janeiro de 2014, tem capacidade diária para produzir 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos de gás. Instalada em profundidade de água de 1.600 metros, a 125 quilômetros da costa, a plataforma P-62 foi interditada para produção pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 14 de março de 2014. De acordo com o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), há graves pendências de segurança que precisam ser atendidas antes do início das operações.

No Eixo 3 (Segurança nas Plataformas), esta CPI deve dar respostas, ao menos, às seguintes perguntas:

- a)** Como está a segurança nas plataformas, especialmente a dos trabalhadores?



- b)** Os órgãos de certificações e fiscalizações das plataformas (Sociedade Classificadora, Marinha e Ibama) estão cumprindo seu papel?
- c)** Quem são os responsáveis pelos acidentes nas plataformas, como os da P-36?
- d)** A segurança nas plataformas aumentou após o acidente com a P-36?
- e)** Os estaleiros estão lançando ao mar plataformas com falhas nos equipamentos de segurança?
- f)** A plataforma P-62 foi lançada ao mar com falta de equipamentos primordiais à segurança dos trabalhadores?

Para atender ao Eixo 3, esta Comissão deve requisitar ao menos os seguintes documentos:

- a)** Lista dos equipamentos de segurança das plataformas em atividade;
- b)** Relatórios da Sociedade Classificadora, Marinha, Ibama, ANP sobre a segurança nas plataformas;
- c)** Relatório da ANP sobre o acidente na P-36 e nas demais plataformas;
- d)** Relatório da ANP sobre a P-62;
- e)** Relatórios de inspeção realizada pela Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) sobre a P-62;
- f)** Investigações na Polícia Federal, Ministério Público e Justiça sobre a segurança nas plataformas;
- g)** Contrato entre a Petrobras e o Consórcio Camargo Corrêa/lesa (CCI) relativo à P-62;
- h)** Apólices de Seguro, comunicação com a seguradora, em especial notificações de agravamento de risco, bem como toda documentação relativa à notificação de sinistro, investigação da seguradora e recebimento de prêmio, e outros documentos referente à plataforma P-36;

A investigação relativa ao Eixo 3 deve colher, entre outros, os DEPOIMENTOS das seguintes pessoas:

- a)** José Maria Rangel, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), referido no Requerimento nº 302, de 2014;
- b)** João Antônio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP);
- c)** Graça Foster, Presidenta da Petrobras;
- d)** Magda Chanibriard, Diretora-geral da ANP;
- e)** Paulo Augusto Santos da Silva, Presidente do Consórcio Camargo Correia/lesa (CCI), que construiu a P-62;
- f)** Ângelo Bellelis, Presidente do Estaleiro Atlântico Sul (EAS);
- g)** Marco Túlio Pereira Machado, Gerente Executivo de Exploração e Produção da Petrobras;
- h)** Mareio Carvalho da Silva, Gerente de Empreendimentos da Petrobras, responsável pela plataforma P-62;
- i)** David ZyJbersztajn, Diretor-Geral da ANP quando a P-36 afundou, em 2001;
- j)** Representante da Marinha do Brasil, a quem cabe a aprovação e supervisão das embarcações;
- k)** German Eframovich, presidente da Marítima Petróleo e Engenharia Ltda., responsável pela construção da P-36;

Além dos documentos e das oitivas, esta Comissão realizará DILIGÊNCIA em plataformas da Petrobras e no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), com o objetivo de verificar in loco o atendimento dos requisitos fundamentais à segurança nas plataformas, especialmente a dos trabalhadores.

#### 5.4. Eixo 4: Superfaturamento na Construção de Refinaria

Ao justificar o inquérito parlamentar no tocante ao Eixo 4 ("Indícios de superfaturamento na construção de refinarias"), o Requerimento nº 302, de 2014, diz que o "exemplo mais emblemático" teria ocorrido na Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Uma auditoria iniciada em 2008 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teria verificado irregularidades na elaboração do projeto e na execução de obras de terraplanagem, em serviços complementares e em drenagens, no armamento e na pavimentação na refinaria. As denúncias dizem respeito ainda à construção da interligação entre a Refinaria Abreu e Lima e o Pier do Porto de Suape. De acordo com o Requerimento, entre as irregularidades, haveria "sobrepço superior a R\$69 milhões. O contrato para esses serviços de preparação para a construção da refinaria, inicialmente orçado em cerca de R\$429 milhões, foi finalizado com custo aproximado de R\$534 milhões (valores de 2007)".

O Requerimento diz ainda que, após provocação do TCU, a Petrobras teria firmado apólice de seguro com o consórcio responsável pelas obras para garantir o ressarcimento dos valores questionados pelo TCU, caso fossem constatadas irregularidades. "Cerca de R\$49 milhões já foram devolvidos à petroleira." Aduz ademais que a "cascata de erros" teria gerado o pagamento de "quase R\$2 bilhões em faturas de serviços não previstos originalmente" e de aditivos de R\$943 milhões, fora R\$1 bilhão em cobrança sob análise da estatal. Diz, ade-



mais, que “pelos cálculos atuais, quando iniciar a operação, que deverá acontecer possivelmente em 2015, a Refinaria terá custado cerca de R\$35,8 bilhões”.

Os autores do Requerimento nº 302, de 2014, fazem referência à relação entre a Petrobras e a empresa venezuelana PDVSA: “A estatal petrolífera venezuelana PDVSA é parceira do projeto Refinaria Abreu e Lima, mas ainda não investiu dinheiro nas obras. A Petrobras tem tentado um acordo com a PDVSA sobre a sua possível saída do projeto, mas as negociações não avançam”.

Além do TCU, as denúncias de sobrepreço nas obras da Refinaria Abreu e Lima ou Refinaria do Nordeste (RNLST) são investigadas por diversos órgãos, como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Essas denúncias foram apuradas pela CPI da Petrobras, realizadas pelo Senado em 2009.

Para dar conta da investigação dos fatos relacionados no Requerimento nº 302, de 2014, esta CPI deve dar respostas, ao menos, às seguintes perguntas:

- a)** Há superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima?
- b)** Qual o orçamento inicial e o orçamento final da refinaria?
- c)** Quais os fatores determinantes para a assinatura dos aditivos? Quem eram os responsáveis pela aprovação dos aditivos?
- d)** A Petrobras observou a legislação aplicável às licitações e os contratos?
- e)** Houve alteração no projeto de construção da RNEST em decorrência dos erros apontados pelos órgãos de fiscalização?
- f)** Houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima?
- g)** Qual o papel da PDVSA na Refinaria Abreu e Lima?
- h)** A estatal venezuelana tem respeitado o contrato?

Para atender ao Eixo 4, esta Comissão deve requisitar ao menos os seguintes documentos:

- a)** Auditorias e Tomadas de Contas Especiais do TCU sobre a Abreu e Lima.
- b)** Fiscalizações da CGU relativas a Abreu e Lima.
- c)** Inquéritos da Polícia Federal referentes à construção da Abreu e Lima.
- d)** Processos do Ministério Público Federal e da Justiça Federal referente à construção da Abreu e Lima.
- e)** Contratos, aditivos e respectivos pagamentos realizados pela Petrobras e fornecedores relativos a Abreu e Lima.
- f)** Carta de intenções, termo, acordo ou contrato firmado entre a Petrobras e a PDVSA sobre a Abreu e Lima.

A investigação relativa ao Eixo 4 deve colher, entre outros, os depoimentos das seguintes pessoas:

- a)** Graça Foster, Presidenta da Petrobras.
- b)** José Sérgio Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras.
- c)** Benjamim Zymler, Ministro do TCU, Relator da Tomada de Contas Especial sobre a Refinaria Abreu e Lima;
- d)** Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU);
- e)** Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, ex-Diretor Presidente da RNEST;
- f)** Representante da PDVSA no Brasil;
- g)** Glauco Colepicolo Legati, Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima;
- h)** Alexandre Rabello, Gerente de Engenharia de Custos da Petrobras.

Ainda no Eixo 4, esta CPI, em diligência, realizará visita de inspeção nas obras da Refinaria Abreu e Lima, para acompanhar, *in loco*, a evolução das obras.

#### 6. Cronograma inicial

Após a instalação e a aprovação deste Plano de Trabalho, esta CPI realizará reunião administrativa para apreciação de requerimentos relativos à requisição de documentos, depoimentos de pessoas e diligência. Na sequência, serão colhidos os depoimentos da atual Presidenta da Petrobras, Graça Foster, e do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli. Depois, a cada semana, a critério do Colegiado, esta CPI pautará um específico eixo de investigação.

#### 7. Conclusão

A Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro. As atividades previstas neste Plano de Trabalho visam a conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca da verdade real. Busca-se uma CPI técnica. Volto a registrar: busca-se uma CPI técnica – por isso é que nós estamos inovando, colocando os quesitos para que cada depoente responda-os, sem prejuízo de outras perguntas que nossos pares, porventura, entendam importantes –, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importante do Congresso Nacional, que é a fiscalização.

É isso, Sr. Presidente e nossos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel, eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Na primeira incursão como Relator, V. Ex<sup>a</sup> presenteia esta Comissão com um trabalho denso, sério, demonstrando que V. Ex<sup>a</sup> quer, com essa investigação, buscar a fundo as razões que levaram a esse fato determinado, constitutivo da CPI, o Requerimento nº 302, e também aduzindo a uma série de documentos e concluindo com diligências *in loco*.

Passo a discutir o Plano de Trabalho.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda e, depois, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu parabenizo o Relator pela iniciativa e pelas condições do trabalho dado.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>: há um requerimento também, para que seja incluso para convocação, já que nós estamos com a pirâmide toda, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, para uma oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Será lido e deliberado por esta Comissão também, Senador Cyro Miranda.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, quero dizer que eu já participei de algumas CPIs aqui e na Câmara dos Deputados, mas nunca vi, Presidente Vital, Senador Antonio Carlos, um plano de trabalho tão completo quanto esse apresentado pelo Senador Pimentel neste momento. É um plano que vai fundo nas investigações.

Então, quero, Senador Pimentel, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho realizado. Críticas podem ser feitas no sentido do exagero, e não da falta dos questionamentos.

Além de ser um plano denso, é um plano extremamente organizado, que orienta, inclusive, os depoimentos que certamente teremos aqui, nesta CPI.

Então, Senador Pimentel, quero cumprimentá-lo pela dedicação e pelo plano que V. Ex<sup>a</sup> traz hoje a esta CPI, e dizer que requerimentos para viabilizar o plano já estão sobre a mesa para que sejam apreciados e votados.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Humberto Costa, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, para discutir o Plano de Trabalho, se deseja aduzir alguma sugestão, incluir algum novo aspecto que não conste no Plano de Trabalho. Fica V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, Sr. Presidente, na verdade, eu quero também aqui fazer referência positiva à proposta que foi apresentada pelo Relator, o Senador José Pimentel, e dizer que acho que nós precisaremos aprofundar um pouco mais naquilo que diz respeito ao momento em que cada um dos convidados deve aqui comparecer, enfim... Mas, do ponto de vista geral, o conteúdo do que vai ser investigado, as pessoas a serem convocadas, eu acredito que tudo o que foi apresentado pelo Senador Relator atende às nossas expectativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou passar a palavra...

Nós vamos votar o primeiro bloco de requerimentos trazidos pelo Senador Pimentel, já com parecer de S. Ex<sup>a</sup>. Mas, antes, vamos votar o Plano de Trabalho como um todo. E, depois, sequenciar com os requerimentos, tanto os requerimentos trazidos pelo Senador José Pimentel na condição de Autor Relator, com pareceres favoráveis de S. Ex<sup>a</sup>, como de outros Senadores que constam deste primeiro bloco.

Em votação o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Não há nenhuma objeção.

Aprovado por unanimidade o plano de trabalho.

Vou pedir ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, para efeito, inclusive, de acompanhamento da nossa Secretaria, porque são 73 convocações, requisições de relatórios, cópias de contratos, requisições de funcionários... Então, o Senador Antonio Carlos Rodrigues vai sistematizar, para a atenção dos senhores, quais esta-

remos votando a partir de agora, neste primeiro bloco. Depois, há dois requerimentos sobre a mesa, que serão também discutidos e votados.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, com a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (Bloco União e Força/PR - SP) – Requerimentos apresentados em 15/05/2014.

Requerimento nº 1. Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal a cessão de dois delegados para assessorar esta CPI. Do Senador José Pimentel.

Requerimento nº 2. Requer ao Presidente do Tribunal de Contas da União a cessão de dois servidores para assessorar esta CPI. Também do Senador José Pimentel.

Requerimento nº 3. Requer ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União a cessão de dois servidores para assessorar nos trabalhos da relatoria da CPI. Também do Senador Pimentel.

Requerimento nº 4. Requer ao Advogado-Geral da União a cessão de dois advogados ou procuradores federais para assessorar esta CPI. Também do Senador Pimentel.

Requerimento nº 5. Requer que seja convocado o Sr. Nestor Cerveró, ex-Diretor da Petrobras.

Requerimento nº 6. Requer que seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge.

Requerimento nº 7. Requer que seja convidado o Ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União.

Requerimento nº 8. Requer cópia dos Planos de Negócios.

Requerimento nº 9. Requer cópia do memorando de entendimento que a Petrobras América Inc. (PAI) assinou com a Astra Oil Company com o objetivo de estabelecer uma operação conjunta de comercialização e refino nos EUA, que resultou na compra da refinaria de Pasadena. Do Senador Anibal Diniz.

Requer à Petrobras cópia das atas.

Requer cópia do Sumário Executivo apresentado pela diretoria.

Requer que seja convocado o Sr. Jorge Zelada.

Requer que seja convocado o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva.

Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria do Citigroup.

Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Muse Stancil & Co.

Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Thompson & Knight LLP.

Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Requer à Agência Nacional do Petróleo (ANP) cópia de relatórios e demais documentos relativos ao acidente na plataforma P-36.

Requer cópia dos relatórios e demais documentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Requer que seja convocado o Sr. João Antonio de Moraes.

Requer seja convidada a Srª Magda Chambriard, Diretora Geral da Agência Nacional de Petróleo.

Requer seja convocado o Sr. Paulo Augusto Santos da Silva.

Requer seja convocado o Sr. Angelo Bellelis.

Requer cópia dos inquéritos da Polícia Federal relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Requer cópia de processos e procedimentos de investigação da CGU relacionados com a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Requer cópia dos processos em tramitação no Ministério Público Federal.

Requer seja convocado o Sr. Julio Faerman.

Requer seja convocado o Sr. Edmar Diniz de Figueiredo.

Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore.

Requer seja convocado o Sr. Phillippe Levy.

Requer seja convocada a Presidenta da Petrobras, Graça Foster.

Requer seja convocado o ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Requer que seja convocado o representante da empresa de consultoria Deloitte & Touche LLP.

Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Marinha do Brasil.

Requer cópia das apólices de seguro e demais documentação relativa ao acidente na plataforma P-36.

Requer seja realizada diligência para verificação *in loco* da segurança.

Requer seja convocado o Sr. José Maria Rangel.

Requer seja realizada diligência na Refinaria Abreu e Lima.

Requer seja convocado o Sr. Glauco Colepicolo Legati.

Requer seja convocado o Sr. Alexandre Rabello.

Requer cópia dos processos e outros documentos do Ministério Público Federal.

Requer cópia de inquéritos e outros documentos da Polícia Federal.

Requer à Petrobras cópia dos Pareceres e Estudos Técnicos

Requer à Petrobras cópia do contrato de compra da refinaria de Pasadena.

Requer à Petrobras cópia da ação judicial e documentos relativos à arbitragem internacional relativos à aquisição de Pasadena.

Requer que seja convocado o Sr. Rogério Gonçalves de Mattos.

Requer que seja convocado o Sr. Samir Passos Awad.

Requer que seja convocada a Srª Márcia Castanheira Schneider.

Requer cópia dos processos do Ministério Público Federal sobre segurança nas plataformas.

Requer cópia do inquérito da Polícia Federal sobre segurança.

Requer cópia dos relatórios e demais documentos da Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

Requer seja convocado o Sr. Marco Túlio Pereira Machado.

Requer seja convocado o Sr. David Zylbersztajn.

Requer cópia dos contratos, aditivos e respectivos pagamentos realizados pela Petrobras.

Requer seja convidado o Ministro Benjamim Zymler, do Tribunal de Contas da União, Relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Requer seja convocado o Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras.

Requer seja convocado o Sr. Gustavo Adolfo Villela de Castro.

Requer seja convocado o Sr. Sietze Hepkema, Diretor de Controle e Governança da SBM Offshore.

Requer cópia de relatórios e outros documentos da Petrobras sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.

Requer cópia de relatórios e outros documentos da CGU sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da empresa.

Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

Requer à Petrobras cópia do Relatório da Comissão de Apuração relativa à Aquisição de Pasadena.

Requer que seja convocado o Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade.

Requer à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras relação detalhada dos equipamentos de segurança nas plataformas em atividade.

Requer cópia do contrato celebrado entre a Petrobras e o Consórcio Camargo Corrêa/lesa para a construção da plataforma P-62.

Requer seja convocado o representante da Marinha do Brasil.

Requer seja convocado o Sr. Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes.

Requer cópia de relatórios e outros documentos do TCU sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esses requerimentos, todos os 73, já têm parecer do Senador José Pimentel, ora requerimentos de sua autoria, requerimentos do Senador Anibal Diniz, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Humberto Costa.

Em votação os 73 requerimentos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os 73 requerimentos.

Há dois requerimentos sobre a mesa. Estes não têm parecer e nós vamos solicitá-los ao Relator.

Requerimento nº 74, do eminente Senador Cyro Miranda.

Requer, nos termos do art. 148, combinado com o art. 58 do Regimento Interno do Senado e do art. 58 da Constituição Federal, a convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para oitiva nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, objeto do Requerimento 302, de 2014.

Com a palavra o Sr. Relator, para parecer e para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srª Relatora e Srs. Relatores, como nós terminamos de aprovar o plano de trabalho, ele tem como objetivo construir uma série de dados e fatos sobre o Requerimento 302. Os 73 requerimentos que nós terminamos de aprovar dizem respeito a requisitar documentos para complementar as diligências do plano de trabalho.

As pessoas aqui convocadas e convidadas o foram – são convidados apenas os Ministros do TCU e da CGU; todos os demais são convocados – com o objetivo de atender exatamente ao plano de trabalho.



No que diz respeito ao Requerimento nº 74, que convoca o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele não tem nenhuma relação com o que nós estamos investigando.

Por isso, Sr. Presidente, meu parecer é contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para encaminhamento de votação, na forma regimental, dois membros da Comissão podem se posicionar para encaminhar – um a favor; outro, contra.

Para encaminhar a favor, o autor do requerimento, Senador Cyro Miranda.

Para encaminhar contra, o Senador Humberto Costa.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu vejo que foi muito bem elaborado esse plano, e ele pega a pirâmide toda. Ele não convidou a Senhora Dilma Rousseff porque ela é Presidente da República, mas ela era presidente do Conselho na época.

Mas o mandatário, que tinha a obrigação de estar a par de tudo, na época, era o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que deveria saber de tudo o que estava acontecendo.

Portanto, acho que o depoimento do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do Senador José Pimentel – aliás, eu gostaria de ir até um pouco mais atrás.

Boa parte da discussão que nós tivemos aqui se deu em torno de esta CPI ter uma amplitude maior ou menor.

E a decisão do Supremo foi absolutamente clara, no sentido de que deveríamos nos ater àqueles quatro pontos que faziam parte do requerimento apresentado pela oposição, juntamente com as assinaturas necessárias à viabilização da CPI, e, portanto, acho que nós nos devemos ater a isso.

Com todo o respeito ao meu colega Senador Cyro Miranda, eu entendo que, neste momento, a convocação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é algo completamente desvinculado do trabalho que nós estamos fazendo aqui, sem nenhum propósito, a não ser algum tipo de propósito de enfrentar esta temática do ponto de vista político.

Até o presente momento, já surgiram matérias e mais matérias na imprensa tratando desses problemas relativos à Petrobras, a oposição se pronunciou em vários momentos, e, em nenhum momento, o nome do ex-Presidente Lula foi sequer citado como tendo, de alguma forma, relação direta ou indireta com esses fatos.

Portanto, eu entendo que nós deveremos rejeitar esse requerimento.

Obviamente, tudo o que vai acontecer daqui para a frente, conexões, enfim, serão objeto de uma discussão lá para frente. Mas, neste momento – e tenho absoluta convicção de que também não acontecerá mais para frente –, não há qualquer conexão entre o nome do ex-Presidente e os trabalhos desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos a voto.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – (*Fora do microfone.*) – Faremos votação nominal. Não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Verificação de quórum concedida a V. Ex<sup>a</sup>. Já faço nominal de imediato.

Peço à Assessoria para...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para verificação de quórum, não é preciso apoio?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ciro Nogueira, como vota V. Ex<sup>a</sup>? (*Pausa.*)

O voto “não” é contrariando o requerimento. O voto “sim” é apoiando o requerimento.

Senador José Pimentel, Relator, voto conhecido.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Voto conhecido. Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) –

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não.

Senador Acir Gurgacz não está presente.

Senador Cyro Miranda, voto conhecido. É o autor do requerimento.

Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (Bloco União e Força/PR - SP) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por seis votos “não” e um voto “sim”, o requerimento está rejeitado.

Requerimento seguinte. É o 75.

Requer que seja convidado o Sr. Valter Shimura, Gerente de Implantação do Comperj. É de autoria do Senador Humberto Costa.

Sr. Relator, para seu parecer.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o convite ao Sr. Valter Shimura, Gerente de Implantação do Comperj, uma refinaria em construção no Estado do Rio de Janeiro, tem identidade total com o Eixo 4.

Por isso, nosso voto é favorável, mas fazendo uma alteração: como estamos convocando e não convidando, eu pediria ao autor e aos nossos pares que alterássemos de convite para convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Solicitação atendida pelo autor.

Para encaminhamento... *(Pausa.)*

Nenhum dos Senadores querem encaminhar nem a favor nem contra.

Em votação o Requerimento nº 75.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos, na próxima semana, na terça-feira e na quinta-feira, reuniões ordinárias. Na forma do plano de trabalho, teremos aqui a Sr<sup>a</sup> Graça Foster, Presidente da Petrobras, na terça-feira, às 10h15, e o Sr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras entre 2005 e 2011, na quinta-feira, às 10h15. Vamos iniciar já na forma do requerimento aprovado dentro do modelo de trabalho.

Sr. Senador Pimentel, alguma declaração?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a forma como V. Ex<sup>a</sup> está ordenando os trabalhos. Tenho pleno acordo com o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, tenham todos um bom dia e fiquem com Deus!

*(Iniciada às 15 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente

“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

### ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião realizada em 20 de maio de 2014, às 10 horas e 21 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Rodrigues, e Aníbal Diniz**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Cyro Miranda e Gim**. Na oportunidade, foi realizada oitiva de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Ex-Presidente da Petrobras.

Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Secretário de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

Motivo: Requerimento nº 34, de 2014.

Tenho a honra de convidar o Sr. José Sérgio Gabrielli a tomar assento à mesa.



No transcorrer do depoimento, serão obedecidas as seguintes normas: o depoente terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente ou de dez minutos, intercalando respostas e perguntas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com a preferência para o relator, a Presidência, o autor do requerimento, no caso, o Senador Humberto Costa, os membros titulares, os suplentes e, ao final, os não membros.

Os líderes poderão intervir, na forma regimental, mas não inquirir os depoentes.

Com a palavra, o Dr. Sergio Gabrielli.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Exmº Sr. Senador Vital, Presidente da Comissão, Exmºs Srs. Senadores, eu gostaria de usar esses 20 minutos para contextualizar algumas questões que me parecem relevantes nos objetos, nos fatos determinantes da criação desta CPI.

Primeiro, eu queria falar um pouco que o negócio de petróleo e de derivados é um negócio com algumas características especiais que não são comuns em todos os setores, mas é necessário que nós coloquemos para entender os processos decisórios que ocorrem nessa indústria.

O petróleo é uma indústria que, necessariamente, precisa trabalhar com o longo prazo. O tempo médio entre uma descoberta e o primeiro óleo é em torno de sete anos. Uma refinaria leva de seis a sete anos para ser construída.

Apesar desse tempo necessário dos investimentos na área de petróleo, os preços do petróleo e os preços dos derivados variam a cada minuto. Portanto, você combina um negócio que, necessariamente, é um negócio de longo prazo com variações de curtíssimo prazo dos seus preços. Consequentemente, você tem que ter... Essencialmente, a principal questão na indústria do petróleo é o planejamento estratégico, é a ideia de que você tem que responder às expectativas de como as conjunturas mudarão.

Portanto, as suas decisões em qualquer negócio da área do petróleo são decisões que se referem à sua visão do que está acontecendo naquele momento, antecipando quais são as probabilidades do que acontecerá no futuro.

Para viabilizar isso, se em todas as empresas o plano estratégico é um elemento fundamental, numa empresa de petróleo, ele é vital.

Como é o processo, portanto, de formatação, de definição, de como entra, o que entra ou não entra no plano estratégico de uma empresa? O primeiro elemento fundamental é a aderência dos objetivos que essa empresa tem naquele horizonte daquele plano. Esses objetivos, portanto, são determinados por uma percepção do que é mais relevante, do que é mais importante, naquele momento, fazer para responder aos desafios que o setor apresenta em médio e longo prazo.

A segunda característica importante é você fazer uma avaliação precisa de cada projeto.

Um plano de negócios de uma empresa como a Petrobras envolve mais de 700 projetos, não tem um projeto só, e envolve centenas de projetos que estão em fases de maturação distintas.

Um projeto de investimento passa pelo menos, numa grande empresa, por quatro fases: uma fase inicial, que é uma fase de conceituar o projeto, ter uma ideia geral do que é o projeto, ter uma ideia geral de quanto custa esse projeto. Numa segunda fase, esse projeto é detalhado. Numa terceira fase, esse projeto vai à fase de projeto básico e até de projeto executivo, quando, tomada a decisão, se iniciam as licitações e as contratações.

Então, na maioria dos projetos, as licitações e contratações ocorrem na terceira fase de avaliação dos projetos.

Durante essas três fases, o custo previsto do projeto pode variar.

Os padrões internacionais dizem que, na fase um, os projetos de grandes empresas variam entre menos 50% e mais 100% da estimativa inicial. Na fase dois, esse intervalo se reduz para menos 30% e mais 50%. Na fase três, menos 20% e mais 30%; e na fase quatro, ainda assim, na implantação do projeto há variações dos custos dos investimentos.

Portanto, a ideia de avançar nas diversas fases é identificar nessas diversas fases melhorias do detalhamento do projeto. Frente a esse tipo de situação, é preciso identificar quem toma a decisão de um projeto entrar ou não no plano de negócio. É o Conselho de Administração. Então, o Conselho de Administração de uma empresa é o órgão fundamental para tomar as decisões estratégicas da empresa. O Conselho de Administração, no caso de uma empresa como a Petrobras, reúne-se mensalmente, toma decisões colegiadas, e essas decisões colegiadas são decisões discutidas no âmbito do Conselho, no Plano Estratégico. Não compete ao Conselho, nem o Conselho tem possibilidade, entrar nos detalhes operacionais de contratos, nem nos detalhes operacionais de cada negócio. As decisões são: o negócio é aderente ao plano estratégico? O negócio tem custo adequado às condições de mercado? O negócio traz retorno para a companhia? Frente a isso, aceita-se ou não se aceita esse projeto no plano de negócio.

Portanto, as decisões de conselho são decisões estratégicas, não são decisões operacionais. As decisões mais operacionais ficam no âmbito da Diretoria Executiva, que se reúne toda semana e que toma entre 1300 e 1600 decisões por ano. Também na Diretoria Executiva você não tem condições de ir totalmente a todas as condições operacionais.

A Petrobras, por exemplo, tem um Grupo Executivo, chamado G1, que é um grupo que trabalha e toma as decisões em nível de gerências executivas e gerências gerais da Petrobras. Esse é um grupo que tem 450 gerentes. Esses, sim, é que entram em questões operacionais e, portanto, têm uma estrutura complexa de tomada de decisões. Uma estrutura desse tamanho não pode funcionar à base das pessoas; tem que funcionar à base dos procedimentos, das regras das comissões e das diversas instruções que são feitas ao longo do processo das decisões.

Portanto, o conjunto das decisões não são decisões individuais tomadas por ninguém. É o resultado de um conjunto de ações do conjunto da empresa, avaliando as incertezas de longo prazo e de curto prazo. Assim foram as decisões de Pasadena.

Eu queria agora falar um pouco de quais eram as condições que o Conselho de Administração da Petrobras tinha não em 2006, mas no final da década de 1990, início dos anos 2000.

O Conselho de Administração da Petrobras tinha a seguinte realidade: primeiro, um País onde não crescia o consumo de derivados; um País que estava estagnado no seu crescimento econômico; um País que estava com as suas refinarias sendo utilizadas, porém, não podiam crescer porque não havia mercado no Brasil para crescerem as refinarias; as suas refinarias estavam sendo separadas progressivamente para se fazer operações do tipo da que foi feita com a Refap, no Rio Grande do Sul, que foi uma refinaria privatizada com a Repsol, no Rio Grande do Sul.

Essa situação das refinarias, portanto, era uma situação em que as refinarias brasileiras estavam adaptadas para produzir petróleo leve. É muito importante chamar a atenção para isso, porque, quando elas foram construídas, foi para produzir petróleo leve. O petróleo leve é um petróleo que produz derivados com refinarias mais simples. O petróleo brasileiro é um petróleo pesado. O petróleo produzido na Bacia de Campos é um petróleo que precisa de refinarias mais complexas.

Portanto, os investimentos que o Conselho de Administração da Petrobras toma em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 são investimentos voltados para a melhoria da qualidade de nosso perfil de refino e para viabilizar maior utilização do petróleo brasileiro nas refinarias brasileiras. Essa decisão, no entanto, enfrentava outra realidade, que era o fato de que a Bacia de Campos, principalmente no Campo de Marlim, que produz o Petróleo Marlim, tinha um potencial muito grande de produção. Portanto, teríamos uma perspectiva de crescer a produção de petróleo no Brasil e, ao mesmo tempo, não tínhamos a perspectiva de crescer o refino no Brasil.

O que é que decide o Conselho de Administração da Petrobras? Se eu vou ter um crescimento da produção de petróleo e não vou ter crescimento do refino, eu vou buscar refino no exterior. É por isso que a Petrobras vai e adquire refinaria na Bolívia, adquire refinaria na Argentina e procura refinaria nos Estados Unidos, na Europa, no Japão. Isso acontece em 1998, em 1999, em 2000, em 2001, em 2002, sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E adapta, o Conselho de Administração da Petrobras adapta estratégia àquela realidade de um mercado que não crescia. Portanto, aponta que a estratégia da Petrobras é buscar refino no exterior.

A produção de petróleo, no entanto, enfrentava dificuldades do ponto de vista financeiro. Em 1998 e 1999, aí não me recorde exatamente o ano – 1997, 1998, 1999 –, se cria uma estrutura financeira chamada Consórcio Marlim. Esse Consórcio Marlim era uma maneira de atrair investidores financeiros que quisessem investir no desenvolvimento da produção de petróleo no Brasil para produzir petróleo Marlim, petróleo pesado, na Bacia de Campos.

Como os investidores estrangeiros e como os investidores nacionais estavam entrando numa produção de petróleo que não tinha mercado internacional, porque o Marlim era um petróleo recentemente produzido, portanto, não era um petróleo conhecido no mercado internacional, esses investidores pedem uma garantia especial para que, ao investir, tivessem certa garantia do retorno que teriam. É a origem, portanto, central da famosa cláusula Marlim. A famosa cláusula Marlim, portanto, o conceito da cláusula Marlim começa em 1998, 1999, no Consórcio Marlim, que foi uma estrutura financeira para viabilizar a atração de capitais internacionais para financiar a expansão da produção de petróleo em Marlim.

Ao mesmo tempo, o Governo, em 1998, 1999, 2000, 2001, vende ações da Petrobras na Bolsa de Nova York. Ao vender essas ações na Bolsa de Nova York, não são ações que a Petrobras vende. Quem vende essas ações, em 1998 e 1999, é o Governo. Portanto, a arrecadação das receitas das ações vendidas em 1998, 1999 não vem para a Petrobras, mas alimenta o caixa do Governo Federal em 1998, 1999, 2000. Portanto, essa estrutura de vendas de ações da Petrobras na Bolsa de Nova York introduz a Petrobras na Bolsa de Nova York, no entanto não traz receita para a Petrobras, diferentemente da capitalização ocorrida em 2009, 2010, quando

foram vendidas ações da Petrobras e o retorno veio para a Petrobras, e não para o Governo Federal, em 2009, 2010. Estou comparando aqui as vendas das ações em 2000, na década de 90 e 2000, com as ações em 2009.

Consequentemente, a Petrobras está nessa situação de dificuldade financeira, faz a viabilização em Marlim, investe em Marlim e faz Marlim crescer. Aí vai olhar os Estados Unidos. Ao olhar os Estados Unidos, o que nós vemos é um mercado crescente. O mercado de consumo de derivados nos Estados Unidos está bombando nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Portanto, é um mercado em crescimento. Não somente é um mercado em crescimento em gasolina, mas é um mercado em crescimento na demanda de petróleo pesado. Os Estados Unidos vinham comprando petróleo pesado do México, da Venezuela, do Canadá e estava ávido por petróleo pesado.

As refinarias americanas, que são dezenas ou centenas de refinarias, muitas pequenas, muitas grandes, são refinarias que estavam passando por um processo, na década de 80, de alta densidade de investimentos na mudança da capacidade de ela processar petróleo mais pesado. Portanto, aquelas refinarias que não processavam petróleo pesado eram refinarias que estavam mais baratas.

O Conselho de Administração da Petrobras, portanto, ao analisar esse quadro em 2005, em 2004, em 2006, já, portanto, sob a direção do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, avalia, mantendo a mesma estratégia do Conselho de Administração de antes, que era uma boa oportunidade de adquirir a refinaria de Pasadena, porque era uma refinaria que estava extremamente bem localizada no Golfo do México, na entrada do Golfo do México, conectada às redes de gasoduto e oleodutos que levavam o produto dela para o nordeste americano, para o mercado de Nova York, viabilizando, portanto, a entrada de produtos derivados de petróleo no melhor mercado do mundo, que é o mercado do leste americano.

E era, também, uma refinaria que estava barata. Não é que estava cara, estava barata, porque ela foi comprada e os primeiros 50% equivalentes a menos da metade do preço médio das refinarias por barril de destilação, na época. Portanto, você tem um negócio que é aderente estrategicamente, que era um negócio a preços adequados e que, portanto, na medida em que o mercado continuasse crescendo, na medida em que você continuasse com a diferença entre petróleo leve e pesado de tal maneira que valesse a pena comprar petróleo pesado para produzir os derivados e, portanto, ganhar a diferença, você teria uma refinaria que daria, com certeza, um retorno bastante elevado para a Petrobras.

Essa foi a motivação e a condição estratégica para a decisão para a compra de Pasadena. Isso ocorre em 2005 – depois das perguntas eu posso detalhar todos os processos. Mas, durante 2005, se fazem as negociações. Ao final de 2005, a Petrobras anuncia ao mercado que tinha assinado memorando de entendimento para fazer essa aquisição. Essa aquisição se conclui em setembro de 2006, e nós, portanto, assumimos 50% da refinaria em setembro de 2006.

A partir da aquisição dessa refinaria, em setembro de 2006, começamos, em 2007, a ter problemas com o nosso sócio. Temos problemas na escolha da engenharia e na forma da engenharia para a expansão da refinaria, temos problemas na concepção e na importância dos investimentos para segurança e meio ambiente, temos problemas na maneira de gerenciar a refinaria, temos, portanto, vários problemas. E, durante 2007, nós passamos por um processo de intensas disputas internas, de negociações, de decisão que tínhamos que fazer o divórcio, que tínhamos que separar e, portanto, passamos o ano de 2007 em conflitos de negociação.

Chegamos ao início de 2008 com a proposta da Diretoria ao Conselho para adquirir os outros 50% de Pasadena. O Conselho de Administração faz a sua avaliação, em fevereiro de 2008, e considera que essa aquisição dos 50% não deveria ser feita. Portanto, remete à Diretoria a solução operacional de como enfrentar a situação da existência de uma associação com uma empresa em que você não pode mais conviver por diferenças e processos operacionais.

A Petrobras, portanto, em junho de 2008, entra em um processo de arbitragem contra o sócio, de acordo com as regras do contrato. Em julho de 2008, a Astra entra na ação judicial contra a Petrobras. Essa disputa judicial arbitral dura 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Foram seis ações judiciais e um processo arbitral com uma complexidade bastante grande, portanto, basicamente de disputa nesse período. Conclui-se isso em março de 2012. E em março de 2012, portanto, se adquire completamente a refinaria.

No final das contas, esse negócio é um negócio bom, ou um negócio ruim, ou um negócio que muda? É um negócio que muda. Ele era bom no momento em que foi adquirido; a partir de 2008, ele se torna um mau negócio, porque ele reflete a mudança que ocorreu no mundo com a crise financeira de 2008, ele reflete uma mudança que ocorreu no mercado de petróleo, com a descoberta da Shell Oil & Gas nos Estados Unidos, que revoluciona o mercado de petróleo nos Estados Unidos e torna o petróleo leve extremamente disponível e, portanto, reverte completamente essa vantagem que se tinha no passado. E ela, portanto, passa por uma situação de dificuldades entre 2008 a 2012. A partir de 2013, ela volta a ser um bom negócio.

Em 2014, ela é um empresa lucrativa. Em 2014 ela é lucrativa! Por quê? Porque tem petróleo disponível no Texas a preço barato, leve, que pode ser processado em Pasadena, e Pasadena, portanto, pode, vendendo derivados no mercado americano, ter uma margem em torno de US\$30 a US\$40 por barril, e ela tem capacidade de produzir 100 mil barris por dia. Cem mil barris por dia, 300 dias por ano, são 30 milhões de barris; 30 milhões de barris a US\$100 são US\$3 bilhões de processamento de petróleo por ano. Se ela tiver uma margem de 10% disso, são US\$100 milhões de lucro por ano. Portanto, é uma refinaria potencialmente muito lucrativa.

Além disso, pelo efeito dos investimentos que a Petrobras fez em Pasadena, semana passada, na quinta-feira, a refinaria de Pasadena foi premiada nos Estados Unidos como a melhor refinaria dos Estados Unidos em segurança do trabalho, em condições ambientais. Foi premiada pelos refinadores americanos, a associação de refinadores e de petroquímicos dos Estados Unidos. Na quinta-feira passada, houve esse reconhecimento sobre a refinaria de Pasadena. Portanto, era um negócio que era bom, passou momentos ruins e agora, de novo, voltou a ser um bom negócio, como todos os negócios.

Para encerrar, Ex<sup>mo</sup> Presidente, a Petrobras é uma empresa, hoje, que tem 21 bilhões de barris de reserva nas suas contas. Ela vale, no mercado, US\$90 bilhões. Dividindo por 21 bilhões de barris de reserva, significa que cada barril de reserva da Petrobras vale US\$4,2. Então, ao comprar ações da Petrobras, você está comprando um barril de reserva de petróleo a US\$4,2 por barril. E leva, de graça, 2 milhões de barris de capacidade de refino por dia; leva, de graça, 14 mil quilômetros de gasodutos e oleodutos; leva, de graça, uma frota de mais de 230 navios; leva, de graça, a maior estrutura de tecnologia de pesquisa e desenvolvimento na área de águas profundas do mundo; leva, de graça, mais de 7,5 mil megawatts de geração de capacidade elétrica; leva, de graça, a maior produtora brasileira de biodiesel; leva, de graça, a terceira maior produtora brasileira de etanol; leva, de graça, a empresa que tem mais condições de crescer na produção de nitrogenados e fertilizantes no País; leva, de graça, 70 mil trabalhadores qualificados, treinados, sendo mais da metade com menos de dez anos de companhia.

Então, essa empresa, com esse potencial, não pode ser considerada uma empresa que está em crise, não pode ser considerada uma empresa que está mal gerida, nem pode ser considerada uma empresa que está à beira de falência. Isso é campanha de oposição. Isso é luta política.

Muito obrigado, Sr. Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essas foram as exposições iniciais do Dr. Sérgio Gabrielli.

Vamos passar agora a palavra aos Srs. Parlamentares, com preferência ao Sr. Relator, José Pimentel, para as arguições.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, nossa Senadora Vanessa, nossos Senadores, nossos Deputados, Sr. Sérgio Gabrielli, vou fazer aqui um conjunto de perguntas. Eu acredito, Sr. Presidente, que na proporção em que eu vou fazendo as perguntas, eu já abriria o espaço para que, por ser um número significativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como no programa de trabalho nós temos quatro eixos, V. Ex<sup>a</sup> seguiria...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sim. Vou seguir um pouco essa sequência. Tudo bem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ao concluir o primeiro eixo das suas perguntas, o Dr. Gabrielli responderia. No segundo eixo, faria também as mesmas coisas. Vamos transformar em blocos as suas perguntas.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então eu vou, Sr. Presidente, passar para o nosso depoente os quesitos, porque são vários, para que ele possa não ter que repetir...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor anuncia os quesitos e depois faz as perguntas.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está bom.

Quanto ao primeiro eixo – refinaria de Pasadena –, Sr. Presidente.

Sr. Sérgio Gabrielli, o que despertou – está na página cinco – o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena? É a primeira pergunta.

Segunda: quando começaram as negociações entre a Petrobras e a Astra?

3) A negociação foi conduzida pela subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos – a chamada Petrobras América –, isso está correto?

4) Qual foi o executivo da Petrobras que iniciou essas negociações?

5) Na condição de Presidente da Petrobras, V. S<sup>a</sup> participou das negociações iniciais?

6) Quando V. S<sup>a</sup> foi informado e passou a integrar as negociações para compra de Pasadena?



7) Qual foi o executivo da Petrobras que redigiu o memorando de entendimento que a Petrobras assinou com a Astra e que resultou na compra da refinaria de Pasadena?

Quanto às consultorias:

8) Ao que tudo indica a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliar a Petrobras na compra de Pasadena. Essa informação é correta?

A empresa Deloitte & Touche LLP foi contratada? Qual foi o parecer da Deloitte?

A empresa Muse Stancil foi contratada? Qual foi o parecer da Muse?

A empresa Thompson foi contratada? Qual foi o seu parecer?

O Citigroup foi contratado? Qual foi o seu parecer?

Então, em resumo, qual foi o parecer das consultorias?

Sobre a reunião do Conselho de Administração em 2006:

Após a decisão de comprar Pasadena, quanto tempo demorou para a proposta ser submetida ao Conselho de Administração da Petrobras?

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena a ser apresentada ao Conselho de Administração?

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena?

Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo. Quem ficou encarregado de elaborar esse sumário?

O que constava desse sumário executivo?

Há notícias de que as cláusulas contratuais Marlim e Opção de Compra não constaram do sumário executivo. Isso é correto?

Qual a importância dessas cláusulas para uma negociação com a de Pasadena?

Quem ficou encarregado de defender a proposta junto ao Conselho de Administração?

Antes, um preâmbulo porque por se tratar de matéria de imprensa, Sr. Presidente, eu vou ler o trecho para poder formular a pergunta.

Em resposta ao jornal *Estado de S. Paulo*, em 19 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou:

*A aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03/02/2006, com base em resumo executivo elaborado pelo Diretor da Área Internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnico e juridicamente falso, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e Opção de Compra, que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente, não seriam aprovadas pelo Conselho.*

Essa é a nota.

V. S<sup>a</sup> acredita que, se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e Opção de Compra, a compra de Pasadena seria rejeitada?

O senhor se considera responsável pelo sumário executivo entregue ao Conselho de Administração da Petrobras?

Em 20 de abril de 2014, o jornal *Estado de S. Paulo* perguntou “se V. S<sup>a</sup> se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras antes da compra da refinaria de Pasadena.” A resposta de V. S<sup>a</sup> teria sido a seguinte:

Eu sou responsável, eu era o Presidente da empresa e não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidenta Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era a Presidente do Conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões, mas é legítimo que ela tenha dúvidas.

V. S<sup>a</sup> considera a Presidenta Dilma responsável pela compra da Refinaria de Pasadena?

Sobre o contrato de compra de Pasadena:

As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras relativamente à compra de Pasadena tiveram acesso a todos os termos da negociação, tiveram acesso à minuta do contrato? As cláusulas do contrato de compra de Pasadena eram adequadas para negociações como aquela? V. S<sup>a</sup> não consideraleoninas, prejudiciais aos interesses da Petrobras e de seus acionistas, entre os quais a União, as cláusulas do contrato de compra de Pasadena? Numa negociação, as cláusulas variam em função dos interesses do comprador. Por que todo esse interesse em Pasadena? Não havia na época outras refinarias com capacidade de refino e demais características das de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas?

Sobre a gestão de Pasadena:

Após a assinatura do contrato de compra, como ficou a administração de Pasadena? Foi constituída uma empresa para administrar a Refinaria de Pasadena? Quem presidiu essa empresa? A PRSI, que é Pasadena após a aquisição, como muito bem V. S<sup>a</sup> já expôs na fase primeira, contava com um Conselho de Administração? Quem integrava esse Conselho? Em que data a Petrobras assume o controle, de fato, da Refinaria de Pasadena?

Qual era a capacidade operacional de Pasadena? Qual era o faturamento? Nos primeiros meses de operação, o retorno financeiro de Pasadena era o esperado?

Sobre as divergências entre a Petrobras e a Astra:

Há notícias de que a Petrobras divergiu da Astra no que tange à Refinaria de Pasadena. Essa informação é correta? Qual era o motivo da divergência? Nesse tipo de negociação, essas divergências são comuns? Quando as divergências apareceram, de quem partiu a ideia de que a Petrobras adquirisse os 50% remanescentes de Pasadena?

Sobre a reunião do Conselho de Administração em 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes:

Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes de Pasadena? Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra dos 50% remanescentes? Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo dos 50% remanescentes. Quem ficou encarregado de elaborar esse sumário? O que constava desse sumário executivo? V. S<sup>a</sup> lembra? O segundo sumário executivo informava todas as consequências contratuais da rejeição da compra dos 50% remanescentes? Por que o Conselho de Administração resolveu rejeitar a proposta de compra dos 50% remanescentes?

Sobre a arbitragem e o ajuizamento internacional:

Como se deu o início da arbitragem internacional envolvendo a compra do restante de Pasadena? Quem provocou a arbitragem? Quem foi o árbitro escolhido? V. S<sup>a</sup> pode nos subsidiar sobre como funcionam esses processos de arbitragem internacionais? Quem defendeu a Petrobras na arbitragem? Foi contratada uma banca de advogados. V. S<sup>a</sup> pode adiantar mais dados sobre esse processo? Considerando a jurisprudência da arbitragem internacional, a decisão sobre Pasadena não seria previsível? De quem partiu a decisão de ajuizar a ação para questionar a decisão arbitral? Ela partiu do Conselho de Administração? A ação judicial questionou a legalidade da cláusula Marlim e a opção de compra presentes no contrato assinado entre a Petrobras e a Astra por serem consideradas leoninas? Qual foi a decisão da Justiça dos Estados Unidos? V. S<sup>a</sup> considera acertada a decisão de ajuizar o tema?

Sobre o Conselho de Administração:

V. S<sup>a</sup> já não era mais da Petrobras em 2012, mas pode nos subsidiar com alguns dados sobre o que nós vamos perguntar? Isso está também envolvido... Primeiro, sobre o Conselho de Administração de 2012: V. S<sup>a</sup> não era mais membro, mas fique à vontade sobre essa pergunta.

Em 13/06/2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição pela Petrobras das ações remanescentes da Refinaria de Pasadena, ao ser cumprido o laudo arbitral proferido pela Câmara Internacional de Arbitragem de Nova York e confirmado por decisão das cortes superiores do Texas. Apesar de não ser mais presidente da empresa, V. S<sup>a</sup>, dessa decisão, tomou conhecimento. Qual a vossa opinião sobre esse episódio?

Sobre a questão ambiental em Pasadena:

Há notícias de que Pasadena possui um passivo ambiental, o que teria motivado uma ação da promotoria do Texas contra a refinaria. V. S<sup>a</sup> tem conhecimento sobre essa questão?

Sobre o custo total de Pasadena:

Qual o valor total dos investimentos realizados pela Petrobras em Pasadena? V. S<sup>a</sup>, na parte primeira, já fez referência e nós pediríamos um pouco mais de detalhamento.

Considerando o que se pagou pelos ativos e estoques e o que foi investido, qual o montante total despendido pela Petrobras com Pasadena?

Pasadena hoje:

V. S<sup>a</sup> também já adiantou um pouco sobre a recuperação dos mercados. V. S<sup>a</sup> tem conhecimento da situação de Pasadena hoje? A refinaria tem dado lucro? Considerando a conjuntura internacional do petróleo, V. S<sup>a</sup> acredita que a Petrobras recuperará os valores despendidos com Pasadena?

Sobre a participação do Sr. Paulo Roberto Costa naquele conselho que acompanha Pasadena:

Qual a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a Refinaria de Pasadena?

Em entrevista ao jornal *O Globo* de 23/06, a atual Presidenta da Petrobras, Graça Foster, disse que ficou surpresa ao descobrir que existia uma comitê de proprietários de Pasadena e que a Petrobras era representada, nesse grupo, pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, preso pela Polícia Federal e pela Justiça Federal até ontem. V. S<sup>a</sup> sabia desse comitê? Quem compunha esse comitê? É verdade que o grupo reunia integrantes da Petrobras e da Astra? Quem eram os representantes da Petrobras? O comitê estaria acima do Conselho de Administração da Refinaria de Pasadena, a PRSI? Essa informação é procedente?

Portanto, Sr. Presidente, no bloco primeiro sobre Pasadena, seria esse o conjunto de perguntas.



**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Sr. Relator, que elaborou, com justificada fama de estudioso e competente, o Senador Pimentel, que se esmera, se aperfeiçoa em todas as causas que abraça, por isso, estaremos acostumados a, daqui para frente, ter múltiplas questões envolvendo um assunto complexo e que precisa ser esclarecido na forma constitutiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Primeiro bloco. Encerradas as arguições do Sr. Relator, passo a palavra ao Dr. Gabrielli para as suas respostas.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – O que despertou interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena? Eu mencionei que a busca de refino no exterior era uma estratégia que vinha de 1998, era uma estratégia em função de nós não termos capacidade nem possibilidade de crescer o refino no Brasil, naquela época – não é a realidade hoje, ao contrário. No Brasil hoje, cresce o refino a ritmos bastante altos, porque o mercado brasileiro cresce muito. Em 98, não crescia, e foi quando tomou a primeira decisão a Petrobras. E, em 2005, havia a possibilidade, portanto, de uma oportunidade que aparece de uma refinaria extremamente bem localizada que estava com um preço atraente. Então, o interesse de Pasadena é um interesse estratégico, adequado à realidade do Brasil à realidade do mercado de petróleo dos Estados Unidos na época.

Quando começaram as negociações entre Petrobras e Astra?

Essas negociações começaram em 2005, no início de 2005. O processo de negociações numa empresa tipo Petrobras começa no âmbito das gerências. No âmbito das gerências, sempre há as primeiras reuniões, você estabelece algumas regras, primeiro, de acordo das confidencialidades, chamadas, você faz as primeiras visitas técnicas, você faz as primeiras diligências, você contrata algumas consultorias para analisar determinados tipos de negócio. Isso ocorreu durante o ano de 2005 inteiro. Em setembro de 2005, a Petrobras comunica ao mercado que assinou o memorando de entendimentos com a Astra para aquisição da refinaria e da comercializadora. É importante chamar a atenção dos senhores de que a Petrobras não adquiriu apenas uma refinadora; adquiriu uma refinadora e uma empresa de comercialização.

Eu queria explicar isso com um pouquinho mais de detalhes. A maior parte dos refinadores americanos, até finais da década de 80, 90, eu diria, eram basicamente refinadores. Você compra o petróleo, processa o petróleo e vende o derivado. Com a expansão do mercado financeiro, que veio da crise em 2008, com as operações chamadas derivativos financeiros, no final da década de 90, no início dos anos 2000, as operações de compra e venda de petróleo e as operações de compra e venda de derivados passaram a ser operações ao longo do tempo, o que permitia que os investidores financeiros pudessem ganhar com variações de contratos no tempo. O que acontece nos anos 2000, portanto, é uma aproximação de comercializadores, que são especialistas nessas operações de compra e venda, hoje e no futuro, com os refinadores, que são quem processa e produz derivados.

Adquirir a refinaria junto com a comercializadora era uma opção, àquela época, positiva para aumentar a rentabilidade da refinaria não somente no processamento do petróleo, mas também nas atividades de compra de derivados e de petróleo, com especialistas e com empresas que já estavam no setor. Então, pensa-se em comprar as duas empresas, não uma empresa única.

A negociação foi conduzida pela subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos? Não, a negociação foi conduzida pela Diretoria Internacional, num primeiro momento, do Brasil, que é quem assume a responsabilidade pelas ações da Petrobras no exterior. Portanto, as negociações foram feitas pela Diretoria Internacional no Brasil, num determinado momento, autorizada pela Diretoria a fazer uma proposta não condicionante e, finalmente, autorizada pelo Conselho a fazer uma proposta condicionante, em setembro, que, em fevereiro de 2006, se conclui. E que, em setembro de 2006, se fecham os contratos. Então, a negociação ocorre durante o ano de 2005 e durante o ano de 2006. Portanto, não é verdade que essa operação tenha sido uma operação feita a toque de caixa, não é verdade que essa operação tenha sido feita por algumas pessoas somente.

Na condição de Presidente da Petrobras, V. S<sup>a</sup> participou das negociações iniciais? Não, não participei, porque não compete ao Presidente da Petrobras participar das negociações iniciais, e, sim, ao que ocorre no âmbito das diretorias. Portanto, só posteriormente, na fase de conclusão, é que você – não participa das negociações – participa do processo decisório sobre a decisão final.

Quando V. S<sup>a</sup> foi informado e passou a integrar as negociações para a compra de Pasadena? Eu não passei a integrar as negociações para compra, não participei das negociações para compra, mas participei dos processos decisórios internos da Petrobras.

Qual foi o executivo da Petrobras que redigiu o memorando de entendimento? Existem alguns memorandos de entendimento ao longo do tempo. Acredito que o primeiro memorando de entendimento deve ter sido assinado pelo Gerente Executivo que estava cuidando dessa operação, depois teve o memorando assinado pelo Diretor Nestor. Basicamente é isso. O documento aprovado pela Diretoria e remetido ao Conselho para virar um documento chamado *binding*, um documento condicionante, foi assinado, provavelmente, pelo Diretor Nestor.

O memorando já visava à compra de Pasadena ou tinha outro objetivo? Não, o memorando visava a compra de 50% de Pasadena e 50% da comercializadora. Não era a compra de 100%. Era a compra de 50%. Ao que tudo indica, a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliar a Petrobras.

É verdade. A Petrobras contratou a Deloitte; no processo de compra, da primeira parte, a Deloitte faz uma consultoria no âmbito das questões financeiras e tributárias. Contratou a Muse Stancil, que é uma consultoria especializada em condições de refino – portanto, as condições físicas do *hardware*, do equipamento e da estrutura da refinaria. Contratou a Thompson & Knight, que é uma banca de advogados, um grande escritório de advocacia dos Estados Unidos. Contratou o Citigroup para fazer a avaliação sobre se a oferta final estava justa, a valor de mercado. Portanto, é verdade que houve essas contratações.

Eu não posso dizer, porque não sei, o valor dos contratos que os senhores estão me perguntando. Na Diretoria da Petrobras, o volume de contratos que chegam à Diretoria da Petrobras são de valores provavelmente acima do que foram esses contratos que foram assinados no âmbito da Diretoria, no âmbito do Diretor, porque são contratos abaixo do limite de competência da Diretoria. Portanto, dentro do limite de competência do Diretor, simplesmente não sei qual é esse valor, porque não chegou à Diretoria esse tipo de contrato. Para a Diretoria da Petrobras, na época, se não me engano, só chegavam contratos acima de R\$32 milhões. O que é abaixo de R\$32 milhões não chega à Diretoria da Petrobras. A Petrobras é uma empresa grande. É uma empresa bastante grande. Os senhores sabem que o investimento da Petrobras hoje é de US\$45 bilhões por ano. Quarenta e cinco bilhões de dólares por ano. A Petrobras hoje representa grande parte, parte significativa, como empresa sozinha, da formação bruta de capital fixo do Brasil. Portanto, é um conjunto de decisões... A Diretoria da Petrobras toma 1.500 decisões, 1.600 decisões por ano! De 30 a 50 decisões por semana! Então, é um trabalho intenso, e não se pode chegar a detalhes de contratos – os de US\$1 milhão, US\$2 milhões não chegam à Diretoria da Petrobras. Portanto, infelizmente, eu não tenho como responder sobre os valores que os senhores estão me perguntando aqui.

Reunião do Conselho de Administração. Compra dos primeiros 50%. Em que momento a Diretoria da Petrobras decidiu pela compra de Pasadena?

Se eu não me engano, essa decisão foi em setembro de 2006... Setembro de 2005. A Diretoria, em setembro de 2005, decide fazer uma proposta não condicionante, submetida à aprovação futura do Conselho de Administração. Setembro de 2005. Isso vai a Conselho de Administração em fevereiro, março de 2006, e se conclui em setembro de 2006. Esse é o período de aquisição dessa refinaria.

A avaliação jurídico-financeira de Pasadena durou quanto tempo?

Houve vários momentos, ao longo desse tempo, de avaliações jurídicas e financeiras – em diferentes momentos – que ocorreram na refinaria.

Após a decisão de comprar Pasadena, quanto tempo demorou para a proposta ser submetida ao Conselho de Administração?

Como eu disse, a Diretoria faz uma proposta não condicionante em novembro de 2005; isso vai a Conselho em fevereiro ou março de 2006, mas as negociações já tinham começado desde o primeiro trimestre de 2005.

Em 2006, quais eram os membros do Conselho de Administração da Petrobras?

Eu não sei se eu consigo me lembrar de todos, mas o Conselho de Administração, em 2006, era: o Ministro Palocci, a Ministra Dilma, o General Gleuber; Fábio Barbosa, representando, na época... representando não: na época, ele era do Santander – aliás, do Real; o Dr. Jorge Gerdau, o Cláudio Hadad, eu – são nove; não sei se eu disse os nove. Tenho a impressão de que eu disse sete. O General Glauber, o Fábio Barbosa, o Jorge Gerdau, o Palocci, a Dilma, eu... Deixe-me tentar ver se... O Cláudio Hadad e o Arthur Sendas, o Dr. Arthur Sendas, que já esta falecido – e o Ministro Wagner.

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena a ser apresentada no Conselho de Administração? A Diretoria Internacional, que era a responsável pelo negócio.

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? O Conselho de Administração da Petrobras, historicamente – portanto, se eu não me engano, desde a década de 90 –, toma decisões com base em sumário executivo; ele não toma decisões com base nos documentos totais existentes, porque são processos muito grandes. Não haveria condições de o Conselho apreciar, uma vez que a competência do Conselho, como eu disse, é tomar as decisões estratégicas, não é tomar as decisões operacionais.

No entanto, esses documentos só chegam ao Conselho de Administração depois de passar por aprovação da Diretoria Executiva, que é uma aprovação colegiada, depois de passar pela avaliação da diretoria específica daquele negócio, depois de passar por crivos vários das diversas áreas da companhia, do jurídico, do financeiro, do contábil, da engenharia, das gerências especializadas no negócio; só depois desse processo todo, instruído, que fica documentado, esse processo vai ao Conselho. Portanto, não é um papel debaixo do

braço que você leva e vota em função das decisões internas do Conselho. É um processo que é documentado, é procedimentado, ele é registrado. Mas, de fato, as decisões do Conselho são com base em sumários executivos e não na íntegra dos documentos.

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos? Evidentemente que não; receberam o sumário executivo da compra.

Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo. É verdade, mas não é só neste caso. Todas as decisões do Conselho são decisões tomadas com base em sumários executivos. As decisões são colegiadas. Evidentemente que o Presidente do Conselho tem um papel especial, mas as decisões são discutidas, são amplamente discutidas e, geralmente, a amplíssima maioria das decisões do Conselho são decisões unânimes – são decisões unânimes; não são decisões, portanto, com voto contra e voto a favor. Em geral, são decisões unânimes, quando os conselheiros se convencem.

É bom lembrar que os membros do Conselho de Administração em uma sociedade anônima são representantes individuais, respondem como pessoas físicas; não respondem como pessoas jurídicas, respondem como pessoas físicas.

O que constava do sumário executivo? A lógica fundamental da estratégia de compra dos 50% da refinaria, mostrando que ela era aderente à estratégia, mostrando que ela era barata a preço de mercado e mostrando que ela tinha retorno positivo, portanto, cumprindo as três questões fundamentais que um Conselho de Administração tem que responder.

Há notícias de que as cláusulas contratuais Marlim e Put Option não constaram do sumário executivo. Isso é verdade. Essas duas cláusulas não constaram do sumário executivo.

A cláusula Marlim – é bom chamar a atenção –, como eu disse, a origem conceitual dessa cláusula Marlim vem das experiências da Petrobras, na década de 90, de tentar, no mercado financeiro, viabilizar atração de investidores que estavam investindo em um petróleo desconhecido no mercado e que queriam uma margem para receber, colocar o dinheiro deles nesse negócio.

No caso de Pasadena, a Petrobras tinha o direito de impor os investimentos pelos contratos iniciais, mesmo tendo 50% da refinaria. A Petrobras tinha direito de colocar 70% do petróleo Marlim na refinaria e investia só 50% sobre o valor da refinaria. Então, o sócio disse: “Olha, você vai botar petróleo Marlim; eu não conheço esse petróleo bem; não sei qual é o preço desse petróleo, porque ele não é um petróleo tipo um petróleo Brent ou um petróleo WTI, que são petróleos conhecidos, com preços conhecidos. Portanto, eu quero garantia de que eu possa ter rentabilidade com esse petróleo, já que você vai garantir a sua produção de petróleo na refinaria”.

Então, foi uma cláusula para garantir simetria de direitos entre os sócios.

Essa, cláusula, portanto, implicitamente implicava um desconto do preço do petróleo Marlim em relação ao Brent, que é o preço referência que se tem do preço do petróleo do Brasil. Essa diferença era, mais ou menos, calculada em torno de US\$3,5 por barril de diferença, que garantiria essa cláusula ser aplicada. Se a diferença de Marlim com Brent fosse mais de 3,5, você garantia 3,5. Com isso, haveria a garantia de rentabilidade para o investidor.

No entanto, nesse período, duas coisas aconteceram. Primeiro, as diferenças entre Brent e Marlim nunca foram menores do que dez, ficaram em torno de dez. Portanto, a cláusula não seria nunca aplicada. Segundo, ela só se aplicaria se houvesse o investimento, que não ocorreu. Portanto, é uma cláusula inócua. Uma cláusula que nunca foi aplicada e nem seria aplicada na conjuntura que tivemos até agora.

A cláusula Put é essencialmente uma cláusula de saída, é a definição de direito de saída. Eu vou ser seu sócio, 50% é meu, 50% é seu. Se eu brigar, como eu saio? Ou seja, eu faço um acordo pré-nupcial de como vai ser o divórcio. Essencialmente a cláusula Put é uma cláusula de saída. Eu tenho direito de vender em certas circunstâncias a um preço cuja regra eu defino anteriormente. Então, se não der certo, eu tenho direito a sair. É uma cláusula relativamente comum em operações em que a sociedade é de 50%x50%. Portanto, não há como decidir claramente como se dá a solução dos conflitos e, portanto, é uma cláusula que, em negócios de grandes empresas com equidade de participações, você tem regras para a saída de quem está insatisfeito.

Essencialmente isso que é a cláusula Put.

V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Petrobras, sabia da existência dessa cláusula?

A cláusula Put, eu sabia. A Cláusula Marlim eu comecei a saber na medida em que entramos no detalhe, no âmbito da diretoria, na preparação do projeto de Revamp, que é o projeto de expansão da refinaria.

Deixe-me explicar um pouco sobre isso.

Em 2005, como eu disse, a Diretoria, em agosto e setembro de 2005, debateu a aquisição de Pasadena no âmbito da Diretoria Executiva da Petrobras – agosto e setembro de 2005. Em 16 de novembro de 2005, a Petrobras publica um fato relevante, portanto, ao mercado, em 16 de novembro de 2005, anunciando o memorando de entendimento para adquirir. Nesse período, portanto, durante o segundo semestre de 2005, há

discussões na Diretoria sobre Pasadena, sobre a aquisição de Pasadena, sobre a estratégia, sobre a significância, sobre se é bom ou não, se vale a pena ou não, se o preço está adequado ou não. Os engenheiros fazem a avaliação se podemos recuperar ou não, aquela situação em que estava a refinaria, a avaliação se o mercado é um mercado bom ou é ruim, quais são as perspectivas do mercado. Então, eram discussões típicas, normais de negócios de discussões técnicas sobre o negócio.

Em 2006, no dia 2 de fevereiro, a Diretoria aprova a proposta. E, no dia 3 de fevereiro, envia ao Conselho de Administração, que aprova a proposta de aquisição. Então, estamos aí em fevereiro de 2006. Entre fevereiro de 2006 e setembro de 2006, há uma série de documentos formais, que têm que ser garantidos. Portanto, foram: fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, oito meses. Documentos junto ao governo americano, documentos junto aos órgãos reguladores, documentos legais, documentos tributários, documentos financeiros, audiências, vários processos que ocorrem até setembro de 2006.

Em setembro de 2006, adquirimos a refinaria, 50% da refinaria. Entramos na refinaria e começamos a discutir o projeto de expansão. O que é que significa o projeto de expansão? Nós tínhamos duas decisões a tomar em setembro e outubro de 2006. A primeira decisão era: nós vamos simplesmente melhorar a capacidade de a refinaria produzir, processar petróleo pesado Marlim e manter a produção de 100 mil, usando 70 mil barris de Marlim, 70% de Marlim? Se fizéssemos isso, a refinaria daria um retorno àquela época, uma taxa interna de retorno de 7,5%. Portanto, um retorno adequado para uma refinaria. Porém, se, ao invés de 100 mil barris, fôssemos para 200 mil barris; portanto, ao invés de usar 70 mil barris Marlim, usássemos 140 mil barris Marlim, o investimento aumentaria de 1,5 bilhões – o investimento no Revamp, o investimento no investimento, o investimento na expansão da refinaria e na qualificação da refinaria aumentaria – de 1,3 ou 1,4, se não me engano, para 2,3. Aumentaria, portanto, o investimento, mas a taxa de retorno seria 18%.

Então, para a Petrobras, naquele momento, era mais interessante ir para 200 mil barris, processando 140 mil barris Marlim, porque a taxa de retorno seria muito maior. Então, esta discussão ocorre em setembro, outubro, novembro. Portanto, nesse momento, a cláusula Marlim torna-se relevante. Por que se torna relevante? Porque a cláusula Marlim, portanto, aplica-se ou a 100 mil barris ou a 200 mil barris? A nossa interpretação naquele momento era a que a cláusula Marlim só se aplicaria aos 100 mil barris primeiros e não aos 100 segundos. Portanto, havia uma divergência ali, nossa, entre nós e o sócio. Isto dois dias depois – sei lá –, imediatamente depois, na lua de mel ainda, quando teve o casamento, que foi em setembro de 2006. Neste momento nós passamos a ter conhecimento da cláusula Marlim, que não era relevante no primeiro momento, mas aí, à medida que se começa a discutir o investimento, ela se torna relevante.

Em 2006, portanto, este fenômeno começa a existir.

O ano de 2007 é um ano de conflito entre nós e o sócio; é um ano de briga; é um ano em que não dá para viver mais junto; não dá para ficar; vamos nos divorciar; não dá para continuar mais juntos; é melhor separar; vamos ver quais são as condições, para separar; quem vai ficar com os bens, quem não vai; quem vai cuidar das crianças. Foi um divórcio litigioso – um divórcio litigioso! – que ocorreu durante todo o ano de 2007.

Então, em que pergunta estou agora? Trinta e sete: na reunião que se decidiu a compra, houve debates? Houve debates, não houve votação – houve debates –, como em toda reunião do Conselho há, mas não houve votação.

Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*: a Secretaria de Comunicação Social da Presidência afirmou que a aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho. Qual é a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre a afirmação de que, se as cláusulas fossem conhecidas, não seriam aprovadas pelo Conselho?

A Presidente Dilma é uma profissional de extrema competência, é uma gerente de extrema competência, é uma pessoa de opiniões muito firmes, é uma pessoa com uma alta sensibilidade sobre as questões empresariais e sociais. Portanto, ela tem posições muito firmes. Porém, as decisões do Conselho são decisões colegiadas. Se ela colocasse essa posição em 2006, eu não posso, hoje, dizer qual seria a posição do Conselho, porque haveria debate, e não sei qual seria a posição do Conselho, não sei qual seria a posição dela. Evidente que ela, como Presidente do Conselho, tem um papel importantíssimo, mas o Conselho debate. Qual seria a posição do Conselho em 2006? Não tenho a menor ideia. Não posso estimar, hoje, qual seria a posição, do Conselho na hipótese de que a Presidente demonstrasse, lá em 2006, a posição que ela está defendendo hoje – legitimamente defendendo hoje.

Portanto, não tenho como avaliar qual seria a posição do Conselho, naquela época. Sei apenas que a decisão do Conselho é colegiada. Portanto, seria o resultado da opinião da Presidente com o debate que ocorreria naquela época. Qual seria a posição? Não tenho a menor ideia.

V. S<sup>a</sup> acredita que se o sumário executivo contivesse a cláusula Marlim a compra seria ejetada? Eu acho que não. Naquela época. Porque naquela época, a questão não era a cláusula Marlim; a questão, naquela época,



ca, era: vale a pena expandir o refino no exterior? Ou vamos continuar apenas na Bolívia e na Argentina? Porque era a realidade que nós recebemos do governo anterior. Foi a expansão do exterior para a Bolívia e para a Argentina. Era isso que a gente ia continuar, sendo o maior mercado de crescimento nos Estados Unidos? Essa era a discussão na época.

O preço é adequado? Ela foi comprada, a refinaria foi comprada por US\$5,54 por barril de capacidade de destilação. A média do mercado, naquela época, era US\$9,43. Valia a pena comprar? Uma refinaria extremamente bem localizada. Valia a pena comprar? Essa que era a discussão da época. Evidente que hoje a discussão é outra. Se eu quiser escalar um time no sábado, é uma coisa; escalar o time na segunda-feira, depois do jogo, é outra. Então eu não posso dizer a mesma coisa: que a discussão de escalamento do time seria a mesma coisa depois do jogo jogado. Então essa é a questão.

Em 20/4/2004, o jornal *O Estado de S. Paulo* perguntou se V. S<sup>a</sup> se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras? Eu disse: "Eu sou responsável, eu era o presidente da empresa, não posso fugir de minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidente Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que é a Presidente do Conselho".

Se os senhores e as senhoras olharem – e *O Estado de S. Paulo* publicou na íntegra os 55 minutos da minha entrevista na Rádio Estadão –, vocês vão ver que, na verdade, pinçar essa frase é um pouco deslocar o que foi dito, porque o que eu disse foi o seguinte: existe um estatuto, existem regras definidas para a responsabilidade das pessoas, o Conselho é um Conselho que toma decisões, a Presidente tem a opinião dela, tem legitimamente, com todas as condições técnicas e condições políticas de tomar posição, no entanto, há regras formais que existem, que são responsabilidade dos membros do Conselho e são definidas pelo Estatuto da Petrobras. É exatamente isso o que eu chamei a atenção. Existem estatutos que definem as regras para cada um. Então isso é o que eu quis dizer com essa declaração.

Não considero a Presidente responsável pela compra de Pasadena. A responsabilidade da compra de Pasadena é da diretoria da Petrobras e do Conselho de Administração, porque passou por todos os procedimentos internos da Petrobras. Então essa é que é a questão-chave. É um processo de decisão que não é individualizado. Foi um processo de decisão coletivo. Isso é que é importante chamar a atenção.

As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras relativamente à compra tiveram acesso a todos os documentos?

Todos os documentos para todas as consultorias, não. Para cada consultoria, no seu específico, sim. Então, a consultoria financeira teve acesso aos documentos financeiros; as legais, acesso aos documentos legais; as técnicas, aos técnicos; as ambientais, às questões ambientais. Portanto, tiveram acesso a documentos específicos de cada consultoria.

As cláusulas do contrato de compra eram adequadas para a negociação da época?

Acredito que sim. As cláusulas do contrato não são cláusulas leoninas, são cláusulas normais de aquisição de refinarias, são cláusulas normais de aquisição de negócios desse porte.

Refino é um negócio complexo. Não é à toa que a última refinaria nova feita nos Estados Unidos é de 1976. A última refinaria nova feita no Brasil é de 1980. Não é à toa isso. O refino é, diferentemente do petróleo, um produto que tem margens extremamente voláteis, portanto, a rentabilidade do refino varia muito intensamente e rapidamente, e ele é um investimento muito intensivo em capital de longo prazo. Portanto, não é o mais atraente dos negócios na área de petróleo. No entanto, ninguém consome petróleo cru. Você consome gasolina, consome diesel, consome gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, nafta, diesel. Portanto, você consome os derivados que, necessariamente, têm que passar pelas refinarias.

Nós estávamos vivendo, em 2005 e 2006, uma transição no Brasil. O Conselho de Administração da Petrobras, em 2005, 2006 e 2007, passa por uma transição. Qual era essa transição? Como eu disse, o Conselho de Administração da Petrobras, no período Fernando Henrique Cardoso, representando a realidade de um País estagnado, que não crescia, que estava só cuidando da estabilização da inflação, que estava cuidando somente da política de preços, neste País que não crescia também os derivados do petróleo não cresciam. No entanto, o Brasil, também não crescendo, não precisava crescer a refinaria. A partir de 2003, 2004, 2005, nós começamos a observar o crescimento do mercado brasileiro e, ao observar o crescimento do mercado brasileiro, o consumo de derivados começa a crescer. Ao crescer o consumo de derivados, a gente começa a antecipar que a gente vai ter um problema. Um problema que vinha do apagão do refino anterior, porque tivemos o apagão do refino. Esse apagão do refino é necessariamente longo, porque decorrente de um investimento leva de sete a oito anos para se construir uma refinaria. Então, em 2006 e 2007, tínhamos de tomar a decisão de fazer um refino no Brasil. É por isso que, em 2007, nós, do Conselho de Administração da Petrobras, redefinimos a estratégia da Petrobras e dissemos que, ao invés de buscar a continuidade da expansão do refino no exterior, iríamos crescer o refino no Brasil: vamos fazer a refinaria Premium I, no Maranhão; vamos fazer a Refinaria Premium II, no



Ceará; vamos fazer a refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; vamos fazer a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; vamos fazer o Comperj, no Rio de Janeiro. Então, nós definimos, em 2006, 2007, fazer refinarias no Brasil, porque estávamos antecipando o fenômeno do crescimento do mercado brasileiro.

Senhoras e senhores, o mercado brasileiro de derivados de gasolina, de 1998 a 2008, portanto, durante dez anos, cresceu 3%. Não são 3% ao ano, mas 3% em dez anos. De 2009 a 2013, cresceu 65%. Essa é a diferença do mercado brasileiro. O mercado brasileiro de derivados está explodindo, porque a frota de carros está crescendo, porque as pessoas estão andando de avião, porque há mais consumo de combustível para as classes que emergiram, do ponto de vista de renda. Essa é a realidade do Brasil. Nós estamos com um mercado de derivados explodindo. Portanto, fazer as refinarias era fundamental, a partir de 2007. Essa transição que ocorre em 2007 é importante, porque condiciona a decisão seguinte da Petrobras: se vai adquirir, se vai avançar ou não no investimento em Pasadena, que adquirimos em 2006.

Então, voltando às perguntas, à de nº 48: numa negociação, as cláusulas variam em função do interesse do comprador. Por que o interesse em Pasadena?

Eu já disse, Pasadena era um estratégico negócio em 2005, 2006 e 2007. Deixou de ser de 2008 em diante. Mas até 2006, 2007 era estratégico comprar Pasadena, e não há nenhuma cláusula leonina, a meu ver.

Não havia na época outras refinarias com capacidade de refino?

Havia outras refinarias. Foram avaliadas várias refinarias. Nós avaliamos refinarias em Aruba, na Colômbia, no norte dos Estados Unidos, no entanto, essa refinaria está no Texas, na boca do chamado *Colonial Pipeline*, um oleoduto fantástico, que sai do Golfo do México para Nova York, está recebendo navios diretamente na beira da refinaria, tem área suficiente para expansão, portanto, era uma excelente localização, a de Pasadena geoestratégica. Por isso, escolher Pasadena, que não é cara. É bom dizer que não foi uma compra cara, foi uma compra abaixo do preço de mercado. Essa é a realidade. Não adianta tentar caracterizar com informações incompletas a situação da aquisição dessa refinaria.

Após a assinatura, como ficou a administração de Pasadena? O contrato estabelecia que nós teríamos dois Conselhos de Administração: um Conselho de Administração na refinaria e um Conselho de Administração na *trader*, na comercializadora. O Presidente do Conselho de Administração da refinaria seria indicado pela Petrobras, e o Presidente do Conselho de Administração... Agora estou em dúvida sobre quem era o que. Vou perguntar aos universitários se alguém sabe quem era o quê, se o Presidente da Petrobras era da comercializadora ou da refinaria. Bom, era um de cada. Esse Conselho era basicamente de técnicos e compete a esse Conselho de Administração responder por decisões estratégicas da refinaria, no âmbito da refinaria. Esse Conselho, evidente, estava subordinado à empresa PAI, Petrobras América, nos Estados Unidos. E ele, portanto, era um Conselho que existia... A presidência da refinaria, não sei se era da Petrobras ou de Pasadena, estou agora em dúvida, porque era um presidente em cada um dos sócios em cada um dos Conselhos. Os nomes exatos, eu não tenho os nomes exatos, mas eram técnicos da Petrobras e técnicos de Pasadena.

Em que data a Petrobras assume o controle de fato da refinaria?

Em setembro de 2006.

Qual era a capacidade operacional da refinaria?

A refinaria era, potencialmente, com capacidade de 100 mil barris por dia de processamento. Ela tinha limitações, em um primeiro momento, por questões ambientais, basicamente geração de enxofre, e tinha condições de trabalho que precisavam de algum investimento.

Uma refinaria não é um equipamento que você compra, processa e acaba. Uma refinaria exige investimentos pesados de manutenção. Uma refinaria desse porte exige, anualmente, de US\$70 a US\$90 milhões de investimentos para manter a refinaria. São normais... Nossas refinarias no Brasil têm esse tipo de investimento. Refinarias, no mundo inteiro, exigem investimentos permanentes de manutenção para garantir... A refinaria é uma estrutura de processo de alta temperatura, alta pressão, corrosão... É um ambiente extremamente complexo do ponto de vista químico e físico. Precisa, portanto, permanente investimento.

Quantos trabalhadores?

Alguém tem essa informação? (*Pausa.*) Eu estive lá na refinaria, ela deve ter uns 600 trabalhadores. Não tenho certeza de quantos trabalhadores. Mas acho que são uns 600 trabalhadores.

O faturamento depende do preço de mercado à época?

Não me lembro agora. Estou dizendo hoje... Hoje, o preço médio de derivados, nos Estados Unidos, está em torno de US\$138 o barril. Derivados! US\$138 o barril vezes 100 mil barris por dia, significam US\$13,8 milhões por dia de faturamento. Portanto, US\$13,8 milhões por dia de faturamento – peço a alguém que tenha máquina de calcular – multiplicado por 365 dá, em tese, o faturamento da refinaria hoje. Esse seria o faturamento da refinaria, por dados públicos. Não estou nem dando dados da Petrobras, eu não sei os dados da Petrobras. Estou dando dados públicos.

O retorno financeiro de Pasadena nos primeiros anos foi positivo?

Não. Nenhuma entidade que você compra no primeiro momento em que faz investimento tem retorno financeiro positivo. Isso não quer dizer que não tenha retorno operacional; mas, o financeiro, não, porque você está colocando recursos ali ainda para continuar operando.

Há notícias de que a Petrobras divergiu da Astra no que tange a refinaria. É correta?

É correta! Nós divergimos no momento em que casamos.

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (PR - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (PR - SP) – Olha, até pela oportunidade, eu queria acrescentar uma pergunta que afeta a Petrobras e Astra.

Por que a Petrobras foi acionada na Justiça pela empresa belga Astra em 2008? Porque o que nosso Relator fez é humanamente impossível perguntar alguma coisa... Foi a que sobrou.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feita a participação de nosso Vice-Presidente, eu gostaria que V. S<sup>a</sup> incorporasse em sua resposta a pergunta de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Eu posso responder quando chegar em 2008, porque eu estou ainda em 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele está em 2006. Daqui a dois anos...

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Quando chegar em 2008, eu a respondo.

Qual eram os motivos da divergência?

Os motivos das divergências eram vários. Primeiro motivo de divergência: o valor do investimento. Segundo motivo da divergência: qual é a prioridade que nós temos para as condições de trabalho dos trabalhadores da refinaria. Terceiro motivo da divergência: qual é a prioridade que nós temos de expandir a capacidade *versus* ganhar na comercialização. Quarto motivo de divergência: método de gestão, processos de documentação e processos internos de gestão. Portanto, nós passamos a ter, claramente, digamos, incompatibilidade de gênios no casamento. Então, conseqüentemente, nós passamos a ter divergências no primeiro momento em que adquirimos a refinaria.

Nesse tipo de negociação as divergências são comuns?

Eu diria que não. Evidente que, na medida em que você procura um sócio e você sabe que esse sócio é um comercializador e não um refinador, e você é um refinador e um produtor de petróleo, você sabe que tem uma diferença de cultura fundamental. Um comercializador olha uma refinaria como um mal necessário. É preciso ter a refinaria para produzir, mas o objetivo dele é ganhar na compra e venda de produtos. Um refinador não, um refinador sabe que a refinaria é de longo prazo, que ele não quer ganhar essencialmente na compra e venda, mas ele quer ganhar na eficiência operacional e nas condições de trabalho que viabilizem uma diferença entre o custo de receber a matéria-prima e entregar o derivado. Portanto, é perfeitamente entendível que possa ter divergências entre esses dois sócios. No entanto, o comercializador adiciona um valor que o refinador não tem, ou seja, que é conhecer as regras de mercado, conhecer os canais de mercado e, portanto, viabilizar as negociações comerciais de forma mais fluida.

Casar esses dois é possível. Divergências podem existir, divergências inconciliáveis também podem existir, e foi o caso que aconteceu. São divergências inconciliáveis, então tínhamos que separar.

Sabia das divergências?

Sabia. Sabia das divergências e acompanhei a discussão, não do detalhe, porque não me competia acompanhar o detalhe, mas estava informado sobre as divergências.

O processo de negociação... A refinaria – só para responder aqui a pergunta anterior – tinha, à época, 300 empregados; hoje tem 279 empregados. Fatura, hoje, US\$5 bilhões: 138, vezes 100 mil, vezes 365. Cinco bilhões de dólares é o faturamento da refinaria, por ano. Cinco bilhões. Bilhão é um número muito grande.

Número 64.

Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 2008 [aí cheguei a 2008], que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes?

Olha, como eu disse, durante 2007, a diretoria juntamente com a PAI, a Petrobras América, teve inúmeras reuniões com a Astra, tentando viabilizar inicialmente uma saída de convivência. Não deu certo. Passamos então a dizer quem compra quem. Várias reuniões ocorreram durante 2007, propondo a compra, propondo a venda, valores diferentes, até que chegamos, portanto, a um acordo razoável do ponto de vista da diretoria da Petrobras, em fevereiro de 2008.

Em fevereiro de 2008 a Petrobras propõe ao Conselho de Administração (em fevereiro de 2008), a aquisição da segunda parcela da refinaria. A proposta chega ao Conselho de Administração da Petrobras e o Conselho de Administração da Petrobras não aprova a proposta da diretoria.

Portanto à diretoria competia agora, sem viabilizar a aquisição, estabelecer uma tática e uma estratégia para resolver o impasse com o sócio.

Em junho de 2008, a diretoria propõe ao Conselho, e comunica ao Conselho, que iria iniciar o processo de arbitragem contra a Astra. Isso é feito, se não me engano, no dia 19 de junho de 2008, ou 29 de junho, a data exata eu não sei, não me lembro aqui agora, mas foi em junho de 2008. Em junho de 2008 a Petrobras inicia a arbitragem contra a Astra. Essa arbitragem contra a Astra é uma arbitragem por descumprimento de cláusulas contratuais da Astra.

Quem toma iniciativa na arbitragem é a Petrobras, não é a Astra.

Em julho de 2008, 1º de julho de 2008, se não me engano, ou 2 de julho de 2008, no início de julho de 2008, a Astra entra contra a Petrobras na Justiça para que a Petrobras cumpra a cláusula Put, usando uma carta que o Diretor Nestor teria enviado para a Astra em dezembro de 2007, com valores. Mas como essa carta não foi aprovada pelo Conselho de Administração, essa carta não tem validade.

Então, essa discussão se dá no âmbito da justiça americana, e outra discussão se dá no âmbito da arbitragem americana. Na justiça americana se desdobra em seis ações judiciais. São seis ações judiciais na justiça americana. Isso vai em 2008, 2009, 2010, 2011, até março de 2012, quando sai a sentença judicial. Então, durante esse período, é um período de disputa judicial e de disputa arbitral entre Petrobras e Astra. Não há pagamentos nesse período. Há disputa judicial sobre valores, como aplicar a cláusula de Put, como verificar o direito de exercício, como avaliar. São milhares de documentos analisados, são milhares de páginas vistas, são testemunhos, oitivas, levantamento de informações, consultorias técnicas contratadas... É um processo complexo, que leva cinco anos, com os advogados, com técnicos. Quem representa a Petrobras é a Thompson & Knight, nesse processo, na Corte americana.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Item 76, que aprofunda um pouco o que V. S<sup>a</sup> está expondo...

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Hein?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 76.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Setenta e seis? Ah...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fala sobre a arbitragem internacional e judicialização.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Ah, eu vou chegar, então, ao item 76.

Então, eu estou em que pergunta mesmo agora?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Setenta e seis.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Setenta e seis?

As outras estão respondidas, não é?

Setenta e seis. Como se deu o início da arbitragem internacional? Como eu disse, a Petrobras entra na Corte para viabilizar a questão da arbitragem. Quem provocou a arbitragem? Foi a Petrobras.

Como é o processo de arbitragem?

Cada um dos contendores indica um árbitro, e os dois árbitros indicam um terceiro. Esse é um processo normal de arbitragem. Então, são técnicos, são pessoas com formação jurídica e técnica adequada que são capazes de, mergulhando nos documentos, fazer uma opinião, opinar e definir sugestões sobre isso. É diferente do processo judicial, em que é a Corte que avalia. Então, no processo arbitral, são árbitros escolhidos pelas duas partes, cada um escolhe um, e o terceiro é escolhido pelos dois árbitros.

Quem defendeu a Petrobras na arbitragem foi a Thompson & Knight. A banca de advogados contratada foi a Thompson & Knight.

Quanto a Petrobras pagou pela defesa?

Eu não sei. Aparentemente, os documentos que têm dito publicamente falam em alguma coisa de 5 milhões, mas eu não tenho confirmação disso porque não chegou à diretoria essa decisão. É uma decisão que ocorreu no âmbito interno da diretoria internacional e, portanto, não chegou à diretoria colegiada da Petrobras.

Qual foi a decisão arbitral?

A decisão arbitral foi pronunciada em 2010. A decisão arbitral diz que a cláusula Put vale e que o valor desta cláusula Put é alguma coisa, se não me engano, que corresponde a 659 milhões, sendo 296 milhões, se não me engano, correspondentes aos 50% adicionais da aquisição que a Petrobras estava fazendo, das ações da refinaria, mais 170 milhões, correspondentes a 50% a mais da *trading* que ela comprou na outra vez, mais custas, ajustes fiscais, etc., etc. Mas, essencialmente, a arbitragem define um valor que era menor. A arbitragem define um valor que era menor do que a Astra queria. Portanto, a arbitragem criou valor para a Petrobras no valor final, porque a decisão do árbitro foi menor do que o que a Astra queria. Portanto, isso mostra, é evidente, que não era um negócio que não tivesse justificativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – À pergunta 82 o senhor não respondeu.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – A 82 é: V. S<sup>a</sup> considera adequada a defesa da Petrobras?

Eu considero adequada a defesa da Petrobras. Considero adequada a defesa da Petrobras, porque ela, inclusive, conseguiu um resultado positivo.

Como V. S<sup>a</sup> considera a decisão arbitral? Acho que a decisão não foi a ideal nossa. Tanto não foi a ideal nossa, que nós recorremos à Justiça. Existiram algumas questões que nós mantivemos por causa da divergência nossa em relação à decisão arbitral. E, portanto, fomos à Justiça para esperar o resultado final da Justiça.

Considerando a jurisprudência da arbitragem internacional, a decisão sobre Pasadena não seria previsível?

Não, não acredito que seria previsível, porque nós estávamos com divergências muito grandes na negociação direta entre os sócios. Então, na negociação entre Petrobras e Astra fora da arbitragem, eram valores muito díspares. A Astra queria um bilhão. Houve proposta da Astra de vender por um bilhão a segunda parcela dela, o que era inaceitável de nossa parte. E queria comprar a Petrobras por um valor muito ridículo, sem fazer nenhuma proposta concreta. Portanto, a negociação estava muito difícil. Era necessário colocar um terceiro ator, para viabilizar uma solução mais racional. E a arbitragem era uma decisão correta naquele momento, já que nós não fizemos a aquisição. Portanto, era uma solução colocar um terceiro para tentar solucionar um conflito que existia entre os sócios.

A Astra pede a validade da Put na arbitragem. A controladora pede a condenação da Petrobras ao pagamento do valor previsto na Carta de Intenções e, portanto, não é isso que ocorre. O que ocorre no final é o valor da aplicação da Put, e um valor que equivale à aquisição inicial mais o prêmio de controle, o que é normal. Na medida em que você adquiriu o controle, você tem de pagar um prêmio de controle. Certo?

Então, o exercício da Put foi feito, no entanto, por nós. E aí posso até antecipar... Não vou antecipar, não, mas o *superbody*, o conselho de sócios Astra e Petrobras, reúne-se uma única vez, porque ele é um Conselho para resolver pendência entre os sócios. Ele se reúne uma única vez para viabilizar a realização da arbitragem. Era exatamente para viabilizar a arbitragem que tinha de haver um Conselho, porque você tinha de passar por ele. O sócio não comparece, e, na medida em que o sócio não comparece, caracterizam-se as condições para entrar na arbitragem. Mas ele se reúne uma vez só. Não é um Conselho que discute a estratégia, que discute o funcionamento da empresa, porque isso é dever fiduciário dos diretores e dos conselheiros administrativos, que, no Conselho, defendem o interesse da entidade, e não dos sócios.

A ação judicial questionou a legalidade das cláusulas Marlim e Put?

A legalidade não. Questionou a aplicabilidade. A Astra chegou a querer aplicar a Marlim na arbitragem, mas isso foi desconsiderado, porque a cláusula Marlim só se aplicaria se houvesse o investimento. Como o investimento não ocorreu, ela não se aplica.

Qual foi a decisão da Justiça dos Estados Unidos?

A decisão da Justiça dos Estados Unidos foi a de validar a decisão arbitral. Portanto, a decisão dos Estados Unidos foi a de validar a decisão arbitral.

Ao todo, quanto a Petrobras gastou na arbitragem e na ação judicial?

Não tenho essa informação detalhada. Imagino que a Petrobras deve ter essa informação. Não tenho o detalhe dessa informação. Eu não o tenho neste momento. Não sei quanto gastou nesse item específico.

Se não houvesse a arbitragem e a judicialização, não existiriam custos e honorários. Esse raciocínio está correto?

Está. Mas qual seria a solução do problema, da controvérsia? Essa é que é a questão importante. Se não houvesse, não haveria custo? É claro! Mas, quando você vai para a Justiça ou vai para a arbitragem, você espera ganhar. Você pode perder, mas você espera ganhar. E, se você vai para a Justiça, é por que você não teve alternativa na negociação direta. E foi o que aconteceu: não teve condições na negociação direta e foi para a Justiça.

V. S<sup>a</sup> considera acertada a decisão de judicializar?

Considero acertada, sim. Acho que era a forma de resolver o conflito. Fazer um acordo direto sem que chegássemos a uma proximidade de valores seria uma situação insustentável. É muito mais importante, acredito, haver um terceiro avaliando a justeza do valor do que você fazer um acordo em que você está com divergências tão grandes entre os dois sócios. Quem decidiu o valor foi a justiça americana, que é uma justiça de reconhecida competência na justiça.

O Conselho de Administração aprovou a aquisição de Pasadena das ações remanescentes de Pasadena ao ser cumprido o lado arbitral proferido pela câmara...?

Eu não era mais Presidente da Petrobras. Eu saí da Petrobras antes da decisão da corte americana. Eu saí da Petrobras em fevereiro de 2012. A decisão da corte americana é de março de 2012.

Portanto, sobre o que aconteceu posteriormente à minha saída da Petrobras, eu não posso falar, porque não participei desse processo decisório. Eu saí em fevereiro de 2012 da Petrobras. A decisão arbitral é março de 2012, e o acordo final, se não me engano, é junho de 2012. Portanto, não tenho como comentar sobre isso.



Acho que respondi todas.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só há a questão do meio ambiente. É a 94.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Meio ambiente.

A refinaria Astra é uma refinaria que vinha do passado. Era uma refinaria muito antiga, da Satandard Oil. Ela tem um histórico de passivo ambiental, ela tem um histórico de passivo trabalhista e ela tem um histórico de dificuldade de relacionamento com a comunidade. Com a entrada da Petrobras, essas três coisas começaram a mudar, tanto é, como eu disse, que Pasadena, na semana passada, foi premiada pelos pares. Não foi premiada por outros, não. Foi por outros refinadores, nos Estados Unidos, numa conferência da associação dos distribuidores e refinadores de derivados de petróleo e petroquímicos, que premiaram a Astra como excelente em meio ambiente e excelente em condições de trabalho. Então, houve uma mudança substantiva.

Toda refinaria em geral, no entanto, antiga, tem passivos com as comunidades do seu entorno, e esses passivos são processos de discussão e de negociação com as comunidades.

As notícias divulgadas por um jornal televisivo com grande destaque, recentemente, são notícias referentes a uma disputa sobre meio ambiente entre um condado do Texas e a Astra, equivalente a um passivo correspondente – para nós, um dinheiro muito grande, mas, para uma empresa que fatura US\$5 bilhões por ano, um passivo relativamente pequeno – a US\$6 milhões. Então, estamos falando de um passivo de US\$6 milhões numa empresa que fatura US\$5 bilhões por ano. Portanto, são normais passivos desse tipo, são negociações com comunidades. Portanto, não acredito que seja nada muito relevante para ser considerado nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ainda há as respostas do nº 96 ao nº 107.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Algumas respostas do senhor já foram absolvidas.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Deixe-me pegar aqui os valores, porque, assim de cabeça, é muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A nº 98 consegue sintetizar do nº 96 até o nº 100. São custos totais.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Deixem-me fazer a minha pesca aqui e achar os números exatos desses números, para não haver problema de depois dizer que houve divergências de números.

Quanto custou a refinaria?

Custou US\$1,24 bilhão foram pagos pelo conjunto do conflito; US\$1,24 bilhão. A Petrobras pagou pela refinaria, ativo/refinaria, US\$554 milhões por 100% da refinaria; US\$554 milhões por 100% da refinaria. US\$554 milhões divididos por 100 mil barris de capacidade de refino significa US\$5,54 mil por barril de capacidade de refino. Então, US\$5,54 mil por barril, nos Estados Unidos, em 2005, 2006, 2007, 2008, é um preço abaixo da média do preço de mercado. Primeiro.

Segundo, além da refinaria, a Petrobras adquiriu, em 2006, 50% da *trader*, da comercializadora. Pagou por isso US\$170 milhões. Ao comprar os 50% restantes – ela comprou os outros 50% da *trader* –: mais US\$170 milhões. Pagou, portanto, US\$340 milhões pela *trader*, pela comercializadora. Pagou, também, US\$156 milhões ao Banco BNP Paribas, que tinha dado uma garantia para a Astra viabilizar as operações de *trading*, e à medida que a Petrobras adquiriu os 100%, ela teve que ressarcir a carta de garantia das operações de comercialização; não para aquisição da refinaria, mas para operar a refinaria; US\$156 milhões. Então, são: 554, mais 340, mais 156.

As despesas geradas pelo litígio correspondem a US\$5 milhões e havia US\$150 milhões de juros pelo fato de que Petrobras só pagaria em 2012, quando deveria pagar em 2008. Ela só paga em 2012, em junho de 2012, portanto, depois que eu saí da Petrobras. Enquanto eu estive na Petrobras, dos 50% seguintes não foram pagos nada; só foram pagos em 2012. Por quê? Para concluir o litígio. Corretamente, a meu ver. Acho que o acordo tinha que ser feito. Mas é para a conclusão do litígio. Portanto, esses são os valores pagos pela refinaria.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – É, mas há 44 milhões de acertos finais de contas, de balanço etc. Então, são: 554, mais 340, mais 156, mais 5, mais 150 e mais 44.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Não, isso é a compra da refinaria.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Aí depende. Eu não posso dizer que a margem de lucro é 5%. Eu estou dizendo o seguinte: hoje, a situação da refinaria é especial. Eu vou tentar explicar um pouco, Senadora, a característica específica que nós tivemos a partir de 2009, no Texas.



Os Estados Unidos eram um país profundamente importador de petróleo, um país extremamente importador de gás, mas os Estados Unidos, a partir de 2008, teve dois movimentos. Primeiro, dada a crise americana, o consumo de derivados caiu. Portanto, o volume de derivados caiu nos Estados Unidos. E eles tiveram uma segunda revolução nos Estados Unidos, extremamente importante, a partir de 2007 e 2008, que foi a revolução do chamado *shale gas*, o gás de xisto, que é um processo de injeção de água a alta pressão para fracionar as rochas que estão nos reservatórios e fracionar as rochas que estão nas chamadas rochas geradoras, as rochas que geram os hidrocarbonetos. Normalmente, no chamado petróleo convencional, esta rocha geradora gera o hidrocarboneto, que migra para uma rocha reservatório. Essas rochas geradoras, quando são de muito baixa porosidade, quando são poros muito pequenos, deixam presas, dentro da rocha, uma quantidade de gás e uma quantidade de petróleo. Esse petróleo que ficou preso na rocha geradora é chamado de petróleo não convencional, porque o petróleo convencional é extraído da rocha reservatório; na rocha geradora, fica, portanto, um resíduo preso nessa rocha.

O que essa tecnologia chamada fraturamento faz? Injeta-se água a alta pressão, injeta-se polímero para se manterem os poros abertos, abrem-se os poros dessa rocha, esses poros soltam o gás, e você captura esse gás que estava lá. Não é uma revolução tecnológica, é uma tecnologia comum já. Ela é conhecida, mas a generalização dessa tecnologia transformou os Estados Unidos, em cinco anos, de um país importador de gás num país potencialmente exportador de gás. Um país que importava petróleo pode passar, em 2016, a exportar petróleo. Produz hoje mais de 3 milhões barris/dia – portanto, os Estados Unidos produzem mais do que a produção brasileira desse tipo de petróleo.

O que isso tem a ver com Pasadina?

O gás produzido por essa tecnologia tem associado a ele o condensado, que é um líquido de hidrocarboneto, que é um petróleo levíssimo. A densidade do petróleo é medida em relação à água. O petróleo é mais pesado do que a água – por isso, ele afunda. Aliás, ele é mais leve do que a água – por isso, ele boia, na realidade. Então, o petróleo leve se aproxima da densidade da água. Assim, esse petróleo leve precisa de refinarias mais simples, precisa de capacidade de refino mais simples.

O que acontece no Texas? No Texas, descobriu-se um reservatório, chamado Eagle Ford – Águia Ford. Esse reservatório começou a produzir em 2009. Esse reservatório produz hoje mais de 900 mil barris/dia de condensado. Novecentos mil barris por dia de condensado são produzidos nesse reservatório. Esse condensado tem grau API 46! Grau API 46, Senador, é melhor do que o petróleo de Urucu, que é um dos melhores petróleos que nós temos. É mais leve do que o petróleo de Urucu.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Bota no carro e sai andando.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Bota no carro e quase sai andando; não precisa de refinaria.

Mas esse petróleo tem um problema: não há oleoduto para tirar esse petróleo do Texas. Então, esse petróleo está sendo transportado de caminhão para as refinarias do entorno ali do Texas. O Texas tem hoje, se não me engano, alguma coisa perto de 4 milhões de barris/dia de capacidade de refino. O dobro do Brasil. O dobro do Brasil. O Brasil tem 2 milhões; o Texas tem 4 milhões. Refinarias próximas a Pasadena.

Então, essa situação do Texas faz com que Pasadena possa comprar petróleo de Eagle Ford, levíssimo, processar na refinaria e vender para o mercado americano.

Esse petróleo de Eagle Ford deve estar chegando – eu não sei os valores, a Petrobras tem que falar, eu estou falando aqui de fora – em torno de pouco mais de US\$90 o barril, na refinaria. Como o preço dos derivados nos Estados Unidos está a US\$140, você está comprando matéria-prima levíssima, sem investir na refinaria, tendo capacidade de processar na refinaria, dando uma margem bruta – não é lucro isso, porque há depreciação, há custos financeiros, etc. – em torno de US\$40 por barril. Quarenta dólares por barril! Então, é gigantesca a margem bruta que você está tendo neste momento. É permanente isso? Não. Por que não é permanente? Porque, evidentemente, vai haver um oleoduto mais cedo ou mais tarde, e, na medida em que houver o oleoduto, o preço de Eagle Ford vai caminhar para o preço do petróleo internacional. Mas este momento é um momento extraordinário para a refinaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A 103.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Cento e três?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pasadena e Paulo Roberto Costa.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Bom, qual a participação de Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a refinaria?

Nas negociações envolvendo a refinaria, ele estava presente numa reunião depois da aquisição da primeira parte. Nos primeiros 50% ele não participa das negociações. Ele esteve presente numa reunião porque ele estava comigo e com o Diretor Nestor, na Dinamarca, numa missão empresarial, juntamente com o Pre-

sidente Lula, fazendo a missão, e eu aproveitei a viagem para fazer uma reunião separada com a Astra e com os dois diretores que estavam lá. Foi a única vez em que o Paulo Roberto Costa participou das negociações da segunda parcela, não da primeira, para tentar resolver o problema, e, na realidade, o que nós dissemos aos sócios é que “nós vamos para a arbitragem, nós vamos para a briga”. Foi, essencialmente, o papel que ocorreu com o Paulo Roberto Costa.

O Comitê de Proprietários – é a resposta à questão 104 – é um Comitê que acontece, em geral, quando você tem uma empresa 50%-50%. Então, o Conselho de Administração, fiduciariamente, ou seja, em termos de regras da sociedade anônima, os membros do Conselho de Administração, no Conselho de Administração, têm que defender o interesse da sociedade, da empresa como um todo. Eles não podem defender, no Conselho, exclusivamente os interesses dos sócios. Então, quando você tem 50%-50%, você pode ter impasses em que tem que ser chamado outro conselho para... É o chamado... No acordo de acionistas se estabelece que os sócios podem se encontrar e definir, portanto, as diferenças entre os proprietários. Esse Conselho foi definido no *Shareholder Agreement*, no acordo de aquisição dos 50%, em 2006. A Diretora Graça não era diretora da Petrobras em 2006. Então, ela não participou dessas decisões do acordo de acionistas de 2006. Esse Conselho só foi ativado uma vez, como eu disse, para viabilizar e dizer: “Eu vou brigar”. Só foi ativado uma vez, que foi para dizer: “Eu vou brigar”. Então, não tem nada a ver a indicação de Paulo Roberto como se fosse para um Conselho de Administração estratégico. Ele é um Conselho de Administração para a solução de conflitos praticamente definitivos entre os sócios.

Por que Paulo Roberto Costa? Porque ele era o Diretor de Abastecimento, ele era o Diretor responsável por 11 refinarias no Brasil. Era a pessoa, portanto, mais responsável pela situação de abastecimento, de refino no Brasil. Portanto, ele podia representar, perfeitamente, os interesses da Petrobras na área de refino. Por isso a escolha de Paulo Roberto Costa.

Quantas vezes o Comitê se reuniu? Uma vez.

Qual foi a deliberação do Comitê? “Vou brigar”. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, ao encerrar este primeiro eixo, eu gostaria de perguntar às Sras e aos Srs. Senadores se ainda há alguma indagação sobre esse eixo inicial, de Pasadena. (Pausa.)

Senador Humberto Costa.

Depois vamos entrar nos outros também.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Exª prefere entrar no outro eixo logo?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria, mais do que fazer perguntas – eu vou fazer pergunta também –, registrar aqui os esclarecimentos que foram dados em relação ao tema que tomou uma dimensão gigantesca, inclusive para tentar colocar em xeque a capacidade de gestão dos dirigentes da Petrobras, da própria empresa.

Mas eu perguntaria duas coisas. A primeira, V. Sª já falou do faturamento que essa refinaria tem hoje, já falou, de certa forma, da margem de lucro que ela tem, então, eu pergunto se V. Sª já fez algum exercício no sentido de avaliar em que momento, diante das perspectivas de mercado que existem essa refinaria terá se pagado, ela passará a ser um investimento que traz um retorno efetivo para a Petrobras, levando em conta os custos, levando em conta todos os resultados de arbitragem, enfim?

A outra é mais uma pergunta política e, ao mesmo tempo, estratégica. Obviamente, V. Sª vai responder sobre os outros dados, fatos determinados que esta CPI têm, mas, dada a dimensão que teve esse tema da refinaria de Pasadena e tal a importância que teve nas denúncias que foram formuladas – e, quando a gente acompanha com atenção, com cuidado e sem paixões as respostas de V. Sª, a gente vê que absolutamente não tem a dimensão que se tentou dar –, o que é que V. Sª poderia colocar no sentido... O que é que, do ponto de vista de interesses, especialmente de interesses econômicos, poderia estar por trás de uma campanha tão forte em relação à Petrobras, utilizando, inclusive, esse tema, que tem resposta para tudo, como o carro-chefe dessa campanha? Há algum tipo de avaliação que mostre que mudanças na forma de exploração do pré-sal poderiam estar por trás disso?

Outro tema de que se fala o tempo inteiro: a oscilação do valor das ações da Petrobras. Seria importante lembrar que, quando se faz o comparativo dizendo que a Petrobras valia US\$300 bilhões e, agora, está valendo US\$100 bilhões, há que se ponderar que em 2002, valia quanto? Nós estamos comparando o Governo Dilma com o governo Lula; não é com o governo anterior. E, às vezes, se chega a querer atribuir, inclusive, as oscilações que essas ações têm, mesmo recentemente, quando houve uma recuperação significativa dessas ações, a oscilações políticas. Então, pergunto: isso tem procedência ou, na verdade, os próprios especuladores jogam com esse conjunto de denúncias? Assim, as ações vão lá para baixo e, aí, eles as compram por um preço

lá embaixo e, daqui a pouco, ganham dinheiro com a especulação em bolsa. Então, eu queria ouvir um pouco da sua avaliação, que é importante para nós, uma vez que isso aqui é uma investigação também política. O que está por trás desse fato de a Petrobras ter sido o centro da cena de tantos temas aí levantados em relação ao questionamento da sua gestão?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua franqueada a palavra as Sras e aos Srs. Senadores.

Senadora Vanessa, Senador Anibal, Senador Acir, V. Ex<sup>as</sup> têm alguma pergunta dentro desse capítulo ou fora dele?

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu entendo que o Relator fez todas as perguntas possíveis aqui nesta manhã. Contudo, o que eu perguntaria é: segundo V. S<sup>a</sup>, a Petrobras vai bem, não está em crise, a situação é boa; então, por que as ações caíram tanto nos últimos anos? Qual a sua opinião em relação a isso?

Essa questão já foi muito bem colocada também pelo nobre colega. As demais perguntas foram todas feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa.

**A SRA VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, na realidade, primeiramente, eu queria repetir o que disse em relação ao Relator, isto é, S. Ex<sup>a</sup> vem fazendo um trabalho primoroso. No início, eu até disse: “isso aqui é um pente-fino”. E, de fato, não ficou absolutamente nada sem resposta.

O que eu quero colocar são apenas algumas dúvidas minhas em relação à cláusula de Marlim. Eu entendi perfeitamente o porquê da cláusula e, até dentro de um contexto mais geral, não que seria irrelevante, mas outros quesitos ainda muito maiores que a cláusula de Marlim seriam observados em um momento de decisão. Assim, eu só pergunto: o senhor disse que essa cláusula de Marlim valia para a capacidade de processamento para 100 mil barris e que isso era mais uma forma de segurança para o outro sócio, uma vez que, com a modificação – entendi assim – do óleo leve para o óleo pesado, utilizando o óleo de Marlim, não se sabia se haveria a lucratividade esperada pela sócia. Essa cláusula chegou a vigorar ou não houve necessidade?

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra pela ordem, Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Outra questão: não levando em conta o que foi pago pela refinaria, é possível identificarmos, sabermos quanto vale hoje Pasadena?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Anibal.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, as informações trazidas pelo Dr. Gabrielli são muito curiosas. Com a quantidade de perguntas feitas aqui pelo nosso Relator, na realidade, necessitamos de alguns reforços de esclarecimento acerca das informações que já foram trazidas. Por exemplo, na sua exposição final, aliás, na parte inicial da sua apresentação, o senhor disse que a Petrobras tem hoje uma avaliação baseada no seu estoque de barris de petróleo: um barril a US\$4,2 e uma reserva tal de barris que, segundo a Petrobras, é de US\$96 bilhões. Ao mesmo tempo, o senhor falou que, se esse valor fosse praticado, em uma hipótese de a Petrobras ser vendida a esse valor, automaticamente, quem desse estes US\$4,2 por barril estaria levando de graça uma frota de mais de 200 navios, mais 70 mil servidores qualificados, central energética, milhares de quilômetros de oleodutos e gasodutos e mais uma infinidade em patrimônio que a Petrobras tem não só no Brasil, mas espalhado pelas mares do mundo.

Eu gostaria que V. S<sup>a</sup> dissesse a quem interessa diminuir o preço da Petrobras? A serviço de quem estão aqueles que fazem tanta questão de colocar a Petrobras como uma empresa falida quando temos uma empresa visivelmente superavitária, independentemente das questões que foram postas?

Eu gostaria ainda que V. S<sup>a</sup>, se pudesse, reafirmasse o início do plano estratégico para a expansão do Brasil na área de aquisição de refinarias fora do Brasil, porque, de acordo com a exposição de V. S<sup>a</sup>, ficou claro que, na segunda etapa do governo Fernando Henrique, esse plano estratégico estava desenhado. Já havia uma definição clara da necessidade de o Brasil expandir, em termos de refinaria, para fora do País. E isso veio a acontecer. Já havia uma sinalização nesse sentido no governo Fernando Henrique, a que se deu sequência no governo Lula, e se chegou, pela exposição de V. S<sup>a</sup>, à conclusão da opção pela compra da refinaria de Pasadena exatamente porque tinha um preço, digamos, convidativo e uma localização estratégica que batia com o que estava sendo pensado para o Brasil.

Então, na realidade, não se tratou de uma decisão da noite para o dia; foi uma decisão que já contava com um amadurecimento e que, depois, esse amadurecimento se deu com os estudos feitos juntos às consultorias que foram contratadas.

Então, eu gostaria, se possível, que V. S<sup>a</sup> pudesse informar, diante desse contexto e considerando que a refinaria de Pasadena, hoje, tem todas as possibilidades de um lucro líquido de cem milhões de dólares/ano, considerando que há um investimento geral da ordem de 1,2 bilhão – fazendo uma conta rápida –, em 12 anos

ela se pagaria, em termos de lucro líquido garantido pela produção – a quem interessa tanto a diminuição do valor de Pasadena e, principalmente neste momento, a diminuição do valor da Petrobras no mercado do petróleo internacional?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para organizar, vou devolver a palavra ao Dr. Gabrielli. Ele vai responder às arguições da colega e dos colegas Senadores. Depois eu volto com o Relator para a segunda parte das suas perguntas. Garanto que não serão mais cem. Menos um pouco.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Bem, o Senador Humberto pergunta sobre o exercício, em quanto tempo a refinaria se paga. Eu vou fazer um exercício simples. Os números que eu mencionei sobre a margem bruta são números de fora da Petrobras, mas a Presidenta Graça disse que, nos dois primeiros meses de 2014, Pasadena gerou US\$58 milhões de lucro, em 2014. Se ela, a cada dois meses, gerar US\$58 milhões – está certo? –, a Petrobras, no balanço de 2013, como manda a regra da contabilidade brasileira e da contabilidade internacional, ela fez um cálculo que eu vou explicar daqui a pouco chamado *impairment*. Esse cálculo que tem esse nome horroroso em inglês: *impairment*, em português, chama-se ajuste do valor dos ativos ao valor do mercado – ajuste do valor dos ativos ao valor do mercado. O que significa isso? Toda empresa tem hoje que fazer uma avaliação, praticamente todos os anos, dos ativos em produção que ela tem. Com base nesses ativos em produção, ela junta tudo o que gastou para constituir aquele ativo: se você adquiriu, quanto você pagou; se você fez investimento em manutenção, quanto você fez de investimento em manutenção; qual foi o seu investimento de expansão, quanto você investiu naquele ativo. Tem um valor.

Então, Pasadena custou 1,240 bilhão para ser adquirida, deve ter investido por ano 80 milhões, não teve expansão. Então, 80 milhões em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, sete anos vezes 80, sete vezes oito igual a 56, então, 1,2 bilhão mais 560 vai dar um bilhão, novecentos e pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um bilhão e novecentos.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Então, 1,9 bilhão foi o valor total do investimento da Petrobras para a aquisição de Pasadena, para a aquisição da *trader* e para a manutenção das operações nesses anos. Então, 1,9 bilhão. A Petrobras pega isso, como toda empresa tem que fazer na contabilidade, e faz uma projeção da vida útil desses equipamentos – dadas as hipóteses sobre 2013, qual é o preço do petróleo, qual é o preço dos derivados, qual é a taxa de juros, qual é a taxa de desconto, como é que o mercado está se comportando, etc., etc., etc. –, projeta isso para futuro, traz a valor presente e compara com o que foi investido. Se o que foi investido é maior do que o que ela vai recuperar, ela considera isso um prejuízo.

A Petrobras, no balanço de 2013, reconhece um prejuízo de US\$530 milhões. O que é esse prejuízo? Esse prejuízo ela abate do ativo da Petrobras, reduz, portanto, o tamanho do ativo da Petrobras, ela não pagou ninguém, ela reduz o ativo da Petrobras na contabilidade e ela abate do lucro da Petrobras, portanto, diminui os dividendos. Então, ela abate. Então, não foi um prejuízo que ela pagou a terceiros; ela deixou de pagar e diminuiu o seu ativo. Este prejuízo de 530 milhões, se Pasadena vale, no investimento, 1,9 bilhão, significa que foi para 2,4 para dar 530 a menos. Então, o que acontece? O valor de Pasadena não alcança 2,3. Então, está lá. Não alcança 1,9. No máximo, vai atingir 1,9 menos 530.

Aí começa 2014. Ao começar 2014, você começa a ter resultado positivo. O que acontece? Esse resultado positivo vai abatendo o prejuízo dos 530. Então, se eu tenho 58 por mês, se nos dois primeiros meses, a cada dois meses, eu tenho 58, portanto, eu recupero 530 em 20 meses. Se a cada dois, eu tenho 58, em dez duas vezes, ou seja, em 20 meses, eu recupero 580. Agora, evidentemente, é preciso manter os dois meses por 20 meses, o que não se pode garantir que se vai manter.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Manter a *performance*. Esse é um exercício que pode ser feito. Ou seja, Pasadena não é um prejuízo afundado, inevitável e irreversível para sempre; não é. Essa é a questão. Pode ser recuperado esse prejuízo. É um prejuízo que não foi pago, foram reduzidos os valores internos da companhia.

A segunda pergunta: a quem interessa reduzir o valor da Petrobras. Eu acho que existem vários segmentos a quem interessa reduzir o valor da Petrobras.

Primeiro, eu diria, como o Senador já mencionou, que os especuladores de curto prazo do mercado de ações adoram a situação das ações da Petrobras, porque é um volume de ações muito grande com uma variação diária extraordinária. Varia 2%, 3%, 4%, 5% em um dia; 41% variou nos últimos 40 dias. Ou seja, quem aplicou R\$100 mil ou R\$100,00 – R\$100,00 é uma ação; não dá, é preciso comprar dez ações, que hoje devem estar a R\$14,00, então, R\$140,00 –, quem aplicou R\$150,00 ganhou 40% em menos de um mês, em um mês e dez dias. É uma aplicação fantástica para quem aplicou isso. Variou agora. Em plena crise da Petrobras, a ação valorizou 41%. Então, alguém ganhou com isso, primeiro.



Segundo, existe outro elemento importante. Em 2009, nós fizemos uma venda de ações da Petrobras ao mercado. Em 2009. Essa venda de ações ao mercado foi a maior venda de ações da história do capitalismo mundial. Nenhuma empresa vendeu, de uma vez só, tantas ações como a Petrobras vendeu em 2009. Isso fez com que houvesse uma capitalização da empresa de forma extraordinária em 2009. A venda das ações da Petrobras, diferentemente do que foi a venda em 98, foi de ações primárias, ações emitidas pela Petrobras. Não foram ações que pertenciam ao Governo. Portanto, diferente de 2009 – a participação do Governo na Petrobras foi reduzida em 1999 –, em 2009, foi aumentada. E o Governo comprou ações da Petrobras também. Então, são duas situações muito diferentes: em 2000, quando foi feita a primeira emissão de ações para o mercado de Nova York, e em 99, quando foram feitas as emissões das ações da Petrobras.

Evidentemente que, fazendo um volume de emissão desse tamanho, você inundou o mercado com ações da Petrobras. Com isso, você deu um volume de ações no mercado da Petrobras muito grande mesmo para padrões da Bolsa de Nova York. Não estou falando só da Bovespa, estou falando de Nova York. Então, ao criar esse volume de ações tão grande, você estimulou alguns a especularem no curto prazo, uma vez que, na venda das ações, nós afirmávamos de forma peremptória e clara que o investimento em ações da Petrobras tem que ser um investimento de longo prazo. Não pode ser um investimento de curto prazo.

Por que não pode ser um investimento de curto prazo? Porque nós estávamos com a maior fronteira de desenvolvimento do petróleo do mundo descoberta, que era o pré-sal brasileiro, e a Petrobras teria as condições de ser a operadora única do desenvolvimento do pré-sal brasileiro. Ser a operadora única do pré-sal brasileiro significa que ela tinha as condições porque era quem mais conhecia a tecnologia de petróleo de águas profundas, era quem tinha a maior capacidade de produzir petróleo em águas profundas, era quem tinha a maior carteira de unidades de produção para produzir em águas profundas no mundo, era quem tem a menor equipe técnica treinada e capaz, era quem mais conhecia os reservatórios brasileiros, quem mais conhecia as bacias sedimentares brasileiras, quem mais conhecia a cadeia de suprimento no Brasil, portanto, era a empresa que tinha a melhor condição de desenvolver a capacidade dessa riqueza potencial que é o pré-sal brasileiro.

Em 2009, 2010, esse Congresso Nacional discutiu quatro projetos de lei: um projeto de lei que viabilizava o novo marco regulatório para o petróleo brasileiro, modificando a lei de 1998, que quebrou o monopólio estatal de petróleo e criou o sistema de leilões e o sistema de concessões para o leilão brasileiro. O que é o sistema de concessões? A ANP, por recomendação do Conselho Nacional de Política Energética, coloca à disposição áreas para que as empresas de petróleo comprem o direito de produzir petróleo. Na concessão, evidentemente, as áreas que têm alto risco exploratório, o que significa áreas em que é difícil encontrar petróleo, essas empresas querem um prêmio. Então, o que elas fazem? Estimam qual o retorno que podem ter, se descoberto o petróleo, definem um bônus para pagar ao Governo para entrar nessas áreas. O bônus é uma competição entre as empresas, portanto, o bônus define: quanto mais expectativa positiva, maior o valor do bônus. Depois, se descobre o petróleo, ela paga *royalties* e participações especiais. Portanto, estabelece, do lucro futuro, uma proporção fixa, porque ela pagou o bônus de entrada.

Nós dizíamos, em 2009, que isso não é correto com o pré-sal, porque, com o pré-sal, o risco de não encontrar petróleo era baixo. Portanto, o problema não estava no risco de encontrar ou de não encontrar petróleo, o problema estava em que o lucro futuro do petróleo podia ser muito mais alto do que previsto, e, portanto, queríamos partilhar esse lucro com o Estado brasileiro. Ao invés de aumentar a entrada, eu quero ganhar ao longo do tempo. Então, o conceito de partilha de produção implicava que o ganho adicional futuro é partilhado entre a empresa e o Governo. Essa foi a primeira mudança importante.

Segunda mudança importante: a Petrobras, obrigatoriamente, vai ser a operadora única do pré-sal. Ou seja, a Petrobras vai ter que, no mínimo, participar com 30% dos investimentos futuros do pré-sal, e as outras empresas vão ter que trabalhar sob o comando da Petrobras. Evidentemente que isso criou muitas resistências, principalmente nas empresas internacionais, que não querem o comando da Petrobras. Portanto, nesta área, e existem já alguns vazamentos do WikiLeaks, Assange, etc., etc., etc. que mostram conversas entre políticos brasileiros e diplomatas americanos colocando de forma clara que isso é prioridade para o próximo governo, dizendo que a prioridade é desmontar essa lei que garante que a Petrobras é a operadora única do pré-sal brasileiro. Isso já saiu, vazamentos, não sei se são verdadeiros ou não, porque não dá para saber, mas são vazamentos de conversas entre certos políticos brasileiros e embaixadores e diplomatas americanos, mostrando essa intenção de...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nesses vazamentos apareceram nomes de políticos?

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Apareceram, eu preferia declinar de dizer os nomes deles, mas são políticos da oposição brasileira ao Governo brasileiro neste momento.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu não declino de nada e devo dizer que nesta CPI o PSDB adotou a prática do FFF, fez fumaça e fugiu, nem está aqui para fazer a interrogação, deveria estar aqui conosco para tomar conhecimento dessas informações.



**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – É, mas esse eu não estou lembrado.

Um terceiro projeto de lei que foi aprovado por este Congresso Nacional, que é um projeto de lei extremamente importante, que está aprovado pelo Congresso brasileiro, que, durante 2009 e 2010, discutiu isso. O terceiro projeto de lei aprovado por este Congresso é a criação de um fundo que vai receber os recursos do pré-sal. Esse fundo vai aplicar esses recursos, vai aplicar os rendimentos desses recursos para educação, saúde, cultura e investimentos que viabilizem a melhoria entre as gerações brasileiras de forma que elas possam absorver esse benefício.

Quem está contra a Petrobras desenvolver o pré-sal está contra também isso, assim como está contra a política da Petrobras de conteúdo nacional. A política da Petrobras de conteúdo nacional pressupõe que o desenvolvimento dos investimentos da Petrobras vai ser feito, a maior parte possível, no Brasil, gerando emprego e renda no Brasil.

Portanto, tirar a Petrobras de operadora única significa tirar a viabilidade da continuidade da política de conteúdo nacional e também a viabilidade da manutenção dessa política de garantia de recursos adicionais para o fundo que vai promover a melhoria da situação do povo brasileiro.

Então, eu acredito que essas forças são contrárias à Petrobras e querem desqualificar a Petrobras criando essa falsa imagem de que a Petrobras anda em crise.

Eu queria usar o último resultado da Petrobras para mostrar como ela não está em crise. A Petrobras teve quatro bilhões e pouco, cinco vírgula pouco bilhões de reais de lucro no primeiro trimestre de 2014. Esses cinco vírgula pouco bilhões de reais não foram sete porque ela reservou dois vírgula pouco para um programa de aposentadorias dos funcionários da Petrobras, que é uma vez só. Portanto, poderia ser de R\$7 bilhões, se não houvesse esse programa, o lucro da Petrobras no primeiro trimestre de 2014. Esse lucro de R\$7 bilhões, de 2014 – foi divulgado cinco vírgula pouco porque abate a provisão para o programa de demissão voluntária, que é excepcional, só ocorre neste trimestre –, portanto, tirando isso, seriam R\$7 bilhões, que é um lucro extraordinário da Petrobras; extraordinário.

A Petrobras é uma empresa da qual se fala muito de seu endividamento. É evidente que ela tem um endividamento alto; mas por que ela tem um endividamento alto? É porque ela é uma das empresas que mais crescem no mundo. Se você pegar o que a Petrobras está construindo, os chamados ativos em construção da Petrobras, isso equivale, mais ou menos, ao volume de empréstimos.

Então, ela está tomando empréstimos para crescer, ela não está tomando empréstimos para resolver problemas de caixa e operacional; ela está tomando empréstimos para crescer. E para crescer o quê? O pré-sal, porque ela conseguiu um resultado extraordinário para o pré-sal no mundo. O pré-sal foi descoberto em 2006, e ela está produzindo mais de 470 mil barris por dia no pré-sal hoje, sete anos depois da descoberta. Isso não aconteceu, de forma nenhuma, no Golfo do México; não aconteceu no Mar do Norte; não aconteceu na costa oeste da África, que levaram muito mais tempo do que sete anos para atingir os primeiros 300 mil barris, o que demonstra a competência da Petrobras, o que demonstra a capacidade da Petrobras em resolver os problemas técnicos, o que demonstra a capacidade de influir sobre a atividade de petróleo no Brasil.

E digo mais ainda: quando eu comparo a Petrobras de hoje com a Petrobras de antes de 2002, eu digo que há dois elementos fundamentais para o crescimento de uma empresa. Uma empresa de petróleo vive das áreas exploratórias. Se não houver área exploratória, se não houver área onde ela vai buscar petróleo, ela morre.

A Petrobras estava condenada a morrer em 2008. Por quê? Porque as áreas exploratórias da Petrobras estavam reduzindo-se, porque ela estava inibida de participar dos leilões antes de 2002. E digo mais ainda: o volume de investimentos na atividade exploratória antes de 2002 foi triplicado quando nós entramos na Petrobras em 2003. Ao aumentar a capacidade de investimento, nós descobrimos a Bacia de Santos e descobrimos a Bacia do Espírito Santo, todas pós 2003. Nós encontramos uma empresa em que a engenharia básica estava destruída. Encontramos uma empresa em que a área de pesquisa e desenvolvimento estava destruída, porque se buscava tecnologia apenas no mercado. Nós duplicamos o Cenpes. Nós duplicamos, ampliamos, criamos uma rede com mais de cem instituições de pesquisa deste País, que é a maior rede de pesquisa que existe no mundo para a área de petróleo e gás, com as redes temáticas criadas pela Diretoria da Petrobras; e viabilizamos, portanto, o maior centro de pesquisa sobre águas profundas do mundo, na Ilha do Fundão, com a maior parte das empresas trabalhando no entorno do Cenpes. Reconstruímos a engenharia básica da empresa. Viabilizamos dentro uma área de capacidade de desenvolvimento de projeto que estava destruída antes de 2002.

Então, essa é a realidade. Como falar que essa empresa é mal gerida? Como falar que essa empresa está em crise? Ao contrário, ela é pujante e está em crescimento e com certeza vai se tornar maior ainda do que já é.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Devolvo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, senhor depoente, nossos pares, agora vamos entrar na estratégia de internacionalização da Petrobras, do Quesito 121 em diante.

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 5, de 1995, e sua regulamentação pela Lei 9.478, de 1997, houve mudança na estratégia geral da Petrobras? É correto dizer que após 1997 a Petrobras passou a perseguir a estratégia de internacionalização? Os planos de negócios e planos estratégicos da Petrobras refletiram essa mudança de estratégia? Quais planos ou planejamentos? Em que consistia, na prática, essa internacionalização? Em que ano ela começou a ser implantada? Quais foram as primeiras aquisições? Em que ano essas aquisições aconteceram?

Compra e venda de refinarias que são parte dessa estratégia. Uma delas é Pasadena, e já avançamos bastante as perguntas e as respostas a respeito.

Temos notícia de que a refinaria de San Lorenzo, na Argentina, foi vendida pela Petrobras, em 2010, por que dava prejuízos. Essa afirmação é correta? Se não é correta, por que a refinaria de San Lorenzo foi vendida? A refinaria de Bahía Blanca, Refinaria Ricardo Eliçabe, foi adquirida em 2001, da ibero-argentina Repsol, e está sendo investigada por diversos órgãos para apurar denúncias de que o negócio teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. O caso estaria sendo julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Essa informação é procedente? O senhor poderia explicar os termos da negociação entre a Petrobras e a Repsol?

Como contrapartida para a refinaria de Bahía Blanca, a Petrobras teria transferido 30% de participação da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, os direitos contratuais de 234 postos de combustível e mais 10% dos direitos de exploração do campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos. Essa informação é procedente? A compra da Repsol fez parte da estratégia de internacionalização da Petrobras? A compra da Repsol pela Petrobras foi um bom ou mau negócio?

São essas, Sr. Presidente, nosso Senador Antonio Carlos Rodrigues, as perguntas ao nosso Depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra ao nosso Depoente.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Após a promulgação da Emenda e da Lei 9.478, a Petrobras se viu forçada a enfrentar uma situação de competição, sendo restrita por ser uma empresa controlada pelo Governo. Uma das estratégias para enfrentar essa situação por parte do Conselho de Administração da Petrobras à época era a internacionalização da companhia, por meio da qual ela teria capacidade de gerar atividades e viabilizar, portanto, retorno distinto do que poderia ter no Brasil. A estratégia de internacionalização da Petrobras, portanto, refletia aquele momento do final dos anos 90, porque a Petrobras já estava internacionalizada. A Petrobras, quando surge, se internacionaliza para ir buscar petróleo para alimentar as nossas refinarias. As nossas refinarias precisavam importar petróleo. Então, a Petrobras vai para a Argélia, vai para o Oriente Médio, para tentar estabelecer vinculações internacionais de fornecimento de petróleo para o Brasil. Vai para Angola, para tentar buscar fornecimento de petróleo. Vai para a Líbia, para tentar buscar fornecimento de petróleo para o Brasil.

Em um segundo momento, a internacionalização da Petrobras visa a entrar em alguns mercados de derivados, principalmente na América do Sul. É esse momento pós fim do monopólio estatal do petróleo. Esse momento, na década de 90, é um período em que a Petrobras entra na Bolívia, com a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. É nesse momento que há essa troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol, na Argentina. É o momento em que ela se expande na Colômbia. É o momento em que ela se expande no Peru e no Equador.

Mas a meta de entrar nos Estados Unidos começa a ser visualizada como a meta de encontrar fornecimento nos Estados Unidos. A primeira operação da Petrobras nos Estados Unidos é como compradora de produtos para ela. É, portanto, uma atividade de compra de materiais.

Depois, ela caminha para encontrar algumas áreas exploratórias de petróleo, até chegar à decisão de 2005, quando é o momento de comprar a refinaria. Olhando a troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol... Essa troca está *sub judice*, digamos. Está sendo julgada. Ainda não há conclusão do ponto de vista da Justiça. Há ações denunciando essa operação como uma operação lesiva à Petrobras. Há ações denunciando que foram trocados ativos em valores desiguais; ativos bons foram trocados por ativos ruins.

O fato é que a Petrobras, na Argentina, tem o primeiro passo com a aquisição da Repsol, mas tem um segundo passo, que é a aquisição da Perez Companc, na Argentina. A Perez Companc, na Argentina, é uma empresa privada argentina que é adquirida pela Petrobras antes de 2003. Essa aquisição da Perez Companc pela Petrobras reestrutura-se na Argentina, e a Petrobras passa a ter um conjunto de atividades na EP – exploração e produção –, na produção de gás, na produção de fertilizantes, na distribuição de postos de gasolina e no refino.

Esse conjunto de ativos tem ativos mais rentáveis e outros menos rentáveis. A venda de San Lorenzo, em 2010, é um dos ativos mais rentáveis que a Petrobras tinha na Argentina, e foi vendida, em 2010, por isso.

A refinaria de Bahía Blanca, adquirida também em 2001, tem denúncias e investigações, mas eu não tenho detalhes sobre isso porque essas questões ocorreram depois da minha saída, se não me engano; depois da minha saída da Petrobras.

As negociações entre a Petrobras e a Repsol, essas negociações foram troca de postos de gasolina no Brasil com postos de gasolina na Argentina, trocas de parcela da presença da Petrobras na Refap. A Refap é

interessante, porque a Refap foi um primeiro exemplo de uma tentativa de vender as refinarias brasileiras. A Refap é uma refinaria no Rio Grande do Sul, Refinaria Alberto Pasqualini. Essa refinaria era parte da Petrobras, integrada da Petrobras, e foi vendida parcialmente à Repsol em troca de ativos na Argentina, e ela passou a ser uma refinaria isolada da Petrobras, sócia Petrobras e Repsol. Ela hoje, de novo, voltou a ser incorporada à Petrobras; ela é de novo uma refinaria plena da Petrobras, mas ela passou um tempo dessa forma. O valor dos ativos está sob questão judicial, então não há conclusão, não posso dizer o resultado disso porque está em discussão judicial.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, senhor depoente, Srs. Senadores, antes de entrar no Eixo 2, quero fazer duas perguntas que também são objeto de questionamento na imprensa, que dizem respeito à nomeação do engenheiro José Orlando Azevedo. Há informações de que, à época em que V. S<sup>a</sup> era Presidente da Petrobras, teria nomeado um primo, o engenheiro José Orlando Azevedo, para a subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos. Essa informação está correta? Existe algum conflito ético na indicação do Sr. José Orlando para o cargo de Presidente da Petrobras América?

E, Sr. Presidente, vou iniciar também o Eixo 2, que trata da SBM Offshore. Qual a relação entre a Petrobras e a SBM? Quando teve início? Quais foram os serviços prestados pela SBM para a Petrobras? Por que a Petrobras contratou os serviços da SBM? Havia outros fornecedores capacitados tecnicamente para prestar os mesmos serviços? Quais?

Segundo o *Valor Econômico* de 13 de fevereiro de 2014, a SBM teria confirmado na Holanda – abre aspas – “que pagou US\$139,1 milhões em comissões no Brasil entre 2007 e 2011 para os agentes de seus negócios no país” – fecha aspas.

A Petrobras, durante a gestão de V. S<sup>a</sup>, tinha conhecimento de pagamento de comissões da SBM relativas a esses serviços? Segundo a denúncia, a SBM pagaria 3% do contrato fechado com a Petrobras a título de comissão para seu representante no Brasil, Julio Faerman, e este repassaria 2% para funcionários da Petrobras. O que V. S<sup>a</sup> sabe sobre isso? V. S<sup>a</sup> tem conhecimento se funcionários da Petrobras receberam algum numerário da SBM? Quem efetuou o pagamento? Quem recebeu? Qual o montante envolvido? O pagamento influenciou na celebração de contrato entre a SBM Offshore e a Petrobras? Quais os prejuízos para a Petrobras?

Portanto, Sr. Presidente, são essas as perguntas com relação ao Eixo 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra para o depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sérgio Gabrielli) – O engenheiro José Orlando Azevedo entrou na Petrobras por concurso em 1978. Portanto, há 35 anos. Ele é um engenheiro sênior da Petrobras, reconhecidamente um técnico de alta competência, já trabalhou em várias missões no exterior, e o engenheiro José Orlando Azevedo me foi apresentado pela diretoria internacional para assumir em 2008, portanto, no momento do conflito judicial com Pasadena, e não no momento de negociação, mas no momento da briga judicial com Pasadena, pela diretoria internacional, para assumir a função de Presidente da Petrobras na América, que é uma função equivalente a gerente-geral dentro da Petrobras. A Petrobras tem gerente-geral, gerente-executivo e diretor. Portanto, o nível de hierarquia é esse.

Eu fiquei numa dúvida: eu veto a nomeação de Zé Orlando porque é meu primo ou aprovo a nomeação de Zé Orlando e comunico às autoridades que nomeei? Essa foi a minha dúvida. Quando cheguei na Petrobras – cheguei na Petrobras em 2003 –, em alguns círculos, eu era conhecido como o primo de Zé Orlando, e não ao contrário, está certo? Porque ele está lá desde 1978. Então, a minha dúvida era essa. Então eu comuniquei à CVM que o nomeei numa função de gerente-geral, equivalente a gerente-geral, portanto, uma função em que não nomeei diretamente, porque, inclusive, não me compete nomear diretamente. É a diretoria que o indica como presidente da PAI. Não vejo nenhum problema de conflito ético. Ele é um profissional de carreira da companhia, que está lá trabalhando e é um profissional de competência reconhecida na Petrobras.

Em relação à SBM, a SBM é uma grande empresa de construção de plataformas e fretadora de plataformas do mundo. Não é uma empresa pequena, é uma empresa grande. E essa empresa grande tem várias FPSOs, unidades flutuantes de produção da Petrobras, que foram construídas pela SBM ou fretadas pela SBM à Petrobras. Portanto, os relacionamentos da SBM com a Petrobras não são de hoje; começaram em junho de 2001, alguns meses depois do afundamento da P-36, da dolorosa experiência do afundamento da P-36 em 2000/2001. Com o afundamento da P-36, foi substituída pela chamada FPSO Brasil, que foi fretada pela SBM. Portanto, o relacionamento da SBM com a Petrobras não é recente, é um relacionamento que vem desde 2001.

Quais foram os serviços prestados pela SBM? Ela hoje tem cinco plataformas em operação e está construindo a P-57, que é uma plataforma que está em construção neste momento. Contratou serviço da SBM, que é uma empresa de reconhecida competência e é a segunda maior contratante de unidades flutuantes de produção da Petrobras. A primeira é a Modec e a segunda é a SBM.

Segundo o *Valor Econômico*, a SBM teria confirmado na Holanda que pagou 139. Não é o que a SBM publica no Brasil. Publicou uma matéria paga no *Estado de S. Paulo* desmentindo que esteja investigando suborno no Brasil. Não é o que o *New York Times*, o jornal *New York Times* publica como errata, uma pequena errata, dizendo que ela, na Holanda, não está investigando no Brasil. Nem é a decisão da comissão interna da Petrobras, de que soube externamente, pois eu não participei dessa avaliação, pelo menos, publicamente. O que há de público é que a comissão interna não encontrou nenhum indício de envolvimento de funcionário da Petrobras em nenhum ato de propina com a SBM. Portanto, não tenho o que comentar sobre comissões, valores, quem efetuou pagamento, quem recebeu, porque eu não conheço, desconheço esse tipo de situação.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, agora vamos iniciar o Eixo 4. E Sr. Presidente, não fazemos referência ao Eixo 3, que trata da segurança nas plataformas, porque o Requerimento nº 302, de 2014, que dá origem a esta CPI, e a decisão do Supremo Tribunal Federal não fazem alusão a qualquer risco ocorrido no período da gestão do nosso depoente, o nosso ex-presidente aqui presente. Por isso vou para o Eixo 4.

E quanto aos outros depoentes, já aprovada a vinda deles aqui, temos aqui uma lista de pessoas que irão abordar o Eixo 3, cumprindo, rigorosamente, o que determina o Requerimento nº 302, de 2014, e a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eixo 4. Quando começou a construção da refinaria Abreu e Lima? Quais as razões que levaram a Petrobras a construir a RNEST, que é a Abreu e Lima? Depois de pronta, qual será a capacidade da RNEST? A construção da RNEST é dividida em quatro fases, de um a quatro. V. S<sup>a</sup> poderia explicar cada uma dessas fases? Há notícia de que a Petrobras não elaborou Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da RNEST. A fase I teria começado em 2005, no início da gestão de V. S<sup>a</sup>. Essa afirmação tem procedência? Todas as fases de construção da RNEST têm Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica? Quando RNEST entrará em operação?

Sobre o custo da RNEST. Quais eram as projeções iniciais de custo da RNEST? Essas projeções referiam-se a todas as fases? Qual será o preço final da RNEST? Há notícias de que os custos da RNEST saltariam da casa de R\$4 bilhões para os quase R\$40 bilhões. Essa informação está correta? Que fatores impactaram a alteração entre as projeções iniciais e o custo final da RNEST: o câmbio, aquecimento do mercado fornecedor de bens e serviços? Desde o seu início, quantos aditivos já foram assinados relativamente à RNEST? Quem são os responsáveis por esses aditivos? Todos os aditivos passaram por avaliação técnica e jurídica? V. S<sup>a</sup> participou da celebração de algum aditivo?

Sobre a legislação. Além do tempo, a RNEST chama a atenção pelos custos já referidos. A Petrobras observou a legislação aplicável às licitações e contratos na construção da RNEST? As fiscalizações do TCU dão conta de que a Petrobras não estaria observando a Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos procedimentos de licitação e contrato. O que V. S<sup>a</sup> tem a dizer sobre isso? Houve alteração no projeto de construção da RNEST em decorrência dos erros apontados pelos órgãos de fiscalização? Quais? Houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima?

Sobrepreço e faturamento. Desde 2008, o TCU fiscaliza as obras da RNEST. O TCU concluiu que existe superfaturamento de “R\$69 milhões” – entre aspas – no contrato com o consórcio Abreu e Lima. O que V. S<sup>a</sup> tem a dizer sobre isso?

Atraso nas obras. As obras de construção da RNEST já duram dez anos. Qual o real motivo dessa demora?

RNEST e PDVSA. Qual o papel da PDVSA na Refinaria Abreu e Lima? A estatal venezuelana tem respeitado o contrato? Qual a situação hoje da PDVSA em relação à RNEST? O Conselho de Administração da RNEST recebe jeton? Qual o valor? Qual a natureza jurídica da Refinaria Abreu e Lima S.A.? Ela é uma subsidiária da Petrobras? Qual foi, oficialmente, a incorporadora?

RNEST e o Sr. Paulo Roberto Costa. Matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico*, em 15 de maio, faz referência a 123 atas que compõem as decisões tomadas sobre a construção da refinaria em Pernambuco entre março de 2008 e dezembro de 2013. Segundo o jornal, o ex-Diretor da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa, estava no comando das decisões. Qual é a função do Sr. Paulo Roberto Costa na RNEST? Era ele que tomava as decisões relativas à refinaria?

São essas, Sr. Presidente, as nossas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra para o depoente.

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Eu mencionei a mudança de estratégia em relação ao refino brasileiro, que ocorreu em 2006. Mas já em 2005, nós tínhamos também como fase de transição do que vinha de antes de 2003 uma série de negociações com refinarias, particularmente projetos de refinarias no Nordeste. Havia negociações com grupos da Arábia Saudita, havia negociações com grupos japoneses principalmente, com os governos estaduais do Ceará, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. E essas negociações



ocorriam no Nordeste por uma razão: a refinaria, no Brasil, mais ao norte é a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia. A Refinaria Landulpho Alves, que é a mais velha refinaria do Brasil e que tem uma capacidade de expansão da sua destilação limitada, ela não pode aumentar muito a sua capacidade de produção.

Consequentemente, se o mercado do Nordeste ia crescer, nós tínhamos que criar uma refinaria no Nordeste. Isso não é uma decisão desta diretoria de 2003 para cá; é uma decisão que vem de antes de 2003 também. Ou seja, é necessário criar... Antes de 2003, havia várias negociações envolvendo o Governador Tasso Jereissati, com o qual eu tive pessoalmente uma reunião sobre grupos árabes que queriam investir no Nordeste, no Ceará, o que envolvia negociações com o governo de Pernambuco, envolvia negociações com o governo do Rio Grande do Norte. Então havia várias negociações que vinham de antes, não foram iniciadas por nós. E nós sabíamos que tínhamos que pensar na expansão do refino no Nordeste brasileiro, que tem 19% do mercado brasileiro.

Além disso, a parte norte do Centro-Oeste, do ponto de vista logístico, poderia ser atendida por uma refinaria no Nordeste. Como nós não tínhamos clareza ainda, em 2004, 2005 e 2006, do ritmo de crescimento do mercado brasileiro, ainda havia uma vantagem de você fazer uma refinaria no Nordeste, que era criar uma refinaria que pudesse ser exportadora de derivados para a Europa e para os Estados Unidos, porque tanto Pernambuco, como Ceará, como Maranhão estão mais perto da Europa e dos Estados Unidos do que São Paulo, do que o Rio de Janeiro, e a Paraíba também – sem dúvida nenhuma, do que a Paraíba também. Então havia também essa possibilidade, se o mercado brasileiro não crescesse como a gente esperava, de transformar isso numa plataforma de exportação mais perto da Europa, dos Estados Unidos e do Caribe, que era uma área que é demandante de petróleo. Então a lógica de criar uma refinaria no Nordeste era uma lógica que tinha a ver com a expansão do mercado brasileiro.

Por outro lado, o déficit entre expansão do consumo e capacidade de refino era muito maior no Nordeste do que no Sudeste. Então, consequentemente, havia que se criar uma refinaria no Nordeste.

A Venezuela é um país que está em cima de enormes reservatórios de petróleo não convencional. A Venezuela tem um volume de recursos enorme de petróleo extrapesado, extrapesado, muito mais pesado do que o Marlim. Portanto, o petróleo venezuelano é um petróleo que é muito fácil de extrair, porque ele está perto da superfície, predominantemente em terra, e é muito grande o volume. Fala-se em 240 anos a relação entre recursos existentes e produção na Venezuela. Portanto, para uma empresa de petróleo que queira se expandir em áreas não tradicionais, ter uma posição na Venezuela era estrategicamente uma posição adequada. Como a Venezuela queria entrar no refino brasileiro e na distribuição brasileira, nós vislumbramos uma possibilidade de, com a PDVSA, fazer um acordo mútuo, em que nós entraríamos na exploração de petróleo na Venezuela, e a Venezuela entraria conosco no refino brasileiro. Assinamos vários memorandos de entendimentos com a Venezuela, com a PDVSA, e fizemos várias reuniões, várias rodadas de negociações técnicas. No entanto, o casamento não deu certo. Nós não chegamos a consumir o ato, não chegamos a realizar a sociedade nem na produção na Venezuela nem no refino brasileiro.

Portanto, a decisão de construir a RNEST é uma decisão estratégica, com base na perspectiva da expansão no mercado de consumo no Nordeste e com base na perspectiva da expansão no Centro-Oeste, particularmente no norte do Centro-Oeste. E a opção para a PDVSA foi uma opção com base na visão de crescimento do Nordeste.

Os trabalhos de terraplanagem na RNEST começaram em 2007. Portanto, não começaram há dez anos; começaram em 2007. Evidentemente, estamos atrasados na RNEST. A RNEST é uma refinaria absolutamente necessária e vital para atender às necessidades do mercado brasileiro hoje. É uma refinaria otimizada para produzir diesel, e vai produzir diesel diminuindo o déficit que temos hoje de importação desse produto. Portanto, ela tem toda a lógica de ser uma refinaria estrategicamente bem situada, que vai permitir a possibilidade de expandir a produção de diesel no Nordeste brasileiro.

Fase I, fase II, fase III e fase IV não são uma particularidade da RNEST. Fase I, fase II, fase III e fase IV são portais pelos quais passam todos os projetos da Petrobras.

Na fase I, o projeto é uma ideia conceitual do que se deve fazer. Vai-se fazer uma refinaria com tais características, situada em tal lugar, e que, provavelmente, dados os números gerais, vai custar tanto, vai ter tal tecnologia, vai ter unidade de destilação atmosférica, vai ter coqueamento retardado, vai ter hidrotratamento, e várias unidades vão ser definidas. Então, tem-se uma visão conceitual, e isso chama-se fase I. Nessa fase I, faz-se um cálculo do valor do investimento com base em várias métricas, várias formas de indicar. Uma delas é comparar custos com refinarias existentes em outros lugares. Então, o primeiro valor que se tem para a refinaria RNEST é um valor de dois e pouco bilhões de dólares. É como se a RNEST estivesse sendo feita no Golfo do México americano.

Então, se ela fosse feita no Texas, na Louisiana, com a indústria americana de fornecimento, com a indústria americana de construção, com a presença dos fornecedores de serviços, com a situação de conectá-la à



rede elétrica sem problema, com a situação de conectá-la à rede de esgotos e de resíduos sem problema, sem necessidade de porto, sem necessidade de oleoduto, sem necessidade de nada, essa refinaria feita na Louisiana, ou seja, base Golfo do Texas americano, no Texas e na Louisiana, seria de US\$2 bilhões.

Na medida em que nós iniciamos os estudos para passar da fase I para a fase II, nós começamos a tropicalizar a refinaria, ou seja, dar os custos reais brasileiros dessa refinaria. Ela sai de II para IV, na prancheta ainda, e não no contrato – na prancheta, antes do contrato, porque os contratos ocorrem no final da fase II ou na fase III. A fase I é conceitual, é laboratório. Não é na prancheta mais, porque é no computador, atualmente, mas é como se fosse na prancheta, que é o lugar mais barato que existe para se fazer ajuste. Então, essa mudança que ocorre no início de II para IV não é em contrato, não é aditivo de contrato, não é nada. É apenas na avaliação de laboratório, de escritório, de quanto custaria ela se fosse no Brasil.

Aí, começam a aparecer várias questões. Nós temos três tipos de efeitos sobre o custo da Refinaria Abreu e Lima. O primeiro efeito é o câmbio. Noventa e cinco por cento dos investimentos realizados em refinaria no Brasil são compras em reais; não em dólares, mas em reais. Então, se você tem R\$100,00 e a taxa de câmbio é R\$1,00 por dólar, você precisa de US\$100,00 milhões para R\$100,00. Com esses mesmos R\$100,00, se a taxa de câmbio é R\$2,00, vai para US\$50 milhões. Se a taxa de câmbio é R\$4,00, vai para US\$25 milhões e os mesmos R\$100,00. Portanto, a variação da taxa de câmbio altera o valor da refinaria. Se cair a taxa de câmbio, ou seja, reduzir de R\$4,00 para R\$3,00, para R\$2,00, para R\$1,00, aumenta o valor em dólar sem alterar o valor em real. Então, nós vivemos em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, uma apreciação do real, que caiu de R\$3,70 por dólar a R\$1,70 por dólar. Só isso deve ter provocado alteração em dólar desse projeto em cerca de 40%, que não é uma variação em reais, mas é uma variação em dólar.

O segundo elemento. Na medida em que você vai avançando no conhecimento da fase II e da fase III, vai, portanto, detalhando mais a refinaria, vai detalhando as tubovias, vai detalhando o solo para fazer a terraplanagem, vai detalhando as condições dos chamados extramuros, que são as estradas, a situação da rede elétrica, a situação do porto, vai incluindo um conjunto de outros investimentos que são necessários para viabilizar a refinaria ali onde foi escolhido, por razões de expansão do mercado, obras suplementares que são necessárias para isso. Só o Porto de Suape, por exemplo, só o Porto de Suape – e, aí, eu vou responder a uma das perguntas que estão aqui –, que é uma obra de entorno, custou US\$256 milhões à Petrobras, US\$256 milhões que a Petrobras investiu no Porto de Suape para viabilizar uma expansão do porto, atendendo à Petrobras e atendendo ao Porto. Agora, vai receber parte disso, a Petrobras vai ser ressarcida em parte disso com a redução da tarifa do uso porto no futuro, mas houve um investimento realizado no porto. Foram realizados investimentos em estradas, US\$256 milhões. Foram realizados investimentos na infraestrutura da região de Suape. Então, foram realizados vários investimentos que são externos à refinaria e que aumentaram o custo da refinaria, mas que era necessário serem feitos porque, se não, não seria lá a refinaria e aí nós não teríamos o Nordeste com refinaria. Então, tinha que ser no Nordeste. O melhor lugar no Nordeste para a primeira refinaria era Pernambuco e, portanto, ela custou mais em função disso.

E o terceiro elemento vem um pouco das mudanças que ocorreram no escopo da refinaria. Então, a refinaria inicialmente era uma refinaria prevista para processar petróleo Marlim – o famoso petróleo Marlim, o petróleo pesado brasileiro. Num segundo momento, ela passou a ser uma refinaria que teria duas correntes de produção, duas cadeias de produção, que na linguagem do setor de refino é dois trens de produção: um trem para processar petróleo Marlim e outro trem para processar petróleo venezuelano. Isso fez com que os dois trens, na prática, virassem praticamente duas unidades de refino separadas. Posteriormente, isso foi revertido e hoje ela tem dois trens, mas todos os dois para processar petróleo brasileiro. E, portanto, teve uma série de mudanças de escopo ao longo da refinaria: mudança de severidade e unidades, mudança de composição de unidades, etc.

E nós vivemos, também, um outro fenômeno. Pelo fato de nós iniciarmos cinco refinarias simultaneamente, nós tivemos um aquecimento do mercado de fornecedores de válvulas, de esferas, de armazenamento, de tanques de armazenamento, de tubovias, de engenharia de montagem, de montagem de sistemas elétricos, de montagem de tratamento de resíduos. Então, nós tivemos um conjunto de situações que, diferentemente do mundo, em que, a partir de 2008, houve uma redução dos investimentos, nós mantivemos os investimentos e até aumentamos o investimento em refino nesse período, o que fez com que houvesse um aquecimento maior desse mercado. Nós chegamos a ter, Srs. Senadores, 70 mil trabalhadores trabalhando em Suape; 70 mil pessoas trabalhando em obras em Suape simultaneamente. Então houve um aquecimento muito grande; os custos subiram, elevaram-se os custos. Portanto, esses são os elementos que explicam as variações de custo que ocorreram na RNEST.

Indo diretamente às perguntas de custo, portanto, as projeções iniciais de custos, como eu disse, na fase muito preliminar, por referência, eram dois e poucos bilhões de dólares. Depois, imediatamente, na medida

em que nós tropicalizamos esse custo, trocamos, o colocamos mais próximo da realidade de Pernambuco, foi para U\$4 bilhões. Em 2009, ele chega a US\$13 bilhões. Hoje eu não sei exatamente em quanto está. O que está sendo divulgado é algo em torno de US\$18 bilhões, US\$19 bilhões o custo da Refinaria Abreu e Lima final.

Ela está em fase final, tem quase 90% já construída. Ela deve entrar em operação ainda no final deste ano de 2014. Portanto ela deve entrar em produção ainda esse ano, no final de 2014.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – De 2007 a 2014, sete anos. O tempo médio é de sete anos; seis a sete anos. É isso.

A posição de Paulo Roberto...

Aditivos. Aqui é importante dizer o seguinte: em 2008, como nós estávamos para negociar com a PDVSA a associação com a PDVSA, nós criamos uma empresa chamada Refinaria do Nordeste (RNEST), uma empresa 100% Petrobras, que segregava a atividade da Refinaria do Nordeste. Então, essa empresa tem um Conselho de Administração, tem uma Diretoria e toma as decisões no âmbito da RNEST.

Essa empresa estava construída para ser a empresa na qual a PDVSA teria a participação acionária; ela não seria sócia da Petrobras; ela seria sócia na RNEST. Então, a montagem dessa empresa foi a montagem de uma empresa que estava preparada para negociação com a PDVSA.

O que acontece com a negociação com a PDVSA? A PDVSA não participa do negócio. Nós não chegamos, portanto, a assinar os contratos de fechamento do negócio; nós ficamos... Eu fui, inúmeras vezes, a Caracas; o Presidente Rafael Ramírez veio, inúmeras vezes, ao Rio de Janeiro, a Manaus, a Pernambuco. Nós fizemos inúmeras reuniões técnicas. Então foi um processo como é em refinaria. Refinaria não é uma coisa simples; refinaria é uma coisa complicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dr. Gabrielli, só uma dúvida: houve investimentos da Petrobras na Venezuela nesse momento?

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Novos, não. Não, a Petrobras já estava na Venezuela.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Porque o senhor colocou que havia uma troca, não é? A Venezuela vinha investir no refino, na sociedade, com a refinaria, e o Brasil ia investir na Venezuela. Nesse curso dessa negociação houve novos investimentos?

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Não, não houve novos investimentos, não. A Petrobras já estava na Venezuela. A mudança do marco regulatório na Venezuela transformou a empresa da Petrobras em uma empresa sócia da PDVSA lá na Venezuela, mas é um investimento anterior a nós; é um investimento em que a Petrobras já estava na Venezuela.

Portanto, é essa empresa que discute os aditivos. Os aditivos não chegam à diretoria da Petrobras. Portanto, nós não temos como falar sobre os aditivos, porque eles não chegavam à diretoria da Petrobras, porque eles eram resolvidos no âmbito da RNEST. As 123 atas, mencionadas pelo jornal *Valor*, são 123 atas do Conselho de Administração da RNEST. Os EVTEs – os estudos de viabilidade técnica, os estudos de viabilidade econômica – foram feitos na Petrobras. Então, é evidente que, no Conselho da RNEST, esses documentos não estavam.

Portanto, a dívida da RNEST com o BNDES é precedida por estudos de impacto ambiental, por Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica. Consequentemente, não é correta a matéria que diz que não há Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica.

Os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica não foram aprovados no Conselho de Administração da RNEST porque a RNEST não tinha essa competência, uma vez que a decisão era da Petrobras e a discussão ocorre no âmbito da diretoria da Petrobras, que aprova os diversos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica no momento adequado.

É claro que, como eu disse, nós temos fase I, conceitual, fase II, que é a fase em que você desenvolve o projeto básico, detalha um pouco mais a sua ideia, contrata empresas para desenvolver o projeto, contrata áreas especiais para detalhar e especificar melhor os equipamentos, faz uma avaliação técnica e econômica mais precisa, e vai para a fase III, onde isso chega a, quase, projeto executivo. Ao chegar à fase III, toma-se a decisão: nós vamos fazer as licitações e, portanto, começar a contratar o mercado para fazer o que nós estamos planejando ou não. E, aí, a fase IV é a fase de implantação do projeto. Isso ocorre com todos os projetos da empresa. Em alguns projetos, no entanto, dada a necessidade estratégica, sabendo que há caminhos críticos para alguns equipamentos e algumas etapas do projeto, é possível que se tomem decisões, considerando que é necessário que você tenha esse equipamento numa determinada data, que se tomem decisões, ainda na fase II, portanto, sem o detalhamento da fase III para contratações.

Então, considerando que nós achávamos que a refinaria era necessário ser, o mais rápido possível, construída, porque nós antecipávamos o crescimento do mercado brasileiro, não íamos antecipar 65% de crescimento,

como eu disse aqui, mas antecipávamos porque havia crescimento, nós precisávamos acelerar a construção da refinaria. Para acelerar a construção da refinaria nós tomamos algumas decisões ainda na fase II, antes de chegar à fase III, para fazer o chamado caminho, superar o caminho crítico com uma rota de acelerar os investimentos. Então, foi isso que aconteceu com a RNEST.

Desde 2008, o TCU fiscaliza as obras da RNEST.

Sobre o TCU não estar observando a Lei nº 8.666. Há uma diferença de interpretação, em relação ao TCU, em relação a dois pontos estruturais entre a Petrobras e o TCU. O primeiro é sobre a aplicação da Lei nº 8.666. Em 1998, foi publicado, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, um Decreto-Lei, nº 2.745, de 1998, com base na Lei nº 9.478, que é a lei que acaba com o monopólio do petróleo, que diz que a Petrobras tem um regime diferenciado de compras. Esse decreto é do Presidente Fernando Henrique, de 1998; de 1998, está certo? Esse decreto é de 1998, o de nº 2.745. Esse decreto já foi, mais de 20 vezes, ao Supremo Tribunal Federal, por provocação do TCU, e existem mais de 20 liminares do TCU dizendo que a Petrobras não pode ser punida por isso sem julgar o mérito. Essas 20 liminares já foram dadas por sete Ministros diferentes do Supremo Tribunal Federal. Sete Ministros diferentes deram liminares preliminares, evidentemente. Não houve julgamento do mérito ainda, mas o fato é que há uma interpretação, a nosso ver, do TCU, equivocada sobre a Lei nº 8.666 e a Petrobras. Então, há uma diferença de interpretação sobre a Lei nº 8.666 e a Petrobras no que se refere à aplicação do Decreto nº 2.745. Para nós, é um decreto que tem validade. O TCU acha que é um decreto inconstitucional. O STF ainda não se posicionou. Então, nós estamos nessa situação.

Há uma outra diferença, que é referente a esse chamado 69.6. Ex<sup>mo</sup> Sr. Relator, não é correto dizer que o TCU concluiu que existe superfaturamento, porque o TCU ainda não concluiu. Há um recurso em andamento, portanto, não há julgamento final do TCU sobre essa visão de que algumas etapas do processo estão chegando.

Qual é a principal diferença? Há um elemento chave, que é a tabela de preços que se deve considerar. O TCU acha que temos de utilizar, para fins de obras de engenharia e de terraplanagem, a tabela usada para a construção de estradas no Brasil, Sicro, que é uma tabela que leva em conta a construção de estradas. A avaliação da nossa engenharia é de que uma refinaria não é uma estrada; uma refinaria é um equipamento com grandes unidades, com trepidação, pressão, vapor, peso gigantesco, num determinado local, fixo, sem alteração. Portanto, não se podem usar os mesmos padrões de construção de estradas. Então, essa diferença de utilização de base de referência é que provoca a diferença de percepção de quanto é o valor de unidade de terraplanagem. Isso está em discussão ainda no âmbito do TCU.

Acho que respondi a quase tudo.

Sobre PDVSA e RNEST eu já respondi.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A capacidade de refino...

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Duzentos e trinta mil barris por dia.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em operação desde o início?

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Não. No início, vai ser o primeiro trem de 115 e, no segundo, seis meses depois, outros 115. Então, vamos ter 230 mil barris/dia, otimizados para produzir diesel; vai produzir uma grande quantidade de diesel. Não sei quanto vai ser a produção de diesel, mas a otimização da refinaria é para produzir óleo diesel.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – A maior refinaria hoje é Reduc, no Rio de Janeiro, que produz 320, 340 mil barris/dia.

Antes da 28...

O Conselho de Administração da RNEST não recebe jeton.

A refinaria Abreu e Lima, a RNEST, era uma empresa 100% Petrobras. Já foi incorporada de volta à Petrobras. Na medida em que a situação com a PDVSA deixou de existir, ela foi incorporada de volta à Petrobras. O Presidente do Conselho de Administração da RNEST era Paulo Roberto. A RNEST está subordinada à diretoria de abastecimento, que era a diretoria responsável pelo refino no Brasil.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vai ser bem mais cara do que Pasadena, então?

**O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** – Muito mais cara.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores se desejam aduzir, complementar mais alguma pergunta.

O Dr. Gabrielli respondeu a algo em torno de 200 perguntas ao longo de três horas e quinze, três horas e vinte, mostrando efetivo conhecimento acerca da empresa. Ele é engenheiro laureado pela Universidade de Boston, conhece profundamente o mercado dos hidrocarbonetos no Brasil.

Nós agradecemos a presença do Dr. José Sérgio Gabrielli.

Convocamos V. Ex<sup>as</sup> para, na próxima quinta-feira, a oitiva do Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da Petrobras, ao tempo em que também teremos deliberações sobre requerimentos recentemente apresentados.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Senador Anibal Diniz com a palavra.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para agradecer ao Sr. Gabrielli pela precisão das informações, pela segurança, e para dizer que é verdadeiramente uma pena que os líderes do PSDB, proponentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tenham se negado a fazer parte desta Comissão e não se tenham feito presentes a esta audiência, o que foi muito prejudicial ao andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os colegas Senadores sempre serão bem-vindos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

*(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)*

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente

“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

#### ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião realizada em 22 de maio de 2014, às 10 horas e 17 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel e Vanessa Grazziotin**. Deixaram de comparecer os Senadores: **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Rodrigues e Gim**. Na oportunidade, foi realizada oitiva de Nestor Cerveró, ex-Diretor Internacional da Petrobras.

Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento 302, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação... Deixarei a votação da Ata para a oportunidade do quórum.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e à oitiva do Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da Petrobras, motivada pelo Requerimento nº 5, de 2014, a quem convocado para tomar lugar à mesa.

Presente, ao meu lado, o Relator, Senador José Pimentel.

Nós temos também, para a segunda fase desta reunião, o Requerimento nº 76, que vamos deliberar, o Requerimento 79, o Requerimento 80 e os Requerimentos 78 e 77.

Senhoras e senhores, passaremos a ouvir o Dr. Cerveró, que irá fazer a sua explanação e cuja presença é motivada pelo requerimento de criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O depoente terá 20 minutos, acrescidos de igual tempo, se necessário, por solicitação e conveniência da mesa dos trabalhos, para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas. Ao convocado, será solicitado que assine o termo de comparecimento para que se qualifique na condição de testemunha. A palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição. Inicialmente farão uso o relator, a Presidência e o autor do requerimento. Os Líderes poderão intervir, mas não inquirir os depoentes. Passo a palavra ao Dr. Cerveró.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom dia, Ex<sup>mo</sup> Sr. Vital do Rêgo, Presidente da Comissão, Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador José Pimentel, relator da Comissão, Srs. Senadores, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores presentes ao trabalho da Comissão. Bom dia a todos.

Eu gostaria de usar esse meu tempo, Senador, para fazer uma exposição sobre o tema para o qual fui convocado. Aproveito e agradeço a convocação para prestar esclarecimentos sobre o tema da aquisição e compra da refinaria de Pasadena e da *trading* de comercialização em Pasadena. Eu só queria fazer uma pequena introdução, ressalva.



Eu me permiti – não sei se os Senhores estão de acordo – trazer cópias, não sei se são suficientes para todos, da apresentação que fiz no mês passado a convite da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Essa apresentação é bem mais extensa, pareceu-me que ocuparia muito tempo. Achei conveniente que fosse distribuída, porque nela está descrita não só toda a sequência como também os valores envolvidos, as explicações, desde o processo inicial do cenário em que se configura a aquisição da refinaria até o encerramento, ou seja, até a parte de que participei, que é a não aprovação da segunda fase da compra dos 50%. Então, é mais como um adendo às informações.

Antes de me referir – vou fazer uma exposição sumarizada do processo – eu me permitiria fazer um pequeno histórico da minha história na Petrobras. Eu fui admitido na Petrobras em 1974, através de um concurso público, na condição de engenheiro. Sou engenheiro químico, fui admitido como engenheiro de processamento na Petrobras. Iniciei a minha carreira na Petrobras justamente na área de refino, trabalhei por três ou quatro anos na refinaria de Betim, Minas Gerais, após o que tive a satisfação de ser do grupo pioneiro, de pertencer ao grupo pioneiro de engenharia básica. A engenharia básica foi um grupo criado dentro do maior centro de pesquisas que temos, o Centro de Pesquisas da Petrobras, no Rio de Janeiro, que formou um grupo de especialistas de maneira a desenvolver tecnologia, a desenvolver projetos próprios de tecnologia de refino, equipe essa que apoiou, foi responsável por todos os projetos de adaptação das refinarias da Petrobras de maneira a capacitá-las a processar o óleo pesado, descoberto e produzido em grande quantidade na Bacia de Campos.

Então, eu tive o orgulho e a honra de pertencer a esse grupo – foi o grupo inicial – que depois estruturou toda a área de engenharia básica, fundamental para o desenvolvimento da tecnologia brasileira. Esse era o grupo que nos dava total confiança, ou seja, esse conhecimento tecnológico tem tudo a ver com a questão estratégica, a questão da decisão da compra da refinaria de Pasadena, porque essa compra visava, primordialmente, transformar essa refinaria, ou seja, adaptá-la para processar petróleo pesado. E nós já tínhamos uma experiência adquirida muito grande em todas as nossas refinarias no Brasil.

Todas as nossas refinarias no Brasil, que foram adaptadas, tiveram de ser adaptadas de forma a terem condição de processar o petróleo pesado produzido na Bacia de Campos. Por quê? Porque todas as refinarias no Brasil foram, até a última que está em operação, inaugurada em 1980. Ou seja, há 35 anos uma refinaria não entra em operação, o que não é inédito no mundo; nos Estados Unidos é mais remoto ainda. A última refinaria a entrar em operação nos Estados Unidos foi em 1976, e também lá foi feito um trabalho enorme de adaptação para aproveitar ou poder utilizar o petróleo pesado não só brasileiro, evidentemente, mas petróleo pesado mexicano, petróleo pesado venezuelano, que tem um preço menor do que o do petróleo leve.

Após essa etapa, na engenharia básica, eu continuei na área de refino, na área de energia, de eficiência energética na área de refino, onde tive a satisfação de iniciar o programa de construção de termelétricas de co-geração junto às nossas unidades de refino, projetos esses que permitiram a construção de uma série de grandes usinas termelétricas de grande eficiência energética e que hoje são responsáveis pela garantia do nosso fornecimento de energia elétrica. Elas hoje atuam como uma grande defesa, uma grande proteção ao sistema energético brasileiro. Eu tive a satisfação e o orgulho de ter liderado esse grupo na área de refino e ter comandado a construção de uma série de usinas que continuam operando com muita eficiência e muito sucesso até hoje.

Após isso, já com 28 anos de casa, em 2003, eu tive a honra de ser indicado, juntamente com mais seis colegas, para a nova diretoria que entrou junto, na Petrobras, com o Presidente Lula, em 2003. Então, fui convidado a exercer a função de diretor internacional, onde permaneci por cinco anos.

E, na diretoria internacional, também eu gostaria de relatar que, nas minhas atividades, segundo até uma orientação do próprio Presidente Lula, tivemos a oportunidade de expandir enormemente a atividade internacional da Petrobras. Só para os senhores terem uma ideia, de 2003, quando assumi a diretoria internacional, até 2008, quando fui substituído, de uma atuação em 8 países, passamos a atuar em 26 países em todo o mundo. Nós estendemos a atividade, o nome da Petrobras, a presença da Petrobras em todos os países da América do Sul, com exceção feita às três Guianas e ao Suriname. Mas, nos demais países, expandimos a nossa posição.

Temos presença marcante em todos os países da América do Sul, expandimos nossa participação para a China, para o Japão, para a Índia, onde continuamos atuando, aumentamos a nossa participação na África, compramos uma série de ativos de grande valor, hoje, adquiridos aqui na área de produção de petróleo e gás não só na África como aqui na América do Sul, principalmente no Peru. Expandimos também nossa participação no Golfo do México, onde a Petrobras foi pioneira na utilização de navios de produção. Isso é um fato relevante durante a minha atuação. O primeiro navio, que é uma coisa comum aqui na Bacia de Campos, navio de produção, o famoso FPSO, sigla do navio, que operou, começou a operar no Golfo do México, foi da Petrobras, graças à experiência acumulada pela tecnologia adquirida na Bacia de Campos. E juntamente, nessas atividades internacionais, se insere a aquisição justamente da refinaria de Pasadena.

Por último, a minha última atividade dentro da Petrobras, do grupo Petrobras, foi a partir de março de 2008. Eu exerci por seis anos a diretoria financeira da BR Distribuidora, que é a segunda maior companhia do País em termos de faturamento. E tive mais uma satisfação, também profissional, de ter saído da Petrobras Distribuidora, da BR Distribuidora, tendo obtido, no ano passado, o maior lucro da história da BR Distribuidora. Nós conseguimos um lucro de quase US\$1 bilhão, na operação de um mercado altamente competitivo como é o mercado de distribuição de combustíveis. E essa é uma satisfação que levo ao longo, de ter encerrado em mais de 39 anos de carreira na Petrobras.

Permitam-me ter feito, desculpem-me esse tempo que tomei, mas achei que era justo aproveitar a oportunidade de pelo menos deixar registrado o meu orgulho e satisfação. É aquela história, a gente não deixa de ser Petrobras, a gente vai ser, quer dizer, depois de 40 anos, é um casamento indissolúvel. Não existe divórcio. Vai ser sempre assim. Quer dizer, eu não sou mais empregado da Petrobras, mas eu sou um homem ligado profundamente, um profissional extremamente ligado à Petrobras.

Bom, então vamos focar dentro do meu tempo.

Eu queria só fazer um rápido histórico do processo de Pasadena, depois, vou, evidentemente, durante a fase de perguntas, procurar esclarecer todos os pontos. Eu acho que a apresentação tem um esclarecimento bem mais detalhado, mas Pasadena se insere dentro de um cenário da época, do início da década passada, do início da década de 2000 em que o planejamento estratégico da Petrobras, já em 1999 e 2000, depois confirmado já pelo novo Governo em 2004, apontava para a necessidade de expansão do refino fora do Brasil. Por que isso?

Nós tínhamos dois cenários conjugados, extremamente relevantes na situação do mercado brasileiro de petróleo. Tínhamos um mercado estagnado, um mercado com um crescimento muito baixo nos últimos seis anos e que assim permaneceu até 2006/2007, sem crescimento, ou seja, o consumo de combustíveis não apresentava crescimentos que justificassem investimento em novas refinarias.

Paralelo a isso, tínhamos uma produção crescente e principalmente, predominantemente, de petróleo pesado na Bacia de Campos, petróleo esse que era muito maior do que a necessidade de petróleo para atender ao mercado brasileiro. Dentro desse cenário, o planejamento estratégico, evidentemente, sinaliza e aponta para a necessidade de agregar valor a esse óleo pesado, já que, como os senhores provavelmente já foram informados, existe uma diferença considerável, isso sempre vai existir, entre o preço do petróleo leve e o preço do petróleo pesado. As características físico-químicas do petróleo levam à necessidade de maior complexidade de refinarias, das refinarias para poderem processar petróleo pesado.

Daí a adaptação que foi feita em todas as nossas refinarias para processar petróleo pesado, para aproveitar a oportunidade do processamento de petróleo pesado. Mas, como não tínhamos refino suficiente para isso, a alternativa – evidentemente, uma boa alternativa, mas não é a melhor – era exportar. É e continua sendo exportar esse petróleo pesado, petróleo esse que sofre um desconto de preço em relação ao preço do petróleo leve. São duas referências mundiais, que é o petróleo Brent, na Europa, e o WTI na referência americana. Aliado a isso, no cenário internacional, tínhamos um mercado americano crescendo a taxas elevadíssimas em termos de consumo de combustível, o que propiciava aos refinadores margens elevadas na venda de derivados, na venda de combustíveis.

Então, dentro desse cenário, é totalmente adequado e totalmente aderente à estratégia da Petrobras a busca por uma refinaria em que pudéssemos, através da tecnologia dominada, comprar uma refinaria que somente processasse óleo leve e adaptá-la para processar óleo pesado, e óleo pesado nosso, ou seja, agregar valor ao petróleo produzido no Brasil. Por que isso? Pode ser feita a pergunta: Por que não comprar uma refinaria já com capacidade para processar petróleo pesado? Porque, naturalmente, essas refinarias, que já tinham essa capacidade, já tinham feito investimento necessário para a complexidade de refino de óleo pesado, tinham um valor muito mais elevado. Então, economicamente fazia muito mais sentido comprar uma refinaria que não a tivesse, adaptá-la e passar a processar óleo pesado.

Fomos procurados, recebemos, analisamos uma série de refinarias, quando recebemos, no início de 2005, proposta de uma empresa que recentemente tinha adquirido outra refinaria. No caso, era a Astra, que é uma empresa belga, uma *trading*, uma empresa de comercialização que tinha mudado sua política e queria também entrar na área de refino. Ela já tinha comprado a refinaria e nos ofereceu uma parceria em que a Petrobras passasse a desenvolver, pudesse ser parceira, usando a tecnologia que a Petrobras tem, amplamente conhecida e reconhecida internacionalmente, para operar no mercado americano.

Simplificando, então, o processo – vou eliminar – decorremos o ano de 2005 até 2006, mais de um ano em avaliações. Assinamos inicialmente, como em qualquer negócio, um acordo de confidencialidade, em que se permite ter acesso a alguns dados que permitam avaliar com mais qualidade, ou melhor, com mais acuidade, o processo em si. Depois, foi assinado o memorando de entendimento, em que já fica evidente, fica evidenciado – no memorando, embora não seja um documento contratual – o compromisso de transformar essa refinaria em refinaria com capacidade para refinamento de óleo pesado.

Esse processo, então, foi levado duas vezes à Diretoria. Quer dizer, ao longo de 2005, esse processo é aprovado, por duas vezes, nas diversas etapas de negociação que se seguiram e nas diversas etapas de avaliação. Essa avaliação foi feita por todas as equipes relacionadas ao processo, à compra: a área financeira, a área técnica, a área ambiental, a área tributária, além de uma série de consultorias externas, que estão listadas nessa apresentação, consultorias e empresas de primeira linha internacional.

Decorrido esse período e nas negociações decorrentes, fechamos também a aquisição da comercializadora. Essa ideia não fazia parte do objetivo inicial, mas ficou evidente, durante o processo de avaliação, a conveniência e a necessidade de termos uma comercializadora que conhecesse profundamente o mercado americano, porque não é só refinar. O mercado americano não é um mercado cativo, existem centenas de empresas, dezenas de refinadores e dezenas de comercializadores, e essa empresa já tinha contratos estabelecidos para a colocação dos combustíveis. Não só isso.

A escolha da refinaria também se liga ao fator geográfico, à otimização geográfica, em que está localizada Pasadena. Pasadena fica muito próximo a Houston, principal centro de petróleo dos Estados Unidos. Essa refinaria fica localizada junto a outras sete refinarias de diversos portes, junto ao Golfo do México, e tem acesso às duas principais tubulações, às duas principais *pipelines*, que ligam Houston à Costa Leste americana. Ou seja: o Colonial Pipeline liga o Houston até o Maine e o outro, o Plantation Pipeline, liga Houston ao sul da Costa Leste, entrando pela Flórida até Washington, que é onde se registram os melhores preços.

O mercado americano tem preços diferenciados de combustíveis. O melhor mercado americano é o da Costa Leste. Então, Pasadena, a *trading* Pasadena já tinha acesso e já tinha contratos firmados para colocação desse combustível.

Aprovamos, então, na Diretoria, e, por ser aquisição de ativo, aprovamos no Conselho. Foi aprovado esse projeto no Conselho com o objetivo, volto a repetir, primordial e de total aderência estratégica, de levar o refino brasileiro ao exterior e agregar valor ao petróleo pesado produzido no Brasil.

Em 2006, então, completamos a aquisição, porque, além da aprovação, decorrem mais seis meses para atendimento a todos os compromissos.

A legislação americana para investimento estrangeiro é extremamente complicada. Então, há uma série de exigências. Nós gastamos seis meses até o contrato final de Pasadena. Então, em setembro de 2006, é anunciada oficialmente a associação de 50% da Petrobras na refinaria e na comercializadora, na *trading* em Pasadena. A partir disso e seguindo o que estava estabelecido no contrato... Melhor dizendo, já durante o ano de 2006, se iniciam os estudos para a ampliação, melhor dizendo, para a modificação do projeto para óleo pesado, estudos esses realizados pela nossa equipe, altamente qualificada – as nossas equipes, volto a repetir, criadas nos nossos centros de pesquisa, com apoio de toda área técnica da Petrobras – juntamente com o pessoal especializado da Astra nos Estados Unidos.

A Astra, quando comprou a refinaria, não só comprou a refinaria como contratou uma série de grandes profissionais. O mercado de Houston dispõe desse corpo técnico.

Muito bem, em 2006, então, durante o desenvolvimento dos estudos, fica evidenciado que a melhor alternativa não seria somente levar a refinaria a processar cem mil barris. Como ela já tinha capacidade para óleo pesado, fica evidenciada, claramente, a diferença de rentabilidade de levar não só o processamento de petróleo pesado como também de duplicar a capacidade dessa refinaria.

E por que isso? Porque essa refinaria tinha uma condição excepcional, raríssima nos Estados Unidos: ela tinha licença para ampliação – isso é difícilíssimo nos Estados Unidos – e tinha o terreno necessário. Tinha adquirido outra fábrica que tinha sido fechada – não me lembro direito –, uma unidade que permitia o espaço suficiente e necessário para a duplicação.

Então, as nossas análises, junto com a análise do pessoal técnico da Astra em Pasadena, demonstram claramente a vantagem econômica de elevar esse projeto para 200 mil barris por dia e processar 140 mil barris por dia de petróleo pesado brasileiro.

Isso feito, para nossa surpresa, apesar de o grupo técnico responsável pela refinaria nos Estados Unidos, o grupo técnico da Astra, o alto comando da Astra na Europa, na Bélgica, quando começa o ano de 2007, nos sinaliza, começa a sinalizar que não estaria disposto, ou não estariam dispostos, melhor dizendo, a investir o recurso necessário para a modificação dessa refinaria, melhor dizendo, para a duplicação dessa refinaria – porque a modificação já estava aprovada em contrato.

Surge, então, o impasse, até que em setembro, após inúmeras reuniões da nossa equipe com a equipe da Astra e com gerentes de nível médio...

(Soa a campanha.)

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Está bom. Já estou concluindo. Desculpe-me.

Leva a uma reunião realizada que nós convocamos, nós juntamente, melhor dizendo, nós acertamos com o alto comando da Astra, o CEO, o Presidente da Astra Internacional, com o nosso CEO, o Presidente Gabrielli. Essa reunião se realiza, por uma questão de oportunidade, em Copenhagen, em setembro de 2007, onde fica claramente demonstrado que a Astra não tem disposição, ou seja, nos é informado, formalmente pela Astra, que havia opções melhores para os recursos disponíveis da Astra. Não que o projeto não fosse um bom projeto; em nenhum momento houve essa... Mas é aquela história, existem prioridades, e a Astra não colocava como prioridade principal colocar mais US\$3 bilhões para duplicar essa refinaria.

Inicia-se, então, uma fase de negociação em que, convencidos que estávamos e respaldados por uma série de avaliações técnicas, oferecemos então, entramos em negociação para a compra dos outros 50% da refinaria e da *trading*. Essa negociação se conclui em dezembro. Chegamos a um preço final pela refinaria e pela *trading*, mas condicionado à aprovação da Diretoria e do Conselho, já que era a aquisição de um segundo ativo.

Uma vez concluídas as avaliações técnicas e financeiras que respaldam a proposta feita, a proposta negociada com a Astra no valor de US\$700 milhões, isso é levado à Diretoria em fevereiro de 2008 – ao final de fevereiro –, que aprova a compra dos US\$700 milhões pela segunda fase e submete, por ser a compra de ativo, ao Conselho.

O Conselho... Aí, nós temos então um novo contexto. Nós estamos no início já, março, abril de 2008. Os senhores se lembram de que, em 2007, foi confirmada a maior descoberta da história da Petrobras, da história do Brasil em termos de petróleo, que muda radicalmente o cenário de investimentos e da necessidade de recursos da Petrobras. Muda a história do Brasil em termos de produção de petróleo, em termos energéticos.

Vamos passar de uma empresa de grande porte, que produz dois milhões de barris por dia, em alguns anos – aí, isso depende do cenário, podemos chegar em dez anos –, a produzir cerca de cinco milhões de barris por dia. Isso muda completamente o cenário da disponibilidade de recursos. Ou seja, há uma demanda – e os senhores têm acompanhado isso – gigantesca por novos recursos exclusivamente dirigidos à área de produção para viabilizar, no menor tempo possível, a produção do pré-sal.

Além disso, coincide também que, já em 2007 e 2008, o mercado de combustíveis da Petrobras, do Brasil, aliás, que permaneceu estagnado por mais de seis, sete anos, muda completamente dado o surgimento de uma classe consumidora com um número muito maior de automóveis. O consumo de combustíveis cresce. Eu tenho os números de 2009 até... Já na BR Distribuidora, nós crescemos 60% o consumo de combustíveis no Brasil.

Então, aquele cenário que não justificava o investimento em novas refinarias no Brasil muda completamente. Então, evidentemente, dentro desse cenário, mais ou menos análogo à decisão da Astra, embora o projeto de ampliação e duplicação de Pasadena fosse de alta rentabilidade, mas o Conselho decide que a prioridade maior, a melhor alocação de recursos não era em expansão de refino. E não só expansão de refino, em qualquer atividade internacional da Petrobras. A Petrobras deixou de investir na área internacional já há bastante tempo. Justamente por isso, porque os recursos são mais bem aplicados aqui dentro do Brasil, tanto na produção de petróleo como na construção de novas refinarias para atender o mercado brasileiro.

Então, aí se conclui o processo em que o Senado... Ou, melhor dizendo, desculpe, o Conselho não aprova a compra. Porque essa compra, não foi feita uma compra simplesmente para comprar 50% da refinaria restante. Foi feita uma compra para permitir que fosse feito projeto de alta rentabilidade que nós tínhamos não só aprovado na Petrobras, como aprovado na própria PRSI de Houston, de Pasadena.

Aí, inicia-se um processo de arbitragem, processo judicial, do qual eu já não participo. Eu fui substituído na Diretoria justamente em março – na Diretoria internacional – em março de 2008. Mas processo esse que se prolonga até junho de 2012, em que se chega a um acordo extrajudicial e se adquirem, então, os outros 50% da refinaria por um valor da ordem de 820... Eu não me lembro exatamente dos números porque eu já não participava da Diretoria nessa fase. E se encerra, então, e a refinaria hoje é 100%... Não só a refinaria, como a comercializadora da Petrobras.

Hoje, felizmente, devido a mudanças e esse tipo de mudança no ciclo da história de uma refinaria. Uma refinaria, como eu lhes disse, as nossas refinarias têm em média quarenta...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... ou cinquenta anos. Então, elas mudam, o cenário de margem, o cenário de lucratividade de uma refinaria muda muito ao longo do tempo.

E, nesse momento, as informações de que eu disponho, as informações que eu tenho é que Pasadena, graças a uma disponibilidade de petróleo leve, proveniente do óleo de xisto americano, que permite a utilização de óleo leve a preço mais baixo na região do Texas, tem tido margens e resultados altamente significativos. Essa é a informação que eu tenho.

Então, para encerrar, eu só queria fazer duas menções – eu já excedi meu tempo –, que são...



Isso tem sido amplamente difundido pela mídia e eu gostaria de fazer um rápido relato. Talvez depois, não sei, mas provavelmente deve surgir alguma questão, mas eu já queria antecipar que isso faz parte da apresentação que eu distribuí agora: são as cláusulas que têm sido alvo de muito comentário na mídia, que são as cláusulas de saída. Ou seja, quando se forma a sociedade com a Astra, no contrato, existe, o que, aliás, é uma condição extremamente normal, condição normal quando se forma uma sociedade entre duas empresas, a condição de saída, conhecida internacionalmente como o famoso Put Option e a cláusula Marlim, que diz respeito ao processamento do nosso petróleo pesado na refinaria.

Para encerrar, rapidamente, Senador, a cláusula de saída é uma cláusula colocada, como os senhores se recordam, desde o memorando de entendimento inicial e no contrato assinado de aquisição com a Astra. Então, esta refinaria, por decisão a Petrobras, ela iria processar 70% de sua capacidade, ou seja, 70 mil barris de óleo pesado brasileiro; não era só óleo pesado; era exclusivamente óleo pesado da Petrobras. E as decisões de investimento, quer dizer, a Petrobras tinha condições... No contrato, as condições eram impositivas de parte da Petrobras.

Então, quando existe esse tipo de associação em sociedades não só de 50 a 50, mas em outro tipo de sociedade, existem cláusulas que preveem as condições de saída caso o sócio não queira acompanhar ou não queira, como foi o caso específico de Pasadena, o investimento necessário a ser feito para isso. Essa cláusula depois foi utilizada para o encerramento da pendência judicial. Mas é uma cláusula normal em todas as nossas associações ou praticamente em todas. E eu não lembro, não tenho condições de citar outras, mas são cláusulas que preveem as condições de compra ou de saída de um parceiro quando não há acordo. Existia também esta cláusula, uma possibilidade, que é a famosa diluição, a conhecida diluição da empresa. Ou seja, se há dois sócios e um investe e o outro não investe, o percentual de participação de uma empresa passa a ser reduzido proporcionalmente ao investimento que não foi realizado.

E a Cláusula Marlim? Marlim é simplesmente porque o petróleo mais exportado, o petróleo pesado mais exportado naquele momento, em 2006, pelo Brasil, era o petróleo produzido no Campo de Marlim. Dai a vinculação do nome. Na realidade, é uma cláusula que diz respeito ao petróleo pesado. Por que isso? Porque o petróleo pesado tem um preço diferenciado em relação ao preço do petróleo leve. E íamos transformar essa refinaria numa refinaria de petróleo pesado e colocar lá o nosso petróleo pesado.

Então, é uma cláusula de proteção para evitar que a Petrobras, que nós, os sócios majoritários no caso do petróleo, no caso do refino, transferíssemos lucro da refinaria, do resultado da refinaria para a produção de petróleo nossa. Ou seja, havia duas alternativas para a definição dessa cláusula de petróleo pesado ou Cláusula Marlim: uma seria tabelar o preço do nosso petróleo pesado, ou seja, o petróleo pesado teria um preço tabelado, que seria o preço pago pela refinaria para a utilização desse petróleo. Isso não nos interessava na época, porque isso significaria marcar o preço do petróleo. Esse petróleo pesado compete com o petróleo mexicano, com o petróleo venezuelano, com o petróleo da África, do sul da África. E há um desconto que é negociado a cada momento, que, na época, variava entre US\$15 e US\$20. Ou seja, a diferença entre um barril de petróleo leve e um barril de petróleo pesado, na época, se situava entre US\$15 e US\$20.

A alternativa dada a essa marcação de preço foi estabelecer uma diferença mínima, de forma que a Petrobras não praticasse um preço irreal na venda do petróleo ou na colocação do petróleo na refinaria, de maneira a transferir resultado da refinaria, onde tínhamos 50%, para a produção de petróleo, onde nós éramos 100%. Então, foi estabelecido um valor de US\$3,5 entre o petróleo leve e o petróleo pesado brasileiro, uma diferença mínima que equivale a uma renda, ou seja, a um resultado da refinaria e da *trading* de 6.9%. Esse é o significado financeiro, o significado matemático da cláusula Marlim, cláusula essa que nunca foi utilizada, nem na questão da justiça, porque essa cláusula só obteria validade uma vez fosse feita a modificação da refinaria. E mesmo, senhores, que tivesse sido feita a modificação – aliás, o projeto nunca foi concluído como aprovado, que era a ampliação e modificação para petróleo pesado –, essa cláusula nunca teria sido utilizada. Por quê? Porque o petróleo pesado nunca ficou abaixo de US\$10 durante esse tempo todo. A diferença do petróleo pesado para o petróleo leve nunca atingiu um valor menor que isso. Então, não só porque não foi feita a ampliação, mas também porque efetivamente o mercado reconhece que há uma necessidade, uma diferença entre o preço do petróleo leve e o preço do petróleo pesado. Essas são as duas cláusulas que estão sendo profundamente citadas pela imprensa.

Senhores, é isso. Espero ter feito algum esclarecimento. Estou à disposição – por favor, Senador – para as perguntas que forem necessárias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço à V. S<sup>a</sup> as explicações iniciais dadas a esta Comissão.

Temos as perguntas do Sr. Relator. Encareço ao Relator – até para que possamos dar uma dinâmica a esta reunião – que possa fazer as perguntas em blocos. O senhor define por blocos. Dentro dos eixos, vamos dividir as perguntas em blocos. Ao final da última pergunta daquele bloco que V. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Relator, define como estratégico para a apreciação do nosso depoente, o senhor passa a palavra imediatamente para ele. O.k.? Ficamos assim? Está bom?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu passo aqui... O senhor tem um conjunto de perguntas?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Tenho, tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com um conjunto de perguntas, o senhor fica mais à vontade. O senhor acompanha com o conjunto de perguntas do Relator.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo; nossa Senadora Vanessa Grazziotin. Sr. depoente, Sr. Nestor Cerveró, e seu advogado, nós vamos fazer por bloco.

Na primeira parte, vamos tratar da estratégia de internacionalização da Petrobras. São três quesitos nesse item. Portanto, Sr. Nestor Cerveró, é correto dizer que, após a mudança no marco regulatório do petróleo, na década de 90, a Petrobras passou a perseguir a estratégia de internacionalização? Embora V. Ex<sup>a</sup> já tenha abordado um pouco esse tema na fase primeira, nós queríamos que complementasse.

Dois: os planos de negócios e planejamento estratégico da Petrobras refletiram essa mudança de estratégia? De que ano são esses planos ou planejamentos?

Três: em que consistia, na prática, essa internacionalização? Em que ano ela começou a ser efetivamente implementada na área de refino? Quais eram as metas?

Seriam as três primeiras perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** *(Fora do microfone.)* – Posso responder, então, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Pode sim, fique à vontade.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu queria fazer um esclarecimento. Na realidade, a internacionalização da Petrobras é muito mais antiga do que isso. A Petrobras atua internacionalmente desde a década de 70. A Petrobras tinha uma empresa que foi extinta com a criação da diretoria internacional. Eu fui o segundo diretor internacional da Petrobras. A diretoria internacional da Petrobras foi criada em 2000 ou 2001. Eu assumi a diretoria em 2003, portanto eu fui o segundo diretor internacional da Petrobras. A Petrobras tinha uma empresa, que foi extinta, que atuava única e exclusivamente no mercado externo, que era a Braspetro internacional. Essa Braspetro era dedicada única e exclusivamente à busca e produção de petróleo no exterior, e tem como grande realização, já na década de 70... Eu estou na Petrobras desde 1975. Mas foi um grande feito na época. A Petrobras descobriu o maior campo de petróleo até hoje descoberto no Iraque.

E olha que, no Iraque, há cem anos é feito o trabalho de prospecção e produção de petróleo. Nós descobrimos o campo de Majnoon, campo esse que na época nos foi... Houve uma negociação, nós não pudemos continuar – isso foi em 1977 –, porque o governo iraquiano achou que o tamanho e a dimensão do campo – seria o pré-sal iraquiano, vamos fazer uma comparação, me permitam.

Mas, na realidade, houve uma negociação, e ele foi como que tomado. Tivemos uma série de contrapartidas em termos de exportação, de bens. Na época, a indústria brasileira exportou – não só a indústria, como a indústria de alimentação – uma série de bens para o Iraque, em troca dessa operação.

Mas estou citando isso, só para focalizar que a Petrobras atua internacionalmente e com foco, única e exclusivamente, durante esse período todo, até a década de 1990, na área de exploração e produção de petróleo, não só no Iraque, como na África. Em Angola estamos desde a década de 1970 também; na Colômbia, desde a década de 1980. Então, já havia uma internacionalização, mas não na parte de *downstream*, ou seja, na parte de refino e de varejo. Então, essa seria a primeira...

A partir da década de 1990, ou seja, no final da década de 1990, com a mudança do monopólio, com a quebra do monopólio em 1997, houve sim uma decisão estratégica, na época, de buscar novos mercados, para compensar uma possível perda do mercado brasileiro, que se delineava na época.

Estudos da época mostravam que, com a quebra do monopólio e a permissão – isso continua até hoje, quer dizer, só que, de fato, esse monopólio de produção, de atendimento ao mercado brasileiro, não foi quebrado. A Petrobras é responsável por praticamente 100% do abastecimento de combustíveis no País.

Mas, naquela época, se pensava que haveria um afluxo de grandes empresas, que as grandes multinacionais viriam para o Brasil, procurando se estabelecer no mercado brasileiro. Então, para compensar essa per-

da possível, decidiu-se nessa época, em 1997, expandir, aí sim, as atividades de distribuição, as atividades de refino fora do Brasil e, particularmente, aqui, na América do Sul.

É quando se faz... A partir de 1997, se inicia uma troca de ativos com a Repsol, se expande a nossa atividade para a Bolívia, ou seja, começa embrionariamente uma atividade de expansão internacional, já não voltada exclusivamente para a área de exploração e produção.

De novo um parêntese: mesmo durante o meu mandato na diretoria internacional, é importante registrar que a principal atividade da área internacional, inclusive comigo, foi e continua sendo a área de exploração e produção. Quer dizer, o nosso investimento, o investimento da área internacional, nos meus cinco anos de diretoria, foi sempre muito maior na área de exploração e produção do que na área de refino e comercialização.

Mas esse planejamento – para terminar essa pergunta – realmente começa no final da década de 1990. É quando também, já em 1999, no planejamento estratégico de 1999, surge, então, a decisão de aumentar a capacidade de refino fora do País, já focando os mercados de maior rentabilidade, que é o mercado americano e o mercado europeu, principalmente o mercado americano.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Já concluiu?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Há a questão das metas, ainda, se for possível, senhor depoente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah, sim. Ah, desculpe-me. Estou vendo aqui: as metas... A área de refino, sim, desculpe-me, é a última pergunta aqui. Está dividido, não é?

Na área de refino, então, as metas eram refinar – a meta de refino internacional – 300 mil barris de refino fora do País.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A decisão é a de fazer por bloco, e ele responde.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós iríamos por bloco, para poder dar mais...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O segundo bloco é sobre a compra e venda de refinarias.

Por que comprar uma refinaria no exterior? Quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão? Em sintonia com a estratégia de internacionalização, quais foram as refinarias adquiridas? Em que ano essas aquisições aconteceram? Essas refinarias ainda fazem parte dos ativos da Petrobras ou já foram vendidas? Por qual razão essas refinarias foram vendidas? Houve mudança na estratégia da companhia? V. Sª acompanhou a compra e venda da refinaria de San Lorenzo, na Argentina? Por que ela foi vendida? Em 2001 a Petrobras adquiriu a refinaria de Bahía Blanca, na Argentina, da petroleira Repsol; V. Sª acompanhou essa aquisição? Essa operação teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras; qual a opinião de V. Sª sobre o caso? A compra da Repsol fez parte da estratégia de internalização da Petrobras? Seria esse o segundo bloco, Srª Presidenta.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, vamos então fazer com mais calma, uma por uma, para não...

Bom, por que comprar uma refinaria no exterior? Como eu disse, no caso específico da internacionalização, quer dizer, não só... A refinaria de Pasadena não foi a primeira refinaria adquirida no exterior. Nós iniciamos com refinarias na Bolívia, na década de 1990, refinarias pequenas, que faziam parte de uma negociação mais ampla com o governo boliviano. Tinha a ver com a questão do gasoduto também. Havia uma integração no mercado boliviano. Compramos a... Melhor dizendo, houve uma troca de ativos com a Repsol, em que a refinaria de Bahía Blanca foi trocada. A Repsol passou a deter 30% de participação na refinaria de Canoas, na refinaria do Rio Grande do Sul. E, em troca, nós ficamos com a refinaria de Bahía Blanca. Mas, além disso, também entramos no mercado de distribuição, porque foi feita uma troca de ativos, aí já envolvendo a distribuição de postos de gasolina, de combustível. Quer dizer, passamos a deter postos de combustível na Argentina, e a Repsol passou a ter postos de distribuição aqui no Brasil. Essa a decisão. E finalmente a compra...

Aqui eu estou me antecipando nas perguntas. A última, eu acho que vou inverter, se me permite, a ordem.

Eu acho que aqui, não sei se essa compra da Repsol faz parte da estratégia de internacionalização. O que compramos na Argentina não foi a Repsol. Nós compramos a segunda companhia energética da Argentina. Não, desculpe, Senador, compramos a Pérez Companc. A Pérez Companc foi comprada no final de 2002, já no final do governo Fernando Henrique Cardoso. Foi uma operação... A Pérez Companc é uma empresa extremamente diversificada, diferente da Repsol.

A Repsol havia comprado, durante a década de 1990, no início – a Repsol é uma companhia espanhola –, a IPF, comprou o controle da IPF, que recentemente foi retomado pelo governo argentino. A IPF é a estatal argentina de petróleo, produção de petróleo e distribuição, produção de combustíveis. Foi comprada, acho que em 1994, não me lembro, pela Repsol espanhola.

E depois disso houve essa troca de ativos, já em 1997, 1998, que eu mencionei, entre a Repsol, a IPF e a Petrobras.

Mas em 2002, no final de 2002, nós compramos, desculpe, nós compramos a Pérez Companc. A Pérez Companc é uma empresa diversificada de energia. Ela tem produção de petróleo, ela tem refinaria, rede de postos, usina termelétrica, ela tinha até uma participação em usina nuclear, que foi tirada por questões de segurança interna, política de segurança da Argentina. Ou seja, a Pérez Companc era uma empresa de energia, era a segunda maior empresa da Argentina nessa área, e nós compramos no sentido de ampliar a nossa participação internacional, não só no refino, como na produção e no mercado, procurando entrar firmemente no mercado argentino. Dessa forma já estou respondendo a décima.

Mas voltando. Então as refinarias que foram adquiridas são essas, as duas da Bolívia, que depois foram retomadas pelo governo boliviano, as duas da Argentina, Pasadena, nos Estados Unidos, e a última a ser adquirida foi Okinawa, no Japão. Essas refinarias fazem parte dos ativos? Bom, como eu disse, as da Bolívia foram retomadas com pagamento de indenização negociado, quer dizer, não foi uma expropriação, foi uma negociação, até no valor de mercado. A San Lorenzo foi vendida recentemente, eu já não estava mais na Diretoria Internacional, mas foi vendida, aí já em uma política de obtenção de recursos, como outros ativos da área internacional estão sendo vendidos para poder atender à demanda de recursos gigantesca que provem do desenvolvimento do pré-sal.

Então hoje temos ainda a Refinaria de Bahía Blanca, a Refinaria de Pasadena e a Refinaria de Okinawa, que ainda são ativos da Petrobras.

Por que razão foram vendidas?...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com relação...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... Por diversas razões. Quer dizer, a da Bolívia não foi vendida, houve uma imposição e tivemos que negociar uma saída da refinaria. E a de San Lorenzo foi por uma questão de obtenção de recursos; as demais permanecem com a Petrobras.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então podemos dizer, sr. depoente, que a Pérez continua no ativo da Petrobras.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, a Pérez Companc é uma empresa... Quando entramos na diretoria, não só a Diretoria Internacional, mas a Pérez Companc, nós, todos os diretores da Petrobras, naquele momento – e eu fiz parte do Conselho da Petrobras argentina, que foi criada depois da Petrobras – mudamos o nome para Pesa, Petrobras Energia S/A, que é uma companhia, a segunda ou terceira companhia hoje na Argentina em termos de mercado energético. Temos lá a geração de energia elétrica, temos distribuição, temos produção de petróleo e gás na Argentina, então estamos totalmente verticalizados através da Pesa, que é uma empresa bastante lucrativa na Argentina.

Só para concluir então, respondo “essa operação teria dado prejuízo?” Desconheço esse prejuízo, não sei, por isso não tenho opinião a respeito desse assunto.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O senhor tem conhecimento da ação que tramita no Superior Tribunal de Justiça sobre a questão da Bahía Blanca?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Tenho conhecimento, mas não em detalhes. Eu sei que existe, mas não sei como é que está, teria que perguntar ao pessoal; não sei, realmente não tenho informação.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ao setor jurídico da Petrobras. Podemos?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vamos para o próximo bloco então?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O próximo bloco é negociação com a Astra para a compra de Pasadena.

O que despertou o interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos? Quando começaram as negociações entre a Petrobras e a Astra? Não havia, na época, outras refinarias com capacidade de refino e demais características da de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas? A negociação sobre a compra de Pasadena foi conduzida pela Diretoria Internacional. V. Sª conduziu, pessoalmente, as negociações? Como a compra de Pasadena chegou até V. Sª? De quem partiu a iniciativa de viabilizar a parceria: foi da Petrobras ou da Astra? Quais eram os termos da carta da Astra recebida pela Petrobras em 22 de fevereiro de 2005? Qual o interesse da Astra em firmar parceria com a Petrobras? Em 27 de março de 2005 a Petrobras e a Astra assinaram um acordo de confidencialidade. Quem assinou o acordo em nome da Petrobras? O que constava desse acordo? Em 4 de maio de 2005 a Petrobras e a Astra assinam um memorando de entendimento. Quem assinou o memorando em nome da Petrobras? O que constava desse documento? Entre a assinatura do acordo de confidencialidade, 27/3/2005, e o memorando de entendimento, 4/5/2005, transcorreram exatos 38 dias. Esse prazo não seria muito curto para maturar uma operação dessa envergadu-



ra? Por que a pressa? Há notícias de que, entre o acordo e o memorando, um equipe técnica da Petrobras teria visitado a Refinaria de Pasadena. Essa informação é correta? Quem integrou essa equipe? Quais foram as conclusões dessa equipe?

Seria esse o bloco, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não, o senhor pode responder aos questionamentos.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Obrigado.

Bom, eu vou procurar me ater, ser mais disciplinado, Senadoras e Senadores.

O que despertou o interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos?

Como já mencionei, avaliamos uma série de refinarias no mercado americano, e Pasadena tinha uma série de vantagens que acabaram sendo o motivo da escolha não da compra, porque nós estabelecemos uma parceria com a Astra e não compramos 100% da refinaria. Nós chegamos a examinar a possibilidade de comprar 100% de outras refinarias, mas uma série de vantagens que Pasadena apresentava é que nos levou a decidir. Aí eu posso citar a questão da localização, a questão da capacidade adequada para o nosso objetivo, a questão da possibilidade de ampliação dessa refinaria, ou seja, o espaço necessário na época ou as condições necessárias para a ampliação, o preço dessa refinaria. Essa refinaria, para ilustrar, ao final de todo o processo, não só dos 50% como depois da negociação judicial e tudo isso, ela acabou... Porque compramos... Fala-se em custo total de US\$1,2 bilhão, mas temos que lembrar que esse custo engloba não só a refinaria, mas também a comercializadora, os custos advindos de garantias operacionais e custos jurídicos embutidos nesse US\$1,2 bilhão.

A refinaria custou, no total, US\$550 milhões, 100% da refinaria. Ora, a média... O refino é avaliado, em termos de preço de construção ou preço de compra de uma refinaria, em dólares por barril refinado. Então, uma refinaria que custou US\$550 milhões e processa 100 mil barris por dia tem um custo unitário de US\$5,5 mil por barril. Na época, em 2006, 2007, a média de aquisições de refinarias do mesmo porte foi de US\$9,2 mil por barril. Isso a aquisição, porque construção de uma nova refinaria... Daí que, como afirmei antes, não se constroem refinarias novas nos Estados Unidos há 40 anos, porque é muito mais interessante a aquisição de uma refinaria antiga – todas as refinarias dos Estados Unidos são antigas; a mais nova tem 40 anos – para dar a essa refinaria condições, para aumentar a complexidade dessa refinaria de maneira a processar um petróleo de menor custo. Nós fizemos isto no Brasil. Nossas refinarias no Brasil têm uma idade média de mais de 40 anos. A primeira foi inaugurada na Bahia há 60 anos, a primeira refinaria da Petrobras, a Relan, e a última foi a refinaria de São José dos Campos, em São Paulo, inaugurada em 1980. Então, os senhores veem que a média de idade das nossas refinarias é de mais de 40 anos. E todas elas foram projetadas, originalmente, para processar única e exclusivamente petróleo leve.

E o nosso pessoal técnico... Nós fizemos *revamps* em todas as refinarias de maneira a processar o nosso petróleo pesado, que tinha um custo menor que o petróleo leve. Inclusive, nós temos que importar petróleo leve. Nós não temos a produção; vamos ter agora. O petróleo do pré-sal é, essencialmente, um petróleo leve, ou seja, de preço mais elevado, porque muda o cenário comparativamente com 2005, quando o nosso principal petróleo era o da Bacia de Campos, um petróleo pesado.

Então, essa refinaria tinha essas condições de otimização e tinha essa atratividade geográfica, vamos chamar assim, e contratual. Ou seja, ela fica localizada num ponto excelente, não só em termos de acesso às tubulações e aos dutos de escoamento, como também esse *hub*, esse centro de refino... São sete refinarias. Aquilo é um complexo fantástico que tem custos menores de infraestrutura. Ou seja, a manutenção, a questão de apoio, de segurança é centralizada, porque as sete refinarias dividem o custo dessa infraestrutura. Então, tudo isso pesou, além, evidentemente, da negociação econômica, para a escolha de Pasadena.

A segunda pergunta dessa série. As negociações com a Petrobras e a Astra se iniciam a partir de uma carta... Isso está escrito nesta apresentação. Nós recebemos, em fevereiro de 2005, uma carta em que a Astra oferecia uma parceria, ou seja, estaria disposta a negociar uma parceria com a Petrobras para refinar petróleo na refinaria de Pasadena.

Não havia, na época, outras refinarias com capacidade? Claro que havia. O mercado americano tem centenas de refinarias, mas, como eu disse, nós avaliamos algumas outras refinarias – não todas –, e Pasadena se mostrou a de melhores – ou, pelo menos, as mais convenientes – condições para essa condição. A negociação sobre a compra foi conduzida pela Diretoria Internacional? Sim. Não, eu não conduzi pessoalmente as negociações. As negociações na Petrobras não são iniciadas pela Diretoria.

A Petrobras é uma empresa extremamente complexa e muito bem distribuída em termos de atribuições, de responsabilidades e de conhecimento técnico. Então, essas negociações se iniciam através exatamente dos técnicos especializados e, conforme vão evoluindo, vão sendo firmados os acordos intermediários, até que se chega à fase contratual. Aí, sim, entra o envolvimento da Diretoria ou do Diretor especificamente.

Como a compra de Pasadena chegou a V. S<sup>a</sup>? Chegou através dos meus gerentes. Chegou essa carta ao meu conhecimento; eu, então, determinei que fosse feita uma primeira avaliação. E, daí, os termos da carta da Astra, a iniciativa foi da Astra, a Astra que nos procurou para viabilizar essa parceria. Quanto aos termos da carta, eu não me recordo exatamente dos termos, mas era nesse sentido. Ou seja, não era uma oferta de venda; era uma oferta de iniciar conversações sobre o estabelecimento de uma parceria de refino.

Daí, em março, então, eu autorizei que fosse assinado um acordo de confidencialidade; e eu não lembro qual foi o gerente que assinou esse acordo de confidencialidade; não fui eu. Mas esse acordo de confidencialidade é um procedimento típico e normal quando se inicia um novo negócio ou se avalia um novo negócio ou aquisição de qualquer tipo de ativo. Isso, não só na área internacional, como em qualquer área da Petrobras. É um acordo entre duas empresas – dentro e fora da Petrobras – que permite que os dados que vão ser apresentados não sejam divulgados publicamente. Então, isso é um documento. E eu não lembro quem foi que assinou. O que constava era isto: uma preservação dos dados, ou seja, haveria uma troca de informações que teria que ser preservada confidencialmente.

Em 4 de maio, aí sim, aí já depois dessas iniciativas de avaliação, das primeiras avaliações e da sinalização que haveria uma viabilidade de desenvolver o negócio, então, nós assinamos, aí, também, um documento comum, conhecido no mercado internacional como MOU, *memorandum of understanding* ou memorando de entendimento.

Isso é uma prática, também, extremamente normal em que duas companhias, quando avançam além do simples conhecimento, já estabelecem condições de como será feito o negócio, assinam um memorando que prevê como vão ser as principais cláusulas de um futuro contrato. Ou seja, não é um documento comprometido, um documento que signifique compromisso, mas é um documento que sinaliza como vai ser o compromisso, como vai ser o contrato futuro.

Eu tenho quase certeza de que fui eu já que assinei esse documento, porque existem... A gente assina uma quantidade de documentos muito grande. Provavelmente, deve ter sido eu a assinar já, porque já era conjuntamente com o Diretor da Astra. Mas é isso.

E, nesse memorando, aí sim, já consta, então, que essa associação nossa somente se daria com o objetivo de transformar, ou seja, adaptar essa refinaria para processamento de óleo pesado. Então, desde maio de 2005, que já era uma decisão, ou seja, dentro do plano estratégico de expandir e de agregar valor ao nosso óleo, só iria adiante qualquer tipo de negociação com a Astra desde que fosse respeitado ou fosse incluído, no contrato final, a possibilidade, ou seja, a determinação de processar 70 mil barris de óleo pesado em Pasadena.

Entre a assinatura do acordo de confidencialidade e o memorando de entendimento, transcorreram 38 dias. Esse prazo seria muito curto? Não, não havia pressa. É um prazo normal. Em 38 dias, há totais condições de examinar os dados que permitem vislumbrar ou permitem sinalizar se o projeto pode ir adiante ou não. Como já informei, o memorando de entendimento não é um compromisso, não é um contrato. Desde esse memorando de entendimento, em maio de 2005, até o contrato final, decorrem quase nove meses, dez meses.

Então, ao longo desse período, isso foi uma avaliação inicial, o nosso pessoal técnico foi, o nosso pessoal financeiro, e avaliou a questão ambiental, como estava essa refinaria numa avaliação inicial. A partir dessa avaliação inicial é que se faz o memorando de entendimento. Mas o compromisso final leva quase um ano para ser concluído; efetivamente, o compromisso final leva mais, porque, mesmo após a aprovação do Conselho da Diretoria, em março de 2006, ainda decorreram mais seis meses, para atender a todas as exigências do mercado americano, toda a legislação americana, no que diz respeito a investimentos de empresas estrangeiras no País.

Então, a efetivação da compra só ocorre em setembro de 2006, embora tenhamos anunciado, já em novembro de 2005, ao mercado, através de um comunicado – que a Petrobras e As grandes empresas fazem, normalmente, é uma divulgação aos investidores – em que já se sinalizava que estávamos desenvolvendo uma parceria com uma empresa no mercado americano, para uma parceria em refino.

Então, não é um prazo curto entre o acordo de confidencialidade e o memorando de entendimento, o prazo total, entre o primeiro acordo e o compromisso final, leva um ano e meio e, durante esse período, na apresentação, consta.

Tivemos uma série de avaliações, tivemos duas aprovações intermediárias na Diretoria até a aprovação final, em fevereiro, março de 2006.

Aqui há notícias de que, entre o acordo e o memorando, uma equipe técnica... Uma equipe não, diversas equipes técnicas visitaram essa refinaria, porque havia não só a equipe técnica de refino, mas a questão ambiental, a questão de manutenção, a questão tributária, que é fundamental. Então, várias equipes técnicas visitaram, e as conclusões foram positivas, e, por isso, que o negócio avançou.

É isso.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só mais uma pergunta, nesse bloco ainda: o Gerente-Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobras, nessa época, podemos afirmar que era o Sr. Luís Carlos Moreira da Silva?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe, aqui não está...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque não está nas perguntas.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah, sim, é outra pergunta.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou só complementando aqui, porque V. Sa nos informa, termina de depor, que houve um conjunto de pessoas que preparou todo esse processo até chegar à sua mão.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Gostaria de perguntar se, na época, o Gerente-Executivo Internacional era o Sr. Luís Carlos Moreira da Silva?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, o Moreira era, na minha época, não sei como está agora. Na Diretoria Internacional, tínhamos quatro gerentes. Na Petrobras, quanto à escala hierárquica, abaixo do Diretor vem a figura do gerente-executivo, e a Diretoria Internacional tinha quatro gerentes-executivos, divididos em áreas de negócios: tínhamos um gerente-executivo que cuidava da América e um gerente-executivo que cuidava dos negócios na Europa, África e Ásia.

Depois, isso foi até mudado. Tínhamos um gerente-executivo corporativo, que cuidava das áreas administrativas, ambientais, e tínhamos o Gerente-Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios, que era o Dr. Luís Carlos Moreira da Silva. Então, provavelmente foi ele, mas não me recordo se o acordo de confidencialidade foi assinado por ele, isso não sei.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra de Pasadena pela Astra, aqui vamos voltar um pouco no tempo. Gostaria de retroagir um pouco no tempo. A refinaria de Pasadena foi fundada em 1920, conforme V. Sa já fez referência na fase primeira, pela Crown. E, em 2004, a Crown vendeu a refinaria para a Astra. As negociações haviam sido feitas no segundo semestre de 2004, e a Astra assumiu o controle em janeiro de 2005. Está correto? Quanto a Astra havia pagado pelos ativos da refinaria da comercializadora *trading* e pelo estoque? Esse valor era compatível com o mercado? A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005 e, na sequência, em fevereiro, iniciou as tratativas para a venda da refinaria à Petrobras. A Petrobras não achou estranha essa atitude da Astra? A Astra teria comprado Pasadena apenas para especular?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – São duas só, não é? (*Pausa.*)

Bom, Senador; a refinaria de Pasadena pertencia à Crown Refinery, uma empresa tradicional no mercado americano – não de grande porte, mas tradicional na área de refino nos Estados Unidos. E essa Crown – e esta é uma informação adicional – tinha problemas sérios com a administração de Pasadena, principalmente por uma questão trabalhista que se arrastou por muito tempo. As relações sindicais americanas, nessa área particular de refino e na área de petróleo, são bastante complicadas.

Essa refinaria ficou fechada durante algum tempo. Assim, a Astra – e essas informações nós só tivemos depois – aproveitou essa oportunidade e negociou com a Crown. Para tanto, resolveu a questão trabalhista e resolveu uma questão importante que havia: uma série de pendência ambientais existentes justamente pela interrupção das operações e pela paralisação da refinaria. A Astra teve que resolver isso, teve que solucionar isso, pelo que investiu recursos. Ainda mais – e isso, para nós, foi fundamental: a Astra teve que investir em uma unidade de processamento de gasolina para atender aos requisitos de qualidade do mercado americano, que é um mercado extremamente exigente quanto à qualidade. Assim, essa refinaria estava fora do mercado, porque não tinha condições de produzir gasolina – produzia outros combustíveis, mas a gasolina não atendia aos requisitos do mercado americano. Hoje, nós também temos esses requisitos aqui.

Então, a Astra, para poder entrar no mercado de refino e colocação dos produtos, investiu também nessa unidade; uma unidade, que custou – não tenho os valores corretos, mas talvez o pessoal da Petrobras tenha isso na contabilidade – algo em torno de US\$100 milhões. Eu não sei exatamente – não tenho essa informação, porque isso pertence aos livros contábeis da PRSI, da Pasadena – a data em que houve a troca de propriedade nem quando a Astra toma posse. Eu não sei se está correta ou não essa data.

Com relação à segunda pergunta, isto é, quanto a Astra pagou pelos ativos, aí surge uma questão que eu gostaria até de detalhar um pouco, porque isso foi muito explorado pela mídia.

Foi dito que essa refinaria teria custado US\$48 milhões, o que é totalmente irreal. Quer dizer, US\$48 milhões... E isso, inclusive, a Presidente Graça trouxe, na sua apresentação aqui, no Senado, e, depois, na Câmara também. Esses são valores que estão registrados contabilmente.

A Astra, além da solução desses problemas trabalhistas, teve de fazer um novo contrato de trabalho, teve de sanar os problemas ambientais, teve de investir nessa nova unidade. Assim, o valor total que a Astra teria

desembolsado para colocar essa refinaria em condições de operar foi da ordem de US\$360 milhões. Quer dizer, completamente diferente do que foi ventilado, do que foi amplamente divulgado pela imprensa, ou seja, que a Astra teria comprado...

E outra coisa que é profundamente injusta e que foi colocada: "Um ferro velho". Eu já ouvi muito essa expressão, e não corresponde, nem de longe, à realidade da refinaria. "É uma sucata!" Isso também foi dito. Não há sucata nenhuma! Essa refinaria opera, desde que nós a adquirimos, e operando com lucro hoje em dia. E, recentemente, mesmo estando afastado, soube até que ganhou um prêmio de refinaria com melhor qualidade de segurança. Claro que, aí, para orgulho nosso. Nossas práticas de refino... E isso não é só com Astra, não. As nossas práticas de refino – e este é um elogio para os meus colegas de Petrobras – são modelares para o resto do mundo.

Então, quando compramos uma refinaria e, sete ou oito anos depois, ela se transforma em refinaria padrão nos Estados Unidos, Senador, isso, sem dúvida nenhuma, é motivo de orgulho para todos os meus ex-colegas, que estão lá há muito tempo e têm – saí da área de refino há mais de 20 anos – essa consciência, essa preocupação arraigada. Isso é um valor muito grande dentro da Petrobras, esse valor, esse cuidado com a segurança operacional.

Então, esses valores foram implantados em Pasadena. Mas isso é outra coisa. Essa refinaria não é uma refinaria sucateada. E também não custou US\$48 milhões. Então, essas duas...

Acerca da última pergunta, a Astra assumiu o controle em sequência, não sei se foi em 2005, mas ela não inicia, não existe nenhuma tratativa de venda. O que houve em fevereiro foi um convite da Astra para estabelecimento de uma parceria com a Petrobras. Eles não propuseram a venda da refinaria. Quer dizer, não existe uma especulação: "Vou comprar barato e vender caro". Não foi isso que aconteceu. Eles compraram e, diga-se de passagem, era conhecimento do mercado, como já afirmei anteriormente, já desde 1999, quando se estabelece no plano estratégico da Petrobras e fica evidenciada a necessidade de internacionalização do refino, confirmada em 2004.

Então, desde 1999, a Petrobras já vinha prospectando o mercado, procurando uma refinaria ou.... *(Falha na gravação.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... que pudesse operar processando petróleo pesado. Havia esse conhecimento no mercado. Então, por isso é que a Astra, conhecedora dessa intenção da Petrobras, manda esse convite, essa proposta de parceria. Não considero que tenha sido uma especulação da Astra.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de saber, dentro desse capítulo, se no caso da Crown, a Petrobras sabia que ela estaria propensa a ser vendida à Astra e se já tinha feito essa prospecção que o senhor colocou como um elemento no plano estratégico de internacionalização da empresa, já que a Astra comprou a Crown em 2004. Por que a Petrobras não foi à frente?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – A Petrobras examinou uma série de refinarias, não me lembro os nomes, mas era um trabalho desenvolvido não só pela área internacional, como também pela área de novos negócios, área que a Petrobras tem, ligada diretamente à Presidência. Essa área também trabalhou nesse sentido, junto com o nosso pessoal. Então, foram feitas avaliações não só no mercado americano, com na Europa também.

Chegamos a ver refinarias na Inglaterra, na Alemanha, no Canadá, e não me recordo dessa refinaria, talvez até pelo fato de ela estar parada, ter problemas trabalhistas. Eu não sei, isso já é uma ilação que estou fazendo. Não existe nenhuma referência de avaliação nossa dessa refinaria anterior à compra da Astra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O próximo bloco é sobre pareceres de empresas de consultoria.

Ao que tudo indica, a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliá-la na compra de Pasadena. Essa informação é correta?

A empresa Deloitte foi contratada para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Deloitte? A Empresa Muse foi contratada para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Muse? A Empresa Jacobs para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Jacobs? Que serviços foram prestados pelo escritório de Advocacia Thompson? Foram contratadas outras consultorias? Quais? Então, em resumo, qual foi o parecer das consultorias? Além das consultorias, as áreas técnicas da Petrobras emitiram pareceres? Quais áreas? Quais as conclusões desses pareceres? Seria esse o próximo bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Nós contratamos, ao longo de 2005, durante todos esse período de avaliação, todas essas empresas que estão aqui listadas. São empresas que atuam, empresas de reputação internacional. A Deloitte é uma consultoria conhecida internacionalmente, justamente atua na área financeira, na área tributária, atua no Brasil. A Deloitte tem empresa aqui, no Brasil, foi feita para analisar a parte financeira, a parte tributária.



A Muse Stancil é uma empresa com muito reconhecimento na área de refino nos Estados Unidos, na área de projeto e desenvolvimento de refinarias nos Estados Unidos, e já vinha atuando junto com a Petrobras em outros projetos. Tinha uma atuação junto ao nosso centro de pesquisas também, havia intercâmbio entre essas e as nossas empresas.

A Jacobs Consultancy é uma empresa especializada no mercado americano na questão ambiental, é uma empresa com reconhecimento no mercado americano. Nós tínhamos que atuar, as empresas tinham que atuar no mercado americano, tinham que ter conhecimento do mercado americano.

A Thompson & Knight é uma empresa de advocacia, que já prestava serviços à Petrobras na área internacional. E tem sede em Dallas, no Texas. também com muito reconhecimento.

Então, a resposta seguinte de todas elas é que os pareceres foram positivos.

Além dessas, foi contratada também a PriceWaterhouse; também outra consultora com grande atuação aqui no Brasil na área financeira, na área tributária, na área de avaliação de empresa, na área de auditoria, porque, quando a gente compra ou se associa a uma empresa, tem que ser feito todo o levantamento do histórico contábil, do histórico tributário, do histórico fiscal da empresa. Isso é uma prática normal, quer dizer, a Petrobras não poderia fazer um tipo de aquisição e, principalmente, comprometer – isso é uma coisa importante que gostaria de ressaltar –, o cuidado que nós tivemos na contratação dessas consultorias no sentido de estarmos entrando fortemente no mercado americano.

O nosso objetivo não era simplesmente uma compra. Não! Tínhamos objetivos até maiores de expansão e de verticalização no mercado americano. E nós já atuávamos no mercado americano. Os senhores se lembram que nós temos uma produção considerado de petróleo no Golfo do México. Nós temos uma série de blocos de produção no Golfo do México. Nós temos negócios com empresas americanas. Então, esse cuidado em toda a situação contábil, fiscal, tributária de qualquer negócio, e particularmente Pasadena, tinha que ser feito por empresas de porte e nome reconhecido.

Então, além dessas que estão aqui, nós contratamos a Price, nós contratamos outra empresa muito conhecida no mercado americano, eu não sabia, chama-se Kirkpatrick, está aí nessa apresentação, especializada justamente na área tributária nos Estados Unidos.

No Brasil também a questão tributária é muito complicada, mas isso é uma realidade americana também. Todas as empresas foram contratadas e todas elas apresentaram parecer favorável ao negócio.

Além dessas empresas externas, evidentemente todas as áreas técnicas da Petrobras envolvidas foram e tiveram participação total no processo de avaliação e de aprovação da compra de Pasadena. Aí entra a área financeira, a área jurídica, a área tributária, todas as áreas inerentes, porque a Petrobras tem um crivo muito severo. Nós temos uma quantidade de aprovações. Um projeto na Petrobras para ser aprovado, um projeto desse porte, passa por uma série de crivos, uma série de avaliações, que não é simplesmente uma decisão tomada de um mês para outro. Uma decisão desse porte leva um ano, um ano e meio, como foi feito, e envolve todas as áreas que estabelecem e têm métodos de avaliação bastante rigorosos. E todas elas foram com conclusões favoráveis.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre os prazos de avaliações técnicas: ao que tudo indica, o trabalho das consultorias e das áreas técnicas da Petrobras, a chamada diligência prévia, teria sido realizado entre 23 de maio e 17 de junho de 2005. Essa informação está correta? Ou seja, as análises legais de recursos humanos, tributária, de meio ambiente, financeira, de TI, de processos contábeis e de auditoria foram realizadas em menos de 30 dias, para ser exato, em 25 dias. Esse prazo não é muito curto? Afinal, quanto tempo durou a avaliação jurídica e financeira de Pasadena?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senador, como já disse, a avaliação, não só técnica como jurídica... Bom jurídico, na verdade, participa das avaliações e, ao final, faz uma avaliação jurídica global. Mas, na parte financeira, na parte técnica, houve uma série de visitas. Não foi somente em 23 de maio e 17 de junho. Essas avaliações transcorreram ao longo de todo ano de 2005, tanto é assim que a diretoria foi submetida à aprovação, à continuação do processo por duas vezes durante o processo de negociação com a Astra. Então, o prazo foi mais do que suficiente. Não é correto dizer que esse prazo foi curto. O processo de avaliação de todos os aspectos envolvidos na aquisição decorreu ao longo de mais de um ano.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Termos iniciais das negociações. Há informações de que, em 18 de agosto, a Diretoria Executiva da Petrobras teria aprovado uma oferta para a aquisição de 70% da refinaria de Pasadena. Essa informação está correta? Quanto a Petrobras planejava oferecer por esses 70%? Qual foi a resposta da Astra à oferta inicial da Petrobras e em que data a resposta foi apresentada? Há notícias de que, entre 22 a 24 de agosto de 2005, a refinaria de Pasadena foi visitada por gerentes de alto nível das áreas de abastecimento internacional da Petrobras. Qual o objetivo da visita? A que conclusões chegaram? Há quem

compare Pasadena – e V. S<sup>a</sup> já fez referência – a um carro velho, obsoleto. Estou colocando porque a imprensa tem trabalhado muito nessa questão.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – É verdade, verdade.

**O SR. JOSÉ PIEMNTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Os gerentes de alto nível que visitaram a refinaria *in loco* não perceberam essa obsolescência? Há notícias de que, em 29 de setembro de 2005, a Diretoria Executiva da Petrobras teria autorizado a Diretoria Internacional, comandada por V. S<sup>a</sup>, a negociar a aquisição de 60% a 70% de Pasadena. Essa informação está correta? Por que a compra de 60% a 70% de Pasadena não avançou? Em que momento a Petrobras anunciou ao mercado que estava negociando a compra de Pasadena? Como o mercado reagiu ao anúncio?

Seria esse o próximo bloco.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Pois não. Como eu informei, esse processo foi, por duas vezes, submetido ao colegiado da Diretoria Executiva. Quer dizer, a aprovação na Petrobras, não só na Diretoria Executiva como no Conselho, é feita, em qualquer projeto, de forma colegiada. Então, nós resolvemos, em duas etapas, submeter à aprovação da Diretoria Executiva os passos que vinham sendo desenvolvidos com a negociação de compra da refinaria.

Então, a primeira oferta que nós fizemos foi autorizada pela Diretoria em agosto de 2005. Por que 70%? Porque 70% correspondem exatamente aos 70 mil barris/dia que nós queríamos processar na refinaria, ou seja, a refinaria tinha uma capacidade de 100 mil barris/dia, 70% seriam o que nós transformaríamos. Quer dizer, nossa parte seria de óleo pesado. Então, essa oferta inicial está... Eu não lembro direito... Acho que foi US\$360 milhões, mas para a aquisição de 70%. Então, isso foi o que nós planejávamos... Não, o que nós planejávamos; nós aprovamos e foi ofertado à Astra: US\$360 milhões por 70%.

A Astra apresentou – a segunda pergunta – uma contraproposta pedindo quatrocentos e... Desculpe... Perdi... Eu tenho aqui... Essa é mais fácil. Desculpe... Só para... Os valores aqui... Ah, está aqui! Desculpe. Isso faz parte aqui. Então, em agosto, nós apresentamos uma proposta de 70% no valor de US\$365 milhões; a Astra nos respondeu, com uma contraoferta pedindo US\$475 milhões por 70% ou US\$407 milhões por 60%. E, aí, continuamos as negociações até que chegamos ao preço final.

Seguindo as perguntas... Qual foi a resposta... Bom, esta aqui... Ah, sim: há notícias de que, de 22 a 24 de agosto, a refinaria foi visitada por uma série de vários gerentes... É verdade, agora, eu me lembro. Gerentes de abastecimento da área internacional. A visita visou que esses gerentes, de alto nível, conhecessem a administração não só da refinaria, conhecessem as condições administrativas. Não era mais uma questão somente técnica, era uma questão gerencial, já que nós passaríamos a ser, também, responsáveis pela condução não só da refinaria como pela condução da companhia comercializadora.

Então esses gerentes estiveram lá em reunião com o pessoal também do mesmo nível, para conhecer detalhes e já se familiarizar com isso. Esse foi o objetivo. As conclusões foram positivas, tanto que o negócio continuou.

Aqui é que existe essa profunda injustiça da comparação de Pasadena com carro velho e obsoleto. Quanto a carro velho, eu posso até concordar, porque todas as refinarias nos Estados Unidos são carros velhos; não há carro novo no mercado americano de refino, como no Brasil também não existe. Agora, obsoleto é que não é justo. É o mesmo caso que se chamássemos a RLAM, que é uma refinaria padrão nossa, tem 60 anos, de carro velho; só que é um carro velho totalmente modificado dentro das melhores condições mundiais de refino. Não estou dizendo que Pasadena seja mais... Carro velho, sim, mas totalmente reformado.

É o caso de Pasadena, que já tinha sofrido uma série de otimizações depois, e não sofreu, não pudemos realizar o projeto que realmente foi aprovado. O projeto que nós aprovamos era de otimização da refinaria. Nós íamos fazer essa refinaria, uma refinaria moderna, complexa e em condições de refinar o petróleo pesado brasileiro como as nossas refinarias processam. Esse era o projeto de alta rentabilidade.

Esse projeto, na realidade, nunca foi realizado. Quando se avalia se o projeto foi bom ou não, tem que se levar em conta que o projeto aprovado, que é o projeto de modificação e, depois, nossa intenção era duplicar a capacidade, esse projeto nunca foi realizado. Então, ele não tem como ser avaliado, porque ele tinha uma alta rentabilidade prevista, dada a possibilidade que essa refinaria teria de processar petróleo pesado, a exemplo do que fizemos – a nossa área de refino – nas refinarias carro velho, antigas, que temos no Brasil. Todas elas com condições modernas e atuais de operação.

Novamente, volta a diretoria executiva, no final de setembro, e autoriza, então, que a Petrobras faça uma nova proposta para a aquisição de 60% ou 70%, e aí a pergunta não é por que não avançaram. Na negociação, avançou uma solução intermediária. Ou seja, a Astra não queria perder o controle administrativo da refinaria. Então, quando ela oferecia – essa é uma informação que não consta –, nas negociações, eles ofereciam vender 60% ou 70% estabelecendo... Essa foi uma negociação bastante difícil, a negociação gerencial, ou seja, a ne-

gociação do controle dos ativos, tanto da refinaria como da *trading*, da comercializadora. A Astra queria vender 60% ou 70%, mas mantendo um nível administrativo, um nível de controle equivalente a 50%.

Então, nós não aceitamos. Reduzimos o preço, tanto que o preço final é um preço acima do que nós oferecemos, mas abaixo do que a Astra contrapôs. Então, fecha em 50% porque reflete as condições negociadas de administração dos ativos que passaram a pertencer à Astra e à Petrobras. Em que momento? Isso foi anunciado em novembro de 2005.

Desculpe...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É possível, isso é comum, alguém vender 70% de uma empresa e pedir participação igual na administração?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senadora, possível sempre é. Há casos no mercado brasileiro em que acontece isso, através de acordo entre acionistas, proprietários de participação minoritária controla a empresa. Isso não é... Basta o acordo de acionistas refletir essa possibilidade. Não é inédito no mercado – no mercado internacional, não só no mercado brasileiro, tanto que a Astra fez esse tipo de proposta, no sentido de que eles admitiam vender uma parte... É interesse deles? Não, é o interesse nosso.

Então, isso ficou claramente demonstrado: para ter um controle de 50%, nós íamos pagar 50%, não 60%. Quer dizer, possível é. Não é impossível.

E a última pergunta: em que momento foi anunciado? Foi anunciado em novembro de 2005. A Petrobras, em anúncio formal aos investidores, estava negociando a compra de Pasadena, e a reação do mercado foi muito positiva na época.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre parecer do Citicorp, deixamos à parte, pelo que isso representa. Há notícia de que, entre setembro e novembro de 2005, foram feitas várias rodadas de negociação, às quais V. S<sup>a</sup> já fez referência, entre a Petrobras e a Astra. Quais eram os termos de negociação? Havia impasses? Quais eram esses impasses? Em novembro de 2005, a Petrobras contratou o Citicorp para a emissão do seu parecer, ou seja, uma segunda opinião, uma opinião “imparcial”, entre aspas, técnica. Essa contratação ocorreu? Qual foi a conclusão de Citicorp? Qual o peso de uma avaliação como a do Citicorp para um negócio como o de Pasadena?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Essa primeira pergunta, Senador, é mais ou menos o que eu já afirmei. Não foi um impasse. Houve negociações para a definição do controle e do percentual de compra que a refinaria, conforme já expliquei à Senadora Vanessa... Então, os termos de negociação acabaram ficando em 50% a 50%. Não foram impasses; foram etapas da negociação.

Em novembro – já finalizando – isso também é uma prática comum esse tipo de negócio – os grandes bancos, as grandes corporações financeiras fazem esse tipo de trabalho, essa *fairness opinion*, não é uma opinião de justiça, mas é uma opinião de equilíbrio, uma opinião de avaliação do negócio, olhando os parâmetros financeiros, os parâmetros técnicos. Não só o Citigroup faz isso; o Credit Suisse faz isso, os grandes bancos americanos... Quer dizer, essas grandes corporações, não é que prestam esse serviço; esse é um serviço caro, um contrato, porque envolve o nome e a reputação do Citigroup, ou seja, isso também vale para os outros grandes bancos, o PNB Paribas faz isso. Eles avaliam toda a documentação, principalmente a questão financeira, a questão do valor de mercado, a questão do cenário de mercado e dão o parecer que colocam o nome à reputação e dão respaldo, uma chancela a essa operação.

Então, nós contratamos o Citigroup, que já tinha feito outro tipo de trabalho na Petrobras e no mundo inteiro, para que apresentasse esse... E isso aí, embora seja pago e contratado, se a instituição bancária, se a instituição desse porte não concorda, eles cobram, mas não dão o parecer favorável.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra dos 50% iniciais da Astra, V. S<sup>a</sup> já fez na exposição primeira e também no curso das perguntas.

Agora, sobre a reunião da Diretoria Executiva de 2 de fevereiro de 2006: a Diretoria Executiva apreciou a oferta final da Astra na reunião ocorrida em 2 de fevereiro de 2006. Quem defendeu o tema na reunião da Diretoria Executiva? As áreas tributária e jurídica da Petrobras se pronunciaram sobre o tema nessa reunião da Diretoria Executiva? Quais foram os pareceres dessas áreas? Além da compra de 50% da refinaria, essa reunião da Diretoria Executiva tratou de investimentos em Pasadena. Que investimentos seriam esses? Qual o montante?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, Senador, a gente pulou esse quadro aqui que o senhor me mostrou, em que aparece o valor final pago...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque V. S<sup>a</sup> já havia...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Já falei, não. Por favor...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Fique à vontade.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Só para destacar, porque quem não está de posse desse quadro... Acho que nem todo mundo recebeu o resumo, a apresentação que foi feita no mês passado.

Só para ressaltar que a condição final do negócio foi de 189 milhões por 50% do valor da refinaria, das ações da refinaria, e 170 milhões por 50% da comercializadora, sendo que esses 170 milhões foram comprados em duas prestações. Pagamos 85 milhões no fechamento e os outros 85 milhões só seriam pagos dois anos após. Efetivamente eles só foram pagos agora em 2012, quando houve o acordo judicial do processo. Ou seja, então o valor total de 50% da refinaria e mais 50% da comercializadora foi de US\$359 milhões.

Eu queria só, desculpe-me, eu vou retroagir aqui, mas essa proposta foi aceita e aprovada pelo Diretoria e pelo Conselho. Atendendo ao bloco aqui, ela foi aprovada em 2 de fevereiro, na Diretoria Executiva. Quem defendeu o tema... no caso não é uma defesa; a Diretoria Executiva da Petrobras, em todos os projetos, se reúne semanalmente; estatutariamente ela se reúne semanalmente, e aprova dezenas de pautas, evidentemente, compras, novos projetos, um série de decisões que têm que ser submetidas à Diretoria Executiva, e aprova de forma colegiada.

Eu queria lembrar que essa negociação de Pasadena foi duas vezes, anteriormente a esta, submetida à aprovação da Diretoria, quer dizer, não foi uma única apresentação. Esse processo foi acompanhado ao longo de todo o ano de 2005, de perto, pela Diretoria Executiva, que aprova, melhor dizendo, aprova para passar ao Conselho, porque compra de ativos, na Petrobras, qualquer compra de ativos ou venda de ativos, é atribuição do Colégio, do Conselho.

As áreas tributária e jurídica se pronunciaram sobre o tema? Sim, claro, é fundamental; todos esses pareceres têm que constar da documentação que é enviada à aprovação da Diretoria. Consta da elaboração das pautas anexar todos esses pareceres, jurídico, tributário, técnico e financeiro.

E além da compra – esta é a última pergunta –; a Diretoria aprovou também uma primeira estimativa, porque ainda não havia sido definido exatamente, era uma estimativa inicial, de qual seria o investimento necessário para transformar a refinaria, na complexidade necessária, para processar óleo pesado. Então a estimativa de que se dispunha na época era de cerca de 1 bilhão, 1,3 bilhão, não me lembro exatamente, dos quais 50% seriam responsabilidade da Petrobras e 50% da Astra.

Então, o que a Diretoria aprova preliminarmente, submetido ainda a um estudo final de engenharia, e tudo isso, é o recurso necessário estimado para poder fazer frente à modificação, ao *revamp* da refinaria.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. depoente, no próximo bloco nós fizemos um número maior de perguntas, dada a relevância da matéria.

A reunião do Conselho de Administração, no dia 3 de fevereiro de 2006, compra os primeiros 50%. Em que momento o Conselho de Administração da Petrobras tomou conhecimento das negociações para a compra de Pasadena? A decisão de comprar Pasadena foi tomada pela Diretoria Executiva no dia 2 de fevereiro, e, no dia seguinte, em 3 de fevereiro, foi submetida ao Conselho de Administração da Petrobras. Esse prazo não é muito curto para negociações como essa? Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena, a ser apresentada ao Conselho de Administração? Os integrantes do Conselho da Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo elaborado por V. S<sup>a</sup>. Além da Diretoria Internacional, alguma outra área participou da elaboração desse sumário executivo? O que constava no sumário executivo? As cláusulas contratuais Marlim e Opção de Compra constaram no sumário executivo? V. S<sup>a</sup>, que conduziu as negociações, sabia da existência dessas cláusulas? Por que V. S<sup>a</sup> omitiu essas duas cláusulas no sumário executivo? Na reunião que decidiu a compra de Pasadena, em 3 de fevereiro de 2006, o que, objetivamente, o Conselho de Administração decidiu? Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou que – abre aspas – “a aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 3 de fevereiro de 2006, com base em resumo executivo elaborado pelo diretor da área internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e Opção de Compra, que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho” – fecha aspas. Qual a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre essa afirmação? V. S<sup>a</sup> acredita que se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e Opção de Compra, a compra de Pasadena seria rejeitada? V. S<sup>a</sup> se considera responsável pelo sumário executivo entregue ao Conselho de Administração da Petrobras? V. Ex<sup>a</sup> considera ter enganado a então Presidenta do Conselho de Administração Dilma Rousseff? Em 20 de abril de 2014, o jornal *O Estado de S. Paulo* perguntou ao ex-Presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli se ele – abre aspas – “se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras antes da compra da refinaria de Pasadena”. A resposta teria sido a seguinte – abre aspas: “Eu sou o responsável, eu era o Presidente da Empresa; não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidenta Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era Presidente do Conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões, mas é legítimo que ela tenha dúvidas.” – fecha aspas. Fizemos essa pergunta ao Sr. José Sérgio Gabrielli. Queremos



repetir a pergunta a V. S<sup>a</sup>: V. S<sup>a</sup> considera a Presidenta Dilma Rousseff responsável pela compra da refinaria de Pasadena? Afinal, quem é o responsável pela compra de Pasadena?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Esse é um bloco maior. Deixe-me ver aqui.

Em que momento o Conselho de Administração tomou conhecimento das negociações pela compra de Pasadena? O Conselho periodicamente é informado do andamento das negociações. De qualquer maneira, já em novembro de 2005, havia sido feito o anúncio público a todo o mercado de que estávamos negociando a parceria com Pasadena. Então, já havia sido feito esse tipo de comunicado preferencialmente ou preliminarmente ao Conselho. Portanto, entendo que tenha sido feito já a partir desse momento. Eu não me recordo de uma informação formal anterior a novembro de 2005.

A decisão de se comprar Pasadena foi tomada pela Diretoria Executiva em 2 de fevereiro? Sim. A Diretoria aprovou, como já foi visto aqui, depois de três reuniões e uma série de discussões, no dia 2. E no dia seguinte foi submetida ao Conselho de Administração. O prazo não é muito curto, porque não houve uma negociação como essa, não é uma negociação. Essa informação já havia sido encaminhada à Diretoria Executiva e já era do conhecimento. Agora, não cabe à Diretoria ou ao diretor de qualquer área estabelecer um cronograma das reuniões do Conselho. Particularmente, essa reunião do Conselho ocorreu muito próxima à reunião da Diretoria, mas não havia uma negociação, ou seja, é uma continuação do que já vinha sendo negociado.

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena, a ser apresentada...? A documentação, toda ela, é preparada para a Diretoria, quer dizer, da Diretoria para o Conselho, isso é feito pela Secretaria Executiva, ou seja, cada diretor, quando encaminha uma pauta, como nós chamamos, uma proposta, um projeto, encaminha para a Diretoria. Daí em diante o encaminhamento da documentação é feito por uma estrutura ligada à chamada Secretaria Executiva, dentro da Petrobras, que é encarregada de repassar e de encaminhar toda a documentação necessária ao conhecimento do Conselho de Administração.

Pergunta seguinte: os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? Eu não sei afirmar se receberam todos os documentos, porque isso é uma atribuição da Secretaria Executiva. Deveriam ter recebido. Agora, é evidente que é uma quantidade de documentos muito grande. São contratos de centenas, milhares de... Porque não é um só contrato. Tem contrato, tem anexos, tem pareceres. Mas essa documentação tem que ficar disponível.

Aqui, sim, há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido... Não, existe um procedimento em que o Conselho recebe um resumo. A gente chama de "resumo executivo", onde são apresentadas as condições necessárias para a aprovação ou para a decisão do Conselho. Ou seja, o nome já diz: é um resumo, é um sumário, onde são incluídas as principais cláusulas de responsabilidade do Conselho, seja ela aderência estratégica, ou seja, aquilo que é definido pelo Conselho, aquilo que cabe ao Conselho definir na companhia, que é o planejamento estratégico da companhia, o plano de negócios da companhia e o valor, a coerência econômica do negócio.

Então, esse sumário executivo, nesse caso particular, se preocupou em mostrar todo o processo de negociação, o valor econômico e o valor estratégico. A aderência desse projeto ao plano estratégico já havia sido aprovado em 1999, e reafirmado em 2004. Tinha total aderência ao valor de aquisição, ao retorno econômico desse investimento. Então, no sumário – o nome já diz –, no caso particular de Pasadena, havia uma referência também à questão, que foi uma questão bastante discutida, acabamos de ver agora aqui, que era a distribuição gerencial, ou seja, a distribuição administrativa das novas empresas. Porque nós estávamos aprovando a participação em duas empresas. Então, todas essas informações foram colocadas no sumário. Agora, evidentemente, um sumário, ou um resumo, não apresenta todas as condições, todos os itens de um contrato de centenas de milhares de páginas. Entendeu?

Então, essa é uma prática que a Petrobras faz há muito tempo, e realmente o Conselho recebe as principais informações daquilo que são atribuições do Conselho, onde o Conselho tem a obrigação de decidir, baseado naquelas responsabilidades do Conselho, com base naquelas informações.

Sim, esse resumo foi preparado pela nossa área. Além da diretoria, alguma outra área? Não. Porque cada área apresenta o resumo do seu projeto.

O que constava do sumário executivo era exatamente o que eu acabei de dizer: todas aquelas informações necessárias e suficientes para a aprovação do projeto dentro da competência do Conselho.

As cláusulas Marlim e Put Option – a opção de compra, a opção de saída – constaram do sumário executivo? Não. Não constaram justamente porque não eram preponderantes, não eram condições que se colocam normalmente numa informação. É um detalhe contratual. Ou seja, a gente não coloca no resumo executivo detalhes contratuais, porque senão deixaria de ser um resumo, passaria a ser o próprio contrato, ou os próprios anexos, tudo isso. Então, não foram colocados, porque não teriam ou não têm, melhor dizendo, interferência nos critérios, na informação necessária para a aprovação do Conselho.

V. S<sup>a</sup> conduziu... Sabia da existência das cláusulas? Sim. Claro que eu conhecia, porque eu, como responsável pela área, aí sim, e a própria diretoria, eu tenho a obrigação não de conhecer a fundo todos os detalhes, mas eu tinha a obrigação de conhecer o contrato, de conhecer os detalhes do parecer jurídico. De tudo isso eu tinha conhecimento.

E eu não concordo aqui, desculpe... Por que V. S<sup>a</sup> omitiu? Eu não omiti essas cláusulas. Eu simplesmente... Foi simplesmente... Nós consideramos que essas cláusulas não tinham interferência, não representavam, como já foi explicado aqui, nenhum impedimento quanto à aprovação do projeto. A aprovação do projeto se dá, e isso é bem claro, por todas as condições que haviam sido trabalhadas e negociadas e pela aderência – esta palavra a gente repete muito, é quase um jargão na Petrobras – estratégica, porque é a função precípua do conselho o estabelecimento do planejamento estratégico, como tinha sido estabelecido por esse conselho. Ou seja, a expansão do refino da Petrobras e agregação de valor de petróleo pesado. Além disso, constava claramente todas as condições econômicas de aquisição e o retorno econômico desse projeto. Então, não é uma omissão. Senão, não seria só omissão do Put Option e da cláusula Marlim. Há uma série de cláusulas, de itens, de detalhes que também não constam do sumário executivo, o que não quer dizer que seja uma omissão. Eu não concordo com este termo “omissão”.

Na reunião que decidiu a compra, o que objetivamente o Conselho de Administração decidiu? O Conselho de Administração aprovou a compra, a parceria de 50% da refinaria e 50% da comercializadora, da *trading*, porque o investimento não é atribuição, o investimento individualizado não é atribuição do conselho, diferentemente da diretoria. Também isso não foi incluído, o investimento, no sumário executivo, já que não é atribuição do conselho o valor do investimento... O que é atribuição é a aprovação do valor da compra. O investimento ainda teria que ser mais bem definido.

A próxima é a 60. A minha opinião é isso que afirmei, com relação a que, se houvesse conhecimento, não seria aprovado pelo conselho. Qual é a minha opinião sobre esse assunto.

Acabei de registrar a minha opinião. Essas cláusulas não tinham importância, não têm importância na aprovação desse negócio. Essas cláusulas são cláusulas contratuais normais em qualquer tipo de associação. A Marlim é uma cláusula específica. A cláusula de saída é uma cláusula normal. A cláusula Marlim é uma cláusula específica de proteção do negócio, mas que não tinha interferência nos conceitos fundamentais, nos princípios fundamentais que o conselho deveria decidir. O conselho não decide detalhes; o conselho decide o global, o estratégico e a aderência, ou seja, a viabilidade daquele projeto.

Então, eu acho que seria o colegiado do conselho, porque o conselho não é só a presidente do conselho, o conselho é composto por nove membros, que inclusive aprovaram – e aí eu queria também destacar isto... Esse projeto foi aprovado tanto na diretoria como no conselho sem nenhuma restrição. Não houve nenhum levantamento, nenhum questionamento com relação à aprovação desse projeto. Pelo contrário. Eu estava presente na aprovação – não era do conselho, mas fazia parte da diretoria, que assiste às reuniões do conselho –, e ele foi até elogiado por alguns conselheiros, dada a total aderência, a total aceitação e o foco de internacionalização da Petrobras no mercado americano. Por isso é que eu continuo acreditando que, mesmo que tivessem sido colocadas essas cláusulas, elas não teriam tido nenhum efeito na aprovação ou não desse projeto.

Bom a pergunta seguinte é – acho que já respondi – a 62: “A compra seria rejeitada?” Aí é hipótese. Eu acredito que não, porque o que importava para a decisão, naquele momento, com aquele cenário, ou seja, com o cenário que nós tínhamos em 2005, de crescimento do mercado americano, de necessidade de refino de petróleo pesado brasileiro, tudo estava incluído dentro desse negócio. Então, uma cláusula é uma cláusula de saída, e a outra é uma cláusula de proteção do negócio da refinaria.

Ora, ninguém aprova um negócio pesando numa saída; isso é um detalhe contratual. Então, certamente, não seria rejeitada.

V. S<sup>a</sup> se considera responsável? Sim, o responsável pela apresentação do resumo executivo é, cada área, no caso específico... Esse projeto é um projeto que estava sendo conduzido pela área internacional, embora a aprovação tenha sido de forma colegiada na diretoria.

E essa última pergunta, a 64, é totalmente... Eu fico... Foi-me perguntado se eu teria enganado a então Presidente do Conselho de Administração. Não! Não! Não! É evidente que não. Não só a Presidente: eu teria enganado todo o Conselho. Não! Não é...

Eu tenho uma história, e aí é... Vamos me permitir, senhores: é extremamente injusto – não a pergunta, perguntas nunca são injustas –, é extremamente injusto, depois de 34 anos, quase 40 anos de Petrobras, esse tipo de consideração, de eu ter enganado. Para mim, é inaceitável – e me desculpem a ênfase e a emoção; não estou querendo teatralizar, nem dramatizar, de forma nenhuma; como os senhores viram, essas... Eu estou plenamente convencido de que tudo o que foi apresentado, tudo o que foi encaminhado, ou seja... Porque não foi só um sumário executivo: foi feita uma apresentação também, nesse dia, ao Conselho, com os princi-

país pontos, como tinha sido encaminhada a negociação, com a vantagem logística, ou seja, com o aspecto de integração no mercado americano dessa refinaria.

Então, não!

A pergunta 65. O senhor considera a Presidenta Dilma Rousseff responsável...? Não. Não considero porque não é uma responsabilidade. Volto a repetir: tanto na Diretoria Executiva, como no Conselho, as decisões são colegiadas e normalmente são aprovadas por unanimidade. Não existe... Conforme o histórico da Petrobras, ao longo dos anos em que tive convivência com o Conselho, com a Diretoria, são raríssimas as ocasiões em que existem divergências na aprovação, tanto da Diretoria, como do Conselho. Qualquer projeto, seja ele de área de produção, seja ele da área de gás e energia, seja ele da área de refino, seja ele da área internacional, é aprovado pelo colegiado da Diretoria. E qualquer tipo de projeto de aquisição, aquilo que diz respeito ao planejamento estratégico, à aderência estratégica a projeto de aquisição de ativos, é aprovado pelo colegiado do Conselho – que também aprova, normalmente, de forma unânime.

Então, não há responsável individual, ou seja, nem a Presidente, nem qualquer outro Conselheiro é responsável, individualmente, pela compra de qualquer ativo, ou venda de qualquer ativo; como também não existe – a última pergunta então, a 67 – quem é o responsável pela compra de Pasadena. Somos todos nós! O responsável pela compra de Pasadena, que foi uma compra acertada... E isso é importante, eu quero deixar registrado: essa compra foi acertada. Eu não estou aqui... A forma que foi colocada na mídia foi como se estaria procurando um culpado. Não! Eu acho que... A compra foi uma compra acertada. Então, todos somos responsáveis. Foi um acerto coletivo. Acerto coletivo, colegiado, como é a decisão do Conselho, como é a decisão da Diretoria Executiva.

Então, não existe o responsável; existem a Diretoria, o corpo da Diretoria da Petrobras, e o colegiado, o Conselho, responsável pela decisão. Então, não há um responsável. E eu quero deixar isso bem claro porque eu não estou querendo me isentar de culpa, não. Pelo contrário, eu quero assumir! Eu sou um coparticipante dessa decisão.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco. (*Pausa.*)

Contrato de compra e administração de Pasadena. As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras, relativamente à compra de Pasadena, tiveram acesso a todos os termos da negociação? Tiveram acesso à minuta do contrato? V. S<sup>a</sup> não considera leoninas, prejudiciais aos interesses da Petrobras e de seus acionistas, entre os quais a União, as cláusulas do contrato de Pasadena, especialmente as cláusulas Marlim e opção de compra ou de saída? Em 1 de setembro de 2006, foi assinado o contrato de compra de Pasadena; no mesmo dia, a aquisição foi comunicada ao mercado; qual foi a reação do mercado? Após a assinatura do contrato de compra, como ficou a administração de Pasadena? Quem passou a presidir a refinaria de Pasadena, a PRSI? Quem passou a presidir a comercializadora, a *trading*? A PRSI contava com um Conselho de Administração? Quem integrava esse Conselho? Em tese, Pasadena tinha uma capacidade operacional de 100 mil barris/dia. Mas qual era a capacidade de fato da refinaria realizada nos meses anteriores? Quantos trabalhadores existiam em Pasadena? Qual era o faturamento? Nos primeiros meses de operação, o retorno operacional de Pasadena foi positivo? E o retorno financeiro também?

Seria esse bloco, Sr. Presidente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Vamos lá, Senador.

Bom, as empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras tiveram acesso a todos os termos de negociação?

Não, tiveram acesso a cada uma das áreas para as quais foram contratadas. Ou seja, as auditorias, as consultorias financeiras, aos documentos financeiros, a Muse Stancil, à parte técnica do projeto. Quer dizer, cada consultor tem acesso àquela parte da sua especialidade, não é isso? No final é que o Citigroup recebe o conjunto disso. É o tal do *fairness opinion*. Aí, sim, recebe o conjunto. Mas as consultorias são específicas para cada atividade e, então, recebem aqueles documentos relativos à sua especialidade.

Segunda pergunta. Não, não considero leoninas. Acho que já expliquei isso. Pelo contrário, se fossem leoninas, seriam danosas à companhia. Elas não foram. A Marlim, indiscutivelmente, não foi e a Put Option é uma condição de saída, condição normal, negociada, que não foi imposta, nem para um lado nem para outro, uma condição negociada pelo nosso pessoal, já com experiência em negociações de inúmeros contratos, de inúmeras associações... Então, não há nenhuma condição leonina.

Em setembro de 2006, foi assinado o contrato. Como eu disse, após vencidas todas as etapas burocráticas e de licenciamento do mercado americano, da legislação americana, foi assinado o contrato final e foi feita uma cerimônia em Houston, em Pasadena, com a participação de todos... Aí eu gostaria de me estender um pouco. Foi uma data importante porque os empregados de Pasadena tinham passado, na época da Crown, por uma série de dificuldades e viam com muita simpatia e muito entusiasmo... Fomos o Gabrielli e eu – não me lembro de quem estava junto –, o gerente executivo da área... Nós fizemos, o Gabrielli fez um discurso

em Houston, na junta comercial, uma coisa assim, com o prefeito de lá, que recebeu com muito entusiasmo o fato de uma empresa do Brasil investir naquela região. Particularmente, houve um discurso do Gabrielli, muito bem feito, aos empregados da refinaria, que depois eu vim a descobrir que eram cerca de 300. Eu até soube vendo uma apresentação aqui. Mas, conversando em particular... Eu me misturei com o pessoal... A gente conversou com os técnicos, com o pessoal de operação mais simples, e havia um entusiasmo muito grande desse pessoal porque eles conheciam e conhecem, tanto é assim, a qualidade da nossa gestão de refino. Quer dizer, havia uma empolgação que eles passariam a compartilhar... Isso é uma experiência que já se repetiu. Eu tive oportunidade, como Diretor Internacional, de visitar, várias vezes, as refinarias na Bolívia, as refinarias na Argentina, e Pasadena... Estive também em Okinawa, no Japão... Havia uma expectativa muito grande quanto à melhoria e às condições de relacionamento de trabalho, não tanto pelo salário, porque o salário é uma questão que é muito bem defendida pelo sindicato, mas pela questão do relacionamento. Então, esse dia foi um dia de muita satisfação lá para a comunidade, para o pessoal da refinaria.

A administração de Pasadena...

Ah, sim, a reação do mercado foi muito positiva, porque é uma demonstração do crescimento, da ampliação, da internacionalização da Petrobras nessa área.

A administração de Pasadena ficou dividida em duas companhias. Nós tínhamos a PRSI, que era a refinaria, e a PRST, que era a *trading* – T de *trading* – da comercialização.

Eu não me recordo – aí teria que pedir informação ao pessoal da Petrobras, que deve ter essa informação – quem passou a ser o Presidente da... Eu sei que isso foi uma questão principalmente na área de comercialização, que envolveu uma série de negociações e discussões, porque essa administração envolvia o nosso pessoal aqui de *trading*, da comercialização, subordinado à área de abastecimento, em que houve uma negociação de equilíbrio das diversas áreas de comercialização, porque em comercialização existem especificidades quanto aos produtos vendidos.

A comercialização de gás de cozinha é diferente da comercialização de gasolina, que é diferente da comercialização de diesel. Isso eu aprendi com mais detalhe agora, esses anos em que passei na BR Distribuidora. Quer dizer, cada produto tem umas condições e uma característica própria de negociação.

Existem especialistas. Existe o especialista em venda de gás de cozinha. Existe o especialista em querosene; querosene de aviação. Então, para tudo isso houve uma negociação bastante demorada para o estabelecimento de quem seriam os responsáveis nessa divisão de 50%. Agora, os nomes eu francamente não me recordo.

No Conselho de Administração nós criamos o...

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, havia o... Foi criado o famoso... Foi até colocado no jornal. Nós criamos um super comitê, o super *board*, que seria para as decisões em que não houvesse... pelo fato de ter cinquenta a cinquenta, em que não se chegasse a um equilíbrio, a um consenso. Então, esse super *board* decidiria as questões polêmicas.

Pasadena tinha a capacidade de cem mil barris por dia. Tinha e tem. Ela sempre operou com cem mil... Bom, evidentemente, não em parada de manutenção ou algum problema, mas é a capacidade dela, que está operando hoje com cem mil barris por dia.

Quantos trabalhadores existiam em Pasadena? Eu fiquei sabendo disso... Não tinha esse número e me disseram que era em torno de trezentos.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu não sei. Na época acho que era até mais gente. Pelo menos naquele dia eu não sei se eram os funcionários ou eram convidados, porque a refinaria estava cheia de gente. Então, não sei se todo mundo ali era funcionário ou era amigo do funcionário, ou era funcionário contratado, porque lá a parte de manutenção, essas partes de apoio não são compostas por empregados... Diferentemente das nossas refinarias, a área de manutenção, as áreas de apoio que não são estritamente ligadas à operação da refinaria não são contratados da refinaria. Então, provavelmente, muitos deles não eram contratados de Pasadena.

Nos primeiros meses de operação, o retorno operacional de Pasadena foi positivo? O retorno operacional foi, o retorno financeiro não, porque repare que tínhamos acabado de fazer um investimento considerável e mesmo naquela época as margens eram positivas, mas até retornar o custo financeiro envolvido... Então, havia um retorno operacional positivo, mas o retorno financeiro leva algum tempo até se pagar e depois disso a refinaria sofreu a contração do mercado americano, em 2008, 2009, com a queda, a grande crise no mercado americano, que só se recuperou recentemente, em 2013, aí já por um fator novo, porque entra aquela questão do ciclo de refinaria.



Refinarias não são feitas para operar, não são compradas para operar a curto ou médio prazo, refinarias são para dezenas de anos. Então, ao longo desses – nós compramos em 2006 – oito anos, essa refinaria já passou por fases de resultado negativo, devido ao mercado americano ter se retraído, e fases de resultado extremamente positivo, como agora está ocorrendo. Foi uma série de circunstâncias que...

Existe uma oferta enorme de petróleo leve ou de condensado leve, produzido através... Essa revolução energética americana. Os Estados Unidos mudaram o perfil da situação energética. Nos Estados Unidos, pela primeira vez depois de muitos anos existe um projeto, no Congresso Americano, mudando a legislação americana, que vai permitir que os Estados Unidos exportem petróleo. Desde a década de 70, da primeira crise do petróleo, é proibido por lei exportar petróleo americano. Então, a revolução que o gás de xisto e o petróleo de xisto causaram no mercado americano e no mercado mundial é tão grande que já existe um projeto, no Congresso americano, para aprovar, para reformar a lei que permita liberar mercado...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Isso é liberdade do mercado.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah! Sim, a liberdade de mercado. Mas... É, Senadora, é isso mesmo.

E eles vão fazer um negócio fantástico. Durante muitos anos, os americanos construíram uma série de estações de recebimento de gás liquefeito para importar gás. Eles estão fazendo estações para exportar gás. Os Estados Unidos vão começar, acho que já começaram, a exportar gás. Com isso, mudou completamente o cenário e favoreceu particularmente a questão da Refinaria de Pasadena.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Além de liberdade de mercado é nenhuma intervenção do Estado na economia também.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, isso é a (*Ininteligível.*) americana.

Bom, é isso.

Próximo grupo, Senador.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco, Sr. Presidente.

Projeto de ampliação da Refinaria de Pasadena.

Há notícias de que os estudos de engenharia e avaliação econômica para ampliação da Refinaria de Pasadena, o chamado Revamp, tiveram início em fevereiro de 2006, antes, portanto, da conclusão do negócio. O que pretendia a Petrobras com o projeto de ampliação? Quando os estudos foram concluídos? Quais foram os resultados? Quanto a Petrobras deveria investir para viabilizar a ampliação? Quem realizaria os desembolsos à Petrobras ou à PRSI Refinaria Pasadena?

Esse é o bloco, Sr. Depoente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, já foi comentado isso, Senador. Os estudos foram iniciados tão logo se chegou ao acordo final. Na realidade, os estudos não se iniciam visando à ampliação. Os estudos se iniciam visando à adaptação, ou seja, o Revamp da Refinaria para processar óleo pesado. O que acontece é que, ao longo do desenvolvimento dos estudos que foram conduzidos pelo nosso pessoal, altamente capacitado, juntamente com o pessoal técnico da PRSI, vislumbrou-se, dadas as condições de possibilidade de ampliação, que haveria muito mais vantagem econômica em duplicar a Refinaria do que somente adaptá-la para processar petróleo pesado. Então, isso se inicia logo e, ao longo de 2006, enquanto ocorre a fase de aprovação na legislação americana, os estudos continuaram e mostraram claramente que o projeto de duplicação tinha uma rentabilidade muito superior ao simples projeto de adaptação. Que eu me lembre, eu disse: "Está aqui incluído o projeto..." Evidentemente também tinha um custo muito mais elevado do que o projeto de adaptação. O projeto de duplicação tinha um custo de cerca de US\$3 bilhões contra US\$1,2 bilhão ou US\$1,3 bilhão do projeto de adaptação, mas o retorno econômico era extremamente mais elevado. A taxa de retorno que foi desenvolvida na época foi de quase 19% e um VPL, um Valor Presente da duplicação, da ordem de US\$3,5 bilhões, muito superior ao projeto, simplesmente o que estava no contrato, que era o projeto de adaptação somente, daí todo o nosso interesse e persistência em caminhar com o projeto de duplicação e daí, inclusive, é que surge o conflito, conflito ou a cisão, entre a decisão nossa, a Petrobras, e a decisão da Astra de não investir o recurso necessário, embora o pessoal técnico, o pessoal que administrava junto com a gente, nossos parceiros, estivesse plenamente convencido da vantagem e tivesse defendido essa duplicação, só que o alto comando, não sei como se chama na Bélgica, da Astra, isso não foi dito pelo CEO da Astra, tinha opções melhores, na visão deles, de utilização desses recursos.

Bom, os estudos foram concluídos mais ou menos no final de 2006, 2007. Os resultados foram esses que acabei de dizer. Nós tínhamos duas alternativas: uma muito melhor do que a outra. A Petrobras deveria investir metade do total, ou seja, de US\$3,5 bilhões, deveria investir US\$1,5 bilhão ou então US\$700 milhões, US\$800 milhões, no projeto mais simples. E quem realizaria o desembolso seria 50% não é a PRSI, a Refinaria, quer dizer, o investimento seria realizado totalmente pela Refinaria, pela PRSI, que é uma empresa, porque o

investimento seria feito no mercado americano. Então, o investimento seria feito pela nova empresa, pela PRSI, da qual a Petrobras tinha 50% e a Astra 50%

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco: divergências entre a Petrobras e a Astra.

Qual a opinião da Astra sobre o Revamp, que é exatamente o investimento? Além do Revamp, existiram outras divergências entre a Petrobras e a Astra? Quais? Quando as divergências apareceram, de quem partiu a ideia de que a Petrobras adquirisse os 50% remanescentes de Pasadena? Em depoimento a esta CPI, o ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli fez referência a uma reunião ocorrida em Copenhague entre a Petrobras e a Astra. V. S<sup>a</sup> participou dessa reunião? Quem estava presente na reunião? Qual era o objetivo da reunião? Quais foram os encaminhamentos? O ex-Presidente Lula participou dessa reunião? V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de alguma reunião entre o ex-Presidente Lula, o ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli e representantes da Astra?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, a opinião da Astra... Existem duas opiniões da Astra, Senador, que é a da Astra de Pasadena, ou seja, o pessoal técnico, o pessoal de administração da PRSI, da Astra; e, outra, é a opinião do alto comando da Astra. Como eu acabei de dizer, o pessoal, nossos parceiros estavam plenamente convencidos da vantagem econômica da duplicação do projeto. O alto comando, os donos da Astra, não sei... Não achavam... Tinham... Isso foi claramente explicado nessa reunião que está mencionada na pergunta é a seguinte. Nessa reunião de Copenhague, ficou evidenciado pelo Presidente da Astra, belga, Sr. Winget, que a Astra não acompanharia os investimentos necessários; ou seja, eles tinham alternativas melhores de investimento do que a ampliação da refinaria.

As divergências entre a Petrobras e Astra... Havia divergências, mas eram divergências de menor importância. Eram divergências da acomodação, ou seja, do estabelecimento da normalidade operacional, principalmente na área de comercialização, como expliquei, uma área de negociação. Na Refinaria, não havia, praticamente, nenhuma divergência. Mas a principal divergência não foi da questão do dia a dia, da questão operacional, foi quando se discute, quando se leva à aprovação o investimento necessário à duplicação.

Então, dessa reunião em Copenhague entre os dois Presidentes, eu participei dessa reunião, participou o gerente executivo da área internacional responsável pelos Estados Unidos e participou o diretor de abastecimento, à época, Diretor Paulo Roberto, porque era uma área ligada ao refino e à comercialização.

O objetivo da reunião foi exatamente este: reunir os dois principais executivos, que o mercado chama de CEOs, da Astra e da Petrobras, para a tomada de decisão final. Isso é comum. Quando duas grandes empresas que, no caso, não chegam a um acordo, junta... Vamos chamar o chefe para decidir, não é isso? A pergunta... O objetivo era este: vamos decidir para... Ou decide ou vai embora. No caso, a Astra não manifestou interesse, confirmou que não haveria interesse. Então, passou a decisão ser de um comprar o outro. E nós tínhamos interesse de continuar. Fazia parte de nosso planejamento estratégico – não conheço o planejamento estratégico da Astra; mas, no nosso caso, era plenamente integrado a nosso projeto – duplicar e ampliar nossa participação no mercado americano, daí nosso interesse de comprar a totalidade da Refinaria e a totalidade da comercializadora.

O ex-Presidente Lula participou dessa reunião? Acho que existe uma... Só para esclarecer, essa reunião se dá em Copenhague, porque, coincidentemente, a diretoria da Petrobras, juntamente com o Presidente Gabrielli, acompanhou uma missão do Presidente Lula à Escandinávia e, nós, aproveitando a viagem, para não ter de viajar só para isso, convidamos o CEO da Astra para fazer a reunião em Copenhague, mas não houve nenhuma participação.

Essa última pergunta, eu não tenho conhecimento como não houve nenhuma reunião do Presidente Lula e do Gabrielli com o representante da Astra. A reunião que houve foi do Gabrielli, comigo e com o Paulo, com o senhor da Astra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco: negociação dos 50% remanescentes.

Em 30 de setembro de 2007, a Petrobras América enviou carta ao Presidente da PRSI Refinaria de Pasadena oferecendo US\$550 milhões pelas ações da Astra na refinaria e na comercializadora. Essa informação está correta? A Diretoria Executiva da Petrobras tinha conhecimento dessa carta? Além do valor ofertado, o que mais continha nessa carta? Qual foi a resposta da Astra?

É verdade que a Astra pediu – isso aqui V. S<sup>a</sup> já até adiantou – US\$1 bilhão pelas ações da refinaria e da comercializadora? Esse valor era adequado ao mercado? Em 18 de outubro de 2007, a Diretoria Internacional enviou carta à Astra oferecendo US\$650 milhões pelas ações da refinaria e da comercializadora. A Diretoria Executiva da Petrobras tinha conhecimento dessa segunda carta? Qual foi a resposta da Astra? É verdade que a Astra apresentou uma contraproposta de US\$700 milhões? V. S<sup>a</sup> também já adiantou parte dessa resposta. A que se deve essa redução de US\$1 bilhão para US\$700 milhões? A Diretoria Executiva da Petrobras tomou conhecimento dessa contraproposta? Qual foi a resposta da Petrobras à contraproposta? Em 14 de dezembro de

2007, a Petrobras constituiu um grupo de trabalho para realizar diligência prévia referente à compra dos 50% remanescentes. Quais foram as conclusões do grupo de trabalho? A Petrobras contratou alguma consultoria para avaliar a compra dos 50% remanescentes? Quais? A que conclusão chegaram as consultorias? Em 21 de fevereiro de 2008, a proposta de aquisição dos 50% remanescentes foi submetida à aprovação da Diretoria Executiva da Petrobras. Qual foi a decisão da Diretoria?

Seria, nosso depoente, esse bloco.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Está bom, Senador. Bom, como eu disse, a gente viu, não é? Em setembro ocorre essa reunião em que ficou claramente definido que não haveria possibilidade de a Astra participar. Então, em função disso, ficou acertado que seria iniciada uma negociação entre a Petrobras e a Astra para resolver o problema de maneira acordada, ou seja, negocial.

A Petrobras iniciou o processo oferecendo U\$550 milhões, que foi o valor estimado pelo nosso pessoal, apoiado principalmente pelo valor que nós tínhamos do projeto. Ou seja, não é um diletantismo que a Diretoria resolveu: “Ah, vamos comprar 50%”. Não foi isso. Havia, de novo, esse projeto fazia parte, era um objetivo estratégico de colocar essa refinaria nos Estados Unidos processando petróleo pesado. Havia um retorno econômico altamente significativo. Então, esses valores negociados ou ofertados correspondem a uma parcela do nosso retorno. Ou seja, esse valor seria plenamente coberto pelo retorno do projeto, que ia ser feito, de ampliação da refinaria.

Então, essa informação está correta. Nós ofertamos inicialmente U\$550 milhões. E esse processo todo de negociação que está listado nesse bloco aqui foi acompanhado pela Diretoria Executiva. Embora não tenha havido reuniões específicas, mas a Diretoria Executiva conversa entre si. Ou seja, os Diretores não se reúnem somente em um dia específico. Os Diretores se reúnem todos os dias e discutem as questões importantes e que estão, no momento, preocupando a companhia. Então, a cada momento, a cada negociação, isso é acompanhado por toda a Diretoria Executiva.

Então, a Astra, a partir dessa primeira proposta, ela faz uma contraproposta, sabedora do interesse que nós tínhamos e do retorno econômico desse projeto porque ela tinha participado, ela participava dos estudos e tinha conhecimento. O pessoal da Astra tinha conhecimento de qual o valor econômico desse projeto. Então, ela pede U\$1 bilhão, que faria... Se o senhor lembra, o retorno econômico, o valor presente desse projeto era de US\$3,5 bilhões. Então, a Astra se julga no direito de tomar uma parte desse valor. Só que consideramos inaceitável esse nível e chegamos, então, aumentamos um pouco. Aí é uma questão negocial, aumentamos até 650, o que a Astra, então...

E manifestamos, claramente, que não passaríamos desse valor. A Astra ainda negociou e fez essa contraproposta de 700 milhões. E aí, sim, para poder referendar esse valor, contratamos uma série de consultorias, criou-se um grupo específico, que é o que está mencionado aqui, em 14 de dezembro, até conduzido pela área financeira, e, de novo, contrata-se o Citigroup, para fazer a validação da compra desses segundos ou segundo 50% do projeto da refinaria e da comercializadora.

De posse de toda essa que a Astra..., aceitamos a contraproposta da Astra. Isso, inclusive, faz parte de uma carta que foi tema até de polêmica, porque assinei, encaminhei uma carta, dizendo que concordávamos com o valor de 700 milhões, mas que isso teria que ser submetido ao Conselho e à Diretoria. A Astra tentou utilizar, isso já na fase posterior, na fase de disputa judicial, como se isso tivesse sido um compromisso já formal, e isso foi descartado, foi descaracterizado pela Justiça americana, porque essa carta era, simplesmente, uma referência, tanto que, depois dessa carta, é que são completados os estudos, a avaliação econômica e a opinião do Citigroup que referenda o valor de 700 milhões.

Aí, já indo direto para a última pergunta, em 21/2, quer dizer, após todo esse trabalho de avaliação técnica e de confirmação, ou de validação do Citigroup, em 21 de fevereiro de 2008, a Diretoria Executiva aprova a aquisição no valor de 700 milhões. Mas aí vamos recordar, a gente devia ainda a segunda parcela da compra da Trading, de 85 milhões. Então, o que a Diretoria aprova é o pagamento, 700 milhões, e o pagamento da prestação que vencia exatamente naquela época, no início de 2008, porque havia esse convencimento na Diretoria. Quer dizer, embora já os cenários comesçassem, tivessem se modificado, mas ainda havia o convencimento de que era um bom negócio continuar investindo na refinaria de Pasadena.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco. Reunião do Conselho de Administração de 3 de março de 2008 rejeita a proposta de compra dos 50% remanescentes. Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 3 de março de 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes de Pasadena? Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra dos 50% remanescentes? O sumário executivo referente aos 50% remanescentes informava todas as consequências contratuais da rejeição da compra? Por que o Conselho de Administração resolveu rejeitar a proposta de compra dos 50% remanescentes?

São essas, nobre depoente, nesse bloco que estamos abordando.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senador, aqui há uma pequena correção.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não é uma correção, desculpe-me. Na realidade, o Conselho de Administração do dia 3 foi o Conselho no qual eu fui substituído, ou seja, é atribuição do Conselho a nomeação e substituição de diretores tanto da Petrobras, como da BR. Esse Conselho, inclusive, eu já não participei. Quer dizer, não participei como convidado, o Diretor não faz parte; o único membro da Diretoria Executiva que faz parte do Conselho é o Presidente da companhia, mas os demais diretores são convidados para esclarecimento, faz parte da liturgia das reuniões do Conselho da Petrobras.

Então, nessa reunião, não participei, porque já tinha sido informado de que eu iria ser substituído. E a correção é a seguinte: nessa reunião do Conselho, não foi apreciado esse projeto. Quer dizer, a pauta só foi apreciada na reunião no mês seguinte, o Conselho se reúne uma vez por mês. Então, isso só foi apreciado no mês seguinte, em abril. Daí em diante, até a reunião da Diretoria, que foi a minha última reunião de Diretoria, em 21 de fevereiro, aliás, a penúltima, porque a reunião é semanal, eu sei como foi feito o encaminhamento de tudo isso. Daí em diante eu imagino que sim, que tenha recebido, porque isso faz parte da atribuição, da documentação que tem de ser enviada. É uma documentação que já tinha sido aprovada pela Diretoria Executiva.

O que acho importante aqui, e gostaria de destacar, Senador, é que o contexto e a pergunta dão margem a essa resposta, o contexto em que o Conselho aprecia essa questão da compra, do dispêndio de 780 milhões para a compra dos outros 50%, já se dá num cenário totalmente diferente, embora, em curto espaço de tempo, entre 2006 e 2008 – acho que falei isso no começo –, a Petrobras, a história do Brasil, em termos de energia, muda. Em 2007, com a confirmação do pré-sal, os Senhores devem se lembrar do impacto. É que a gente ainda não teve a oportunidade, vai levar algum tempo para a sociedade brasileira desfrutar dessa nova realidade de produção de petróleo que o Brasil vai dispor dentro de poucos anos. Já está começando a crescer a produção de petróleo, mas é extraordinário, nenhum país do mundo dobra a capacidade de produção, e não é dobrar de 100 para 200 mil barris, é mais do que dobrar, nós estamos passando de 2 milhões de barris por dia para quase 5 milhões. Podemos contar nos dedos de uma mão quantos países no mundo produzem mais de 5 milhões de barris por dia. Essa é uma realidade completamente diferente. Nós temos a Arábia Saudita, a Rússia, o Iraque, que não está produzindo, os Estados Unidos, que produzem mais, e acabou. Os demais, os grandes produtores do Oriente Médio, não passam de 2, 3 milhões de barris/dia. Então, o Brasil passa a ser o quinto ou sexto maior produtor de petróleo do mundo. Então, esse cenário é completamente diferente. Para isso precisa de recursos extraordinários também, a Petrobras, porque, no caso do pré-sal, toda a responsabilidade é da Petrobras. Então, em 2008 esse cenário já estava confirmado, não é uma ilação, já tinha sido anunciado formalmente, no final de 2007. Em abril de 2008, quando o Conselho, aí sim, olhando do ponto de vista, embora a Diretoria tivesse aprovado, mas é função do Conselho o planejamento. A visão estratégica da Companhia é uma atribuição inerente ao Conselho. O Conselho, dentro dessa visão confirmada, de nova realidade de produção de petróleo, de nova realidade de investimentos necessários da Petrobras, que tem se confirmado ao longo desses últimos quatro anos, muda e resolve não aprovar, porque não é aprovar simplesmente a compra de 780 milhões, volto a insistir nisso. Esse projeto nunca foi realizado como aprovado. Os 780 milhões significavam uma parcela para a aquisição dos 50% restantes. Daí em diante – isso já tinha sido aprovado na Diretoria –, era continuar realizando o projeto em que a Petrobras teria de despendar mais de US\$ 3 bilhões para poder viabilizar a duplicação da refinaria, que seria extremamente rentável, mas menos rentável e menos estratégica do que a criação do pré-sal.

E aí mais um fator se soma a isso, a gente tem também que o mercado brasileiro, fruto de uma série de medidas do Governo, tem um incremento enorme no consumo de combustíveis. Então, o cenário de mercado estagnado de combustíveis cresce 60% em quatro ou cinco anos, o que obriga... Nós estamos com carência de refino. Aquele excedente de petróleo que tinha de ser refinado fora do país, que era o cenário de 2004, 2005, muda completamente em 2007/2008. Em pouco tempo passam a ser necessárias urgentemente as refinarias novas que estão em projeto, em construção no Brasil. Quer dizer, é uma decisão que cabe ao Conselho e foi acertada. A visão da Diretoria é mais focada naquele projeto, a visão do Conselho foi uma visão mais... Esse é o contexto em que estaríamos comprometendo US\$ 4 bilhões para concretizar uma obra viável, rentável sem dúvida. Claro, é um bom projeto; mas existem inúmeros bons projetos que são sacrificados. A Petrobras tem centenas de bons projetos que são sacrificados; não é só Pasadena. Pasadena é um dos projetos que não foi realizado. Agora, não quer dizer que não fosse um bom projeto. É um projeto muito bom. Não do mesmo porte, do mesmo valor do pré-sal; evidente isso.



É isso que eu quero... O contexto para mim é importante, porque é o contexto histórico e que muda em muito pouco tempo. Quer dizer, a gente passa de um cenário de não haver mercado para refinar o nosso petróleo; ao contrário, agora nós estamos precisando refinar muito mais do que a gente refina.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. depoente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a partir desse último bloco, quem assumiu a Presidência da Diretoria Internacional da Petrobras foi o Sr. Jorge Zelada. Portanto, como nós já o convocamos, eu acredito, Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, que ele terá mais dados para responder os quesitos posteriores a 2008.

E finalizo, Sr. Presidente, com uma única pergunta: V. S<sup>a</sup> foi demitido da BR Distribuidora. O que motivou a demissão? E, aqui, Sr. Presidente, é a última pergunta por parte do Relator.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe, é que...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o item 125.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Cento e vinte e cinco. Ah, sim. O senhor está...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Os demais eu vou deixar para o outro Diretor Internacional.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não. Realmente, a partir do dia 3 de março de 2008, eu fui substituído na Diretoria pelo Jorge Zelada e assumi a Diretoria Financeira. Então, quer dizer, eu acompanhei esse processo todo, mas de longe, já não tendo interferência no projeto.

Aí o senhor já passou para o 125.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 125.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Em março deste ano, V. S<sup>a</sup> foi demitido da BR Distribuidora. O que motivou a demissão?

Senador, a demissão e indicação de diretores, na Petrobras e na BR Distribuidora, é atribuição do Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Petrobras é praticamente, sempre foi o mesmo que o Conselho de Administração da BR. A partir de três anos para cá, com a entrada de um dos representantes dos empregados no Conselho, é que existe uma diferença de um só membro, que é o representante dos empregados. Então, a não ser por esse representante, o Conselho da Petrobras e da BR são exatamente os mesmos.

E, como eu disse, é atribuição do Conselho: a indicação, a substituição e aprovação dos nomes para a Diretoria Executiva. Essa pergunta tem que ser feita aos membros do Conselho de Administração da BR, porque não existe nenhum motivo, assim, do tipo...

Pelo contrário, como eu acabei de... E, aí eu quero, mais uma vez, registrar o fato: eu fiquei seis anos à frente da Diretoria Financeira; evidentemente que não é mérito meu, ou só meu – pelo menos eu tenho uma parcela desse –, ter levado o lucro da Petrobras, da BR Distribuidora a cerca de US\$1 bilhão.

Aí, uma coisa que eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar: a grande capacidade... Para mim foi uma experiência muito agradável e muito prazerosa ter sido Diretor Financeiro da BR Distribuidora – depois de 35 anos de Petrobras – e ter sido Diretor Internacional da Petrobras. Foi ter conhecido a dinâmica de uma empresa como a BR Distribuidora.

E, aqui, eu mando uma mensagem de agradecimento aos meus colegas da BR Distribuidora pela oportunidade que me foi dada de poder comandar a área financeira da BR Distribuidora; e não só isso, por ter conhecido e ter convivido com profissionais de alta competência, de alta capacidade, em um mercado bem diferente do que a Petrobras trabalha.

O mercado da BR Distribuidora é um mercado altamente competitivo, é um mercado em que as margens são muito apertadas. E sobre a qualidade técnica do nosso pessoal da BR Distribuidora, eu quero aqui deixar registro. Foi um prazer e foi uma satisfação muito grande ter podido participar desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós agora vamos transferir...

Obrigado ao Dr. Cerveró pelas suas respostas esclarecedoras à Comissão.

Eu consulto a colega Senadora Vanessa Grazziotin se tem perguntas também a fazer, depois das 101 perguntas feitas pelo nosso Relator, que tem, de forma competente, conduzido esta investigação. Ao tempo em que determino à Secretaria providenciar a convocação do Sr. Jorge Zelada, que está aprovada por força de requerimento nesta Comissão. Peço que a Secretaria ultime a convocação dessa testemunha.

Temos requerimentos a serem aprovados, que não poderão ser deliberados no dia de hoje em virtude da ausência de quórum qualificado para tanto, mas precisam ser anunciados, até para conhecimento público, quais serão os próximos requerimentos a serem convocados.

Antes da Senadora Vanessa, me permita só, para efeito de pauta, nós estamos, na próxima terça-feira, atendendo ao Requerimento nº 76, do Senador Anibal Diniz, convocando o Sr. Altamiro da Motta Ferreira Filho, gerente de implementação de empreendimentos de unidades estacionárias de produção, para prestar esclare-

cimentos sobre segurança nas plataformas. Estamos requerendo, através do Requerimento nº 77, do Senador Humberto Costa, toda a documentação referente à operação Lava Jato.

Também estamos requerendo à 13ª Vara Federal de Curitiba, Proposta de Requerimento nº 78, a cópia da operação Lava Jato.

E convocando, no Requerimento nº 79, o Sr. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, para prestar esclarecimentos.

Ao tempo em que requeremos ao STJ, por força do Requerimento nº 80, cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol, relativamente à refinaria de Bahía Blanca.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bom, Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Dr. Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, e dizer que não tenho exatamente perguntas a fazer. Nosso Relator não abre esse espaço.

E lamentar, Presidente, que não tenhamos quórum neste momento.

Mas antes de fazer esse lamento, eu quero aqui prestar minha solidariedade ao nosso companheiro, que tem sido muito presente e ativo, não só nesta CPI, mas em todos os trabalhos da Casa, Humberto Costa, que, aliás, é o Líder, que não está por conta do ocorrido, o falecimento de seu pai no dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero me somar a V. Exª e, em seu nome, participar à Comissão a saudade e o lamento, as nossas condolências ao companheiro da Comissão, companheiro Senador Humberto Costa, cujo falecimento prematuro de seu pai se deveu ontem. Estava na Comissão de Constituição e Justiça. Nós já fizemos esse registro na Comissão de Constituição e Justiça, e quero fazê-lo motivado pela boa lembrança de V. Exª.

Também informando, para não interromper mais a Senadora Vanessa...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, imagina!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... também informando aos senhores, aos profissionais de imprensa e aos companheiros da CPI que nós teremos na próxima terça-feira a Drª Graça Foster, Presidente da empresa Petrobras, às 10 horas, sempre às 10 horas e 15 minutos, no dia 27.

E no dia 29 foi convidado o Ministro José Jorge, atendendo também a requerimento de V. Exªs, o Ministro José Jorge e o Sr. Jorge Zelada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, mas antes de fazer minhas observações sobre a participação do depoente e as perguntas do nosso Relator, eu quero perguntar a V. Exª, que eu ouvi os requerimentos que serão votados proximamente, se já foi aprovado o requerimento que solicita também cópia do processo que tramita na vara do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está nos requerimentos a serem aprovados na próxima terça-feira.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Porque eu ouvi Lava Jato, apenas essa operação. Não ouvi...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É o segundo requerimento, o Requerimento nº 78, sobre a 13ª Vara Federal do Paraná.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exato, do Paraná, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, quero infelizmente lamentar, lamentar o fato de que nós não tenhamos aqui os membros da Comissão, sobretudo aqueles que lutaram muito para que esta Comissão fosse instalada. Justiça temos que fazer. De fato, lutaram muito para que a CPI fosse instalada, mas, agora, ao invés de participarem, preferem ficar nominando a CPI de “CPI amiga”, de “CPI chapa branca”. Imagina! Com todo esse conjunto de questionamentos?! Imagina!

Eu acho que, talvez, o que eles querem, Senador Pimentel, é chegar aqui e dizer: “o senhor se sente traído...” Mas a pergunta foi feita: “O senhor acha que as cláusulas foram leoninas? O senhor se sente traído?” A diferença, talvez, esteja na forma como os questionamentos pudessem ser feitos. Mas eu creio que o importante não é a forma; o importante é o resultado. E o importante não para nós, Senador Pimentel, que estamos aqui na CPI, mas para o Brasil, principalmente para a população brasileira. Tudo que estamos falando aqui, das cifras inclusive, refere-se a recursos que não são nossos, mas do povo brasileiro; são recursos do Estado brasileiro. E que bom que seja assim!

Quem sabe, em outra oportunidade e se a história do Brasil não fosse a história escrita da forma como está sendo escrita, nós não estaríamos tratando aqui da Petrobrax e, assim, não mais de recursos brasileiros? Talvez sequer estaríamos tratando disso aqui.

Mas é nesse sentido que quero dizer que hoje, Senador Pimentel, os jornais estampam uma matéria... Aliás, basta ler um, porque todos são iguais no teor da notícia, na forma como a matéria é escrita e na ordem, absolutamente tudo – incrível! Inclusive, quem é entrevistado e quem faz as observações. Mas, enfim, eles trazem uma notícia que não é bem nova, mas que esboça um outro detalhe de todo esse procedimento: o Juiz Sérgio Moro encaminhou, a pedido da Polícia Federal, parte do inquérito. E, ali, está dito o seguinte – e abrem-se aspas, ou seja, não é a imprensa que diz, mas o relatório do Juiz que diz: “a refinaria teria sido comprada por valores vultosos, em dissonância com o mercado internacional, o que reforça a possibilidade de desvio de parte de recursos para o pagamento de propinas”.

Eu só quero que o senhor me responda – e creio mesmo que essa questão já está respondida, pelo senhor inclusive, durante as respostas às mais de cem perguntas feitas –, só para ficar muito claro. O senhor concorda – sim ou não – com essa afirmação de que “a refinaria foi comprada por valores vultosos, em dissonância com os valores de mercado”? Sim ou não? O senhor concorda com essa afirmação?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu posso... Desculpe Senadora, mas se a senhora quiser que eu responda apenas “sim” ou “não”, respondo que não evidentemente.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Claro. Pronto.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Mas, só repetindo, foi mencionado aqui que essa refinaria, mesmo depois da disputa judicial... Porque, aí, já envolve aí uma questão de arbitragem. Mas ela custou US\$550 milhões – a refinaria –, o que corresponde a um valor de US\$5,5 mil/barril. Ora, isso não somos nós; não é a Petrobras; isso é o mercado. Esses são dados históricos. O valor médio de aquisição de refinarias, naquele momento, naquela época (2006, 2007), era de cerca de US\$9 mil, US\$9,6 mil, uma coisa assim, mas acima de US\$9 mil. Assim, nós compramos... Na realidade, quando a gente compra os 50%, o valor é até abaixo, mas, com todo o desenrolar do processo, ficou por US\$550 milhões. Quer dizer, um valor muito abaixo da média de aquisições no mercado americano de refinarias.

Então, essa questão de “vultosas” é extremamente subjetiva. Evidentemente, não se trata de eu concordar ou não; é uma questão da realidade histórica, da realidade de mercado. É uma realidade! Naquele momento, nós compramos uma refinaria extremamente bem localizada, extremamente bem integrada ao mercado americano, com condições de ser ampliada, mas que, infelizmente, nós não conseguimos concluir o projeto aprovado na época.

Essa refinaria custou quase metade do valor médio de aquisições de refinarias no mercado. Então, se é vultoso é uma questão subjetiva. Era o valor de mercado da época... Perdão, Senadora, era um valor bem abaixo do valor de mercado à época.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois então. Mas, agora, só para fazer uma breve correção. Parece-me que este é um documento da Polícia Federal encaminhado ao Juiz Federal. O senhor já foi ouvido pela Polícia Federal no inquérito? *(Pausa.)*

O senhor não foi chamado?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O senhor nem recebeu perguntas, questionamentos, para serem respondidos?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não, nenhuma pergunta. Não.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Absolutamente nada?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Nada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nem pelo Poder Judiciário? Nada?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe? Não, não.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nem pelo Poder Judiciário, também?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não, não, nada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aqui fala também, na mesma matéria, tratando desse mesmo documento encaminhado pela Polícia Federal para o Poder Judiciário, que estaria sendo apurado, até por conta dessa primeira premissa. A premissa número um, qual é? É o superfaturamento, o preço exagerado, absurdo, e que isso foi feito para que grupos criminosos se aproveitassem, desviassem recursos públicos. Isso tem que ser respondido à população. Eu tenho certeza: o Relator não fez cento e poucas perguntas – está aqui desde 10h da manhã – à toa! É nosso dever, é dever do Senado. Aliás, é dever de quem pediu a CPI aqui estar! É dever! Isso nós vamos ver. Vamos instalar, provavelmente vai ser instalada, tudo indica, semana que vem, e nós vamos começar a ver a festa. As mesmas perguntas que se fazem em dois minutos vão ser feitas em meia hora, porque o importante não é a resposta. O importante é repetir aquela mesma coisa. Eu,

desde pequenininha, aprendi o seguinte: que, quando se mente cem vezes, a mentira vira verdade, pelo menos aos olhos daqueles que não estão tão atentos para isso, que diariamente só ouvem falar, uma manchete daqui, uma matéria de rádio ali, outra de telejornal lá, e acaba que aquele negócio, cem vezes, vira verdade. Mas nós estamos aqui para esclarecer. Se aparecer problema, se houver culpados, Senador Pimentel, pessoas que utilizaram indevidamente os recursos públicos, esses terão que ser mostrados ao povo brasileiro e terão que pagar por isso. Mas o nosso dever agora é responder aos questionamentos.

Então, eu não sei por quê... Eu mesma, semana passada, Senador Pimentel... E hoje o senhor colocou aqui de forma muito taxativa, e a minha sugestão a V. Ex<sup>a</sup> é que faça essa pergunta a todos os depoentes, inclusive àqueles que nem têm condições de responder, mas faça, Senador Pimentel. Quem sabe um dia a resposta também seja repetida centenas e milhares de vezes. A Astra comprou Pasadena por US\$42 milhões? Foi esse o valor? Não é, mas é isso que a gente lê. É isso que a gente ouve, é isso que a gente lê, é isso só que se fala no Brasil. E está aqui. Eu não li esse documento todo porque nós não tivemos acesso ao documento todo, que foi encaminhado à Justiça Federal, mas tudo indica que neste documento também esteja escrito isso, porque quando se fala em valor vultoso, acima de mercado, é óbvio que a base foi aquela, que a Astra teria comprado por um valor muito baixo e comprado por um valor muito alto. Mas, enfim, aqui a matéria diz o seguinte: que tudo isso é para apurar a possível participação do ex-diretor da estatal, Paulo Roberto Costa, em irregularidades na compra de Pasadena.

Eu pergunto para o senhor, porque o vi falar... Claro que pode ter escapado, posso não ter prestado atenção, mas em tudo aquilo que eu ouvi o senhor falar, com muita atenção, eu ouvi o senhor falar do Sr. Paulo Roberto na reunião que aconteceu em Copenhague para decidir sobre a compra da segunda parcela, dos outros 50%. Não ouvi antes. Então, eu lhe pergunto, para que o senhor possa esclarecer, não a mim, mas a todos e todas que estão aqui neste recinto: qual foi a participação do diretor Paulo Roberto Costa no processo de compra dessa refinaria de Pasadena e da *trading*?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – O Paulo Roberto era diretor de abastecimento. A diretoria de abastecimento é responsável pela operação das refinarias no Brasil e também pela orientação das refinarias fora. Também a parte de comercialização, a parte de *trading*, dentro da Petrobras, é subordinada à diretoria de abastecimento. Então, o Paulo Roberto, no processo de negociação de compra, não teve participação, porque era um desenvolvimento internacional, juntamente apoiado pelas demais áreas. O Paulo Roberto teve uma participação – já depois do negócio avançado – na definição dos gerentes, ou seja, da estrutura gerencial, da estrutura administrativa, da PEST, da *trading*. Então, o Paulo Roberto indica as pessoas e se envolve na discussão da negociação, mas não na negociação da compra; na negociação da estrutura gerencial que foi criada na parte de *trading*. Esse foi o maior envolvimento do Paulo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Por conta de ser ele o diretor de refino dessa parte de...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – É natural. Fosse quem fosse...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... ter todo o quadro técnico sobre a sua...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... Evidente, porque essa parte... As refinarias também. Todas as refinarias do Brasil estão... O diretor de abastecimento é responsável, seja ele quem for, na distribuição da... Embora, de novo, volto a lembrar, as decisões na Petrobras... Cada diretor não decide por sua área. As decisões são colegiadas, mas, no desenvolvimento do negócio, na administração, cada diretor tem a sua responsabilidade. Então, a diretoria de abastecimento é responsável pela área de *trading*, área de comercialização, as refinarias, e a questão da movimentação de transporte, de navio, de compra e venda de petróleo e combustível. Essas são as atribuições da... O que nesse caso particular de Pasadena, onde houve o envolvimento, porque havia... Nós compramos uma *trading* também, houve esse envolvimento, mas não na fase negocial. Houve na fase de estabelecimento dos quadros gerenciais que iam operar a *trading*.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

Nada mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero agradecer a presença de todos. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

**Conheça nossa livraria virtual, acesse:**  
**[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)**

Edição de hoje: 86 páginas  
(O.S. 12717/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

